



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 6 de Julho de 2011 (14.07)
(OR. en)**

12562/11

**PESC 912
FIN 503
PE 316**

NOTA PONTO "I/A"

de: Comité Político e de Segurança
para: Comité de Representantes Permanentes / Conselho

Assunto: Principais aspectos e opções fundamentais da PESC (Parte II-G, ponto 43, do Acordo Interinstitucional de 17 de Maio de 2006) – 2010
– Relatório anual ao Parlamento Europeu, apresentado pela Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

1. O Acordo Interinstitucional (AII) de 17 de Maio de 2006 prevê, na Parte II-G, ponto 43, que "todos os anos, a Presidência do Conselho consulta o Parlamento Europeu sobre um documento prospectivo do Conselho, que será transmitido até 15 de Junho para o ano em questão, que apresente os principais aspectos e as opções fundamentais da PESC, incluindo as suas implicações financeiras para o orçamento geral da União Europeia, bem como uma avaliação das medidas lançadas no ano n-1".
2. O Comité Político e de Segurança analisou o projecto de relatório que consta do anexo nas reuniões de 1 e 5 de Julho de 2011.
3. Nestas circunstâncias, solicita-se ao Coreper que aprove o projecto de relatório e o envie ao Conselho para homologação.

**PRINCIPAIS ASPECTOS E OPÇÕES FUNDAMENTAIS DA PESC (PARTE II-G,
PONTO 43, DO ACORDO INTERINSTITUCIONAL DE 17 DE MAIO DE 2006) – 2010**

INTRODUÇÃO	4
PRIMEIRA PARTE: 2012 EM PROSPECTIVA	4
SEGUNDA PARTE: 2010 EM RETROSPECTIVA.....	11
Panorâmica de 2010.....	11
A. Panorâmica das actividades por região	14
Vizinhança Médio-Oriental e Meridional	14
Rússia, Vizinhança Oriental e Ásia Central	18
Federação da Rússia	18
Vizinhança Oriental	20
Ásia Central	22
Balcãs Ocidentais	23
Ásia	26
África.....	30
Américas	34
B. Enfrentar ameaças e desafios globais	38
Não proliferação e desarmamento.....	38
Armas de destruição maciça e respectivos vectores	39
Armas convencionais: Armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC), minas terrestres antipessoal (MAP) e explosivos remanescentes de guerra (ERG).....	42
Terrorismo.....	43
Segurança energética.....	44
Alterações Climáticas e Segurança Internacional (ACSI)	45
C. Contributo para uma ordem multilateral mais efectiva.....	46
Nações Unidas.....	46
OSCE.....	47
Conselho da Europa	48
D. Direitos humanos, democracia e Estado de direito.....	49

E. Mais eficácia, capacidade e coerência	56
Mais capacidade	56
Capacidades civis.....	56
Capacidades militares	56
Mutualização e partilha.....	57
Ensinamentos colhidos e boas práticas no domínio da PCSD.....	58
Formação e exercícios	59
Mais eficácia	60
Operações e missões	60
Instrumentos	65
Cooperação com os parceiros	66
Mais coerência	69
Abordagem global	69
Desenvolvimento das capacidades civis e militares da UE depois de 2010.....	70
Sinergias civilo-militares no domínio do desenvolvimento de capacidades	70
ANEXO I: ACTES JURIDIQUES PESC 2010.....	72
ANEXO II: MAIN APPEARANCES IN THE EUROPEAN PARLIAMENT IN THE FIELD OF CFSP/ESDP IN 2010.....	84
ANEXO III: CFSP budget 2010 – commitment appropriations.....	87
ANEXO IV: 2010 overview of HR / VP declarations on behalf of the EU, HR / VP Statements, Statements by the HR / VP Spokesperson and Local Statements.....	91

INTRODUÇÃO

O presente documento tem por objectivo apresentar as medidas e actividades empreendidas em 2010 no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, bem como uma avaliação do que até à data foi realizado neste contexto. Expõe igualmente os pontos de vista e as principais escolhas que orientarão a política externa da UE ao longo dos próximos meses. O presente relatório tem como base o ponto 43 do Acordo Interinstitucional de 2006 sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira. É também expressão do empenho da Alta Representante em manter um diálogo abrangente com o Parlamento Europeu sobre política externa da UE, tal como reiterado na sua declaração sobre responsabilidade política, de Julho de 2010.

PRIMEIRA PARTE: 2012 EM PROSPECTIVA

2010 foi um ano marcante para a política externa europeia, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa. Mercê destas mudanças, foi levada a bom porto uma década de debate intra-europeu sobre reforma institucional. Ao mesmo tempo, foi um ano que amiúde nos veio lembrar por que motivos é necessária uma política externa da UE. Num mundo mais integrado e mais globalizado do que nunca, vemo-nos perante ameaças cada vez mais diversificadas, mas também cada vez mais interligadas: proliferação, terrorismo, criminalidade organizada e conflitos regionais, para além das perturbações no aprovisionamento energético e das consequências que as alterações climáticas acarretam em termos de segurança. A nossa política externa tem de se adaptar a esta realidade, tornando-se ainda mais eficaz na resposta a estas ameaças logo na sua própria origem, muitas vezes em zonas instáveis e remotas do mundo. Para criar condições propícias a uma mudança duradoura, é mais e mais necessário que sigamos uma abordagem englobante, com recurso a toda a gama de instrumentos que temos ao nosso dispor na vertente diplomática, no âmbito da PCSD, no domínio do desenvolvimento e na área do comércio. Uma componente importante será a execução de uma estratégia revitalizada no domínio dos direitos humanos.

Foi precisamente como instrumento para esse efeito que foi concebido o Serviço Europeu para a Acção Externa, no qual se congregam os conhecimentos especializados em matéria de diplomacia, gestão de crises e desenvolvimento. As fundações estão assentes: o SEAE está em funcionamento, o processo de nomeação dos quadros superiores já está concluído. Mas que não se subestime os desafios relacionados com a criação do Serviço: o mundo não vai ficar quieto à nossa espera entretanto. Refira-se que, para poder desempenhar o seu papel, o Serviço terá de ser dotado dos recursos de que necessita.

No topo da agenda está a vaga de mudança que agita o Médio Oriente e o Norte de África. São, sem dúvida alguma, acontecimentos de proporções históricas. A mudança chegou à Tunísia, ao Egipto e a outros países da região com uma rapidez e com uma dimensão que poucos puderam vaticinar. Embora países como a Líbia e a Síria continuem a viver uma situação de trágica violência, o certo é que, de forma global, a "Primavera Árabe" veio libertar o potencial para uma vida melhor e uma dignidade recuperada, com mais respeito pelos direitos humanos, pluralismo, Estado de direito e justiça social, e com mais prosperidade. É esta a mais substancial oportunidade que se nos oferece, no espaço de uma geração, para ajudar a implantar em torno do nosso continente uma vizinhança democrática, mais estável e livre. Reagindo acertadamente, podemos de facto contribuir para traçar o rumo dos acontecimentos, sem deixar de respeitar em pleno a apropriação local.

A União Europeia pode prestar aconselhamento e assistência, mas também deve ouvir as ambições dos povos e reconhecer que só eles podem decidir do seu futuro. Ao mesmo tempo, podemos exercer uma influência decisiva. A parceria articular-se-á em torno de quatro elementos: mudança democrática e desenvolvimento institucional; protecção dos direitos humanos; contactos com cidadãos, incluindo a sociedade civil; promoção de um crescimento e desenvolvimento económico sustentáveis. Será também necessário manter um estreito relacionamento pessoal com aqueles que lideram o processo de mudança. A Alta Representante depressa começou a agir nesse sentido, tendo-se deslocado ao Egipto, à Tunísia e a outros países da região, numa clara manifestação do apoio da UE.

A UE já tem prestado muito apoio, disponibilizando ajuda humanitária, assistência em matéria de desenvolvimento institucional e auxílio para a preparação de eleições. Continuaremos nesta senda ao longo dos próximos anos. A nossa acção passará pelo apoio ao crescimento inclusivo e à justiça social, nomeadamente através do Banco Europeu de Investimento e do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento. Passará também por um melhor acesso ao mercado, para que as ligações comerciais se possam expandir por toda a região mediterrânica. Exigirá recursos financeiros adequados e mais focalizados. E passará imperativamente por uma maior mobilidade, pois facilitaremos, em particular aos jovens, as viagens para a União Europeia e a aquisição de experiência, não deixando de garantir uma abordagem controlada da migração e da cooperação na luta contra a migração ilegal. A mais longo prazo, deverá ser nossa ambição criar, em toda a região, Zonas de Comércio Livre Abrangentes e Aprofundadas.

Serão necessárias abordagens diferenciadas consoante os países da região, em função das circunstâncias e das aspirações. Mas sempre que um país esteja pronto a avançar mais e mais depressa na introdução de reformas, a União Europeia responderá em conformidade. A União para o Mediterrâneo tem um importante papel de enquadramento a este respeito, mas precisa de renovado impulso para realizar todo o seu potencial.

Com a vaga de mudança em todo o mundo árabe, tornou-se ainda mais urgente ir por diante com o Processo de Paz no Médio Oriente. Continuamos a ter por objectivo uma resolução justa e duradoura do conflito israelo-palestiniano, com o Estado de Israel e um Estado da Palestina, independente, democrático, sem descontinuidade, soberano e viável, a coexistirem lado a lado em paz e segurança. Temos de assegurar que os acontecimentos em curso não nos afastem, mas sim aproximem desse objectivo. Em colaboração com os parceiros do Quarteto, a União Europeia tem desempenhado, nos últimos meses, um papel instrumental no sentido de reunir as partes envolvidas. Assim continuaremos a actuar. A par destas diligências diplomáticas, a União Europeia mantém-se pronta a prestar ao povo palestino mais apoio a nível político, no plano financeiro e em matéria de desenvolvimento institucional.

Também outras regiões nossas vizinhas terão pela frente importantes desafios nos meses que se aproximam. A União Europeia manterá o seu papel central nos Balcãs Ocidentais. Importa que a perspectiva europeia continue a ser um claro pólo para uma maior integração política, agora que as feridas do conflito dos anos 90 começam a ser meras recordações. Sabendo embora que, em última instância, só os próprios países poderão executar a árdua tarefa de conversão para que sejam cumpridas as condições europeias, a UE continuará a prestar a sua ajuda nesse sentido. O diálogo entre Belgrado e Pristina, que foi lançado em 2010 e que a UE continuará a promover, oferece uma verdadeira oportunidade para mudar a dinâmica, através do fomento da cooperação, do avanço em direcção à Europa e da melhoria das condições de vida das populações. Na Bósnia-Herzegovina, a Alta Representante diligenciou incansavelmente, de acordo com a nova estratégia da UE, no sentido de quebrar o impasse político.

Quanto aos países nossos vizinhos a leste, continuará a ser crucial o empenho da UE na promoção da segurança, da democracia e da prosperidade. A região apresenta uma imagem contrastada. A situação na República da Moldávia evoluiu de forma animadora ao longo do ano passado. Na Transnístria, embora não sejam unívocos os sinais que nos chegam, a UE procurará assumir um papel mais importante no âmbito da formação 5+2 para a resolução do conflito, e insistirá para que sejam reatadas as conversações formais a este respeito. Em contrapartida, quanto à Bielorrússia, a UE não teve outra alternativa senão responder com dureza perante o que se passou no seguimento das eleições presidenciais de Dezembro último. E na Ucrânia, seis anos após a "Revolução Laranja", ainda não se está a avançar de forma equilibrada para uma sociedade mais aberta e democrática. O ano de 2011 vem proporcionar uma oportunidade para reflectir sobre a Parceria Oriental, dois anos depois do seu lançamento, e para avaliar qual o modo mais eficaz de prosseguir a acção em que estamos empenhados. A nossa Sinergia do Mar Negro tem um importante papel a desempenhar, mas precisa de renovado impulso para realizar todo o seu potencial.

A UE continua estreitamente envolvida no que respeita à Geórgia, nomeadamente através da sua Missão de Observação e enquanto Co-Presidente nas conversações de Genebra sobre as regiões separatistas da Ossétia do Sul e Abcázia. Poderá haver margem para alargar o nosso envolvimento relativamente à situação no Alto Carabaque.

Para abordar estes e outros problemas relacionados com a nossa vizinhança oriental, bem como as questões fundamentais na cena internacional, continua a ser essencial uma sólida parceria estratégica com a Rússia. A nossa cooperação com a Rússia deve imperiosamente fundar-se numa acção com princípios: norteada pela defesa de interesses comuns, sem abdicar dos valores da UE, e capaz de abordar com eficácia os pontos de divergência.

Mais longe, a ordem mundial evolui a uma velocidade sem precedentes. Com a globalização e os efeitos da crise económica e financeira, o peso político e económico está a deslocar-se, em ritmo acelerado, para as novas potências ascendentes da Ásia, da América Latina e de outras regiões. Todos esses países terão, cada vez mais, uma palavra decisiva a dizer em questões de interesse mundial como o crescimento económico, o comércio, as alterações climáticas e a segurança. Está já bastante adiantado o processo que se destina a modernizar e reformar, para reflectir estas realidades, a arquitectura de instituições internacionais como as Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional. Ao longo do ano passado, a UE, sob liderança da Alta Representante, investiu consideráveis esforços na requalificação do seu contributo para os trabalhos das Nações Unidas. Na sequência da adopção da Resolução 65/276 da Assembleia Geral da ONU, a UE aproveitará ao máximo as novas oportunidades.

Na última década, a União Europeia tem desenvolvido parcerias estratégicas com os países que estão a configurar o panorama do século XXI: Estados Unidos, Rússia, China, Brasil e Índia, e Japão, México, África do Sul e República da Coreia, entre outros. Uma das principais prioridades da Alta Representante consiste em tornar estas parcerias mais eficazes. No Outono de 2010, o Conselho Europeu lançou um processo de reflexão, liderado pela Alta Representante, sobre o modo de aplicar nesse sentido as disposições do Tratado de Lisboa. O processo continuará em 2011. Este ano trará também várias oportunidades de pôr em prática as conclusões, inclusive no que respeita às cimeiras com a China e a Índia. Temos de tirar partido de tais ocasiões para congregar os nossos objectivos em relação a questões económicas e políticas. Refira-se, por exemplo, que nos últimos meses alargámos a nossa agenda de segurança com a Índia, tendo nomeadamente intensificado os contactos em matéria de luta antiterrorismo e entre Estados-Maiores.

A questão nuclear iraniana continua a ser fonte de grande preocupação, para a União Europeia e para toda a comunidade internacional. Em colaboração com os seis países mais estreitamente envolvidos, manteremos a nossa abordagem de dupla vertente, que, por um lado, pressiona o Irão para que cumpra os requisitos estabelecidos pelo Conselho de Segurança da ONU e pela Agência Internacional da Energia Atómica e retome negociações significativas, e, por outro lado, oferece incentivos substanciais para a instauração de confiança na natureza do programa nuclear iraniano, por via de negociações. As sanções aplicadas desde 2007 já tiveram um impacto significativo. Se o Irão persistir no seu actual curso, a pressão continuará a aumentar, mas a porta fica aberta para um verdadeiro diálogo. A Alta Representante, em conjunto com a China, a França, a Alemanha, a Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos, tem liderado e continuará a liderar os esforços para convencer os dirigentes iranianos a encetarem um diálogo com sentido.

No Afeganistão e no Paquistão, os desafios são colossais. A UE levará por diante o processo de prestação de apoio ao governo eleito do Afeganistão e de restabelecimento da estabilidade após décadas de abandono e de conflito. A UE está empenhada na acção a longo prazo, apoiando os parceiros na Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) e na comunidade internacional em geral, nomeadamente nos domínios em que podemos obter melhor resultado, incluindo a missão de formação EUPOL. Também estamos empenhados em continuar a apoiar o desenvolvimento de um governo forte, estável e democrático no Paquistão, com promoção do crescimento económico e combate ao extremismo.

O continente africano apresenta uma imagem contrastada. Depois de anos de pouco crescimento e fraca governação, assiste-se agora a uma verdadeira melhoria da situação em muitos países africanos. É animador constatar que a União Africana está a procurar fortalecer o seu papel na busca de soluções para problemas regionais. Há, no entanto, desafios que se mantêm, nomeadamente no Sudão, onde a criação de um novo Estado, no Sul, está a suscitar tensões, em particular na região de Abyei. A UE está pronta a prestar assistência no processo de transição. Os conflitos e a violência política continuam, todavia, a ameaçar muitas regiões do continente, entre as quais a Somália e o Sael. A situação no Zimbabué também permanece frágil. A pirataria é fonte de grande preocupação para um crescente número de países, por todo o mundo. A União Europeia prosseguirá a acção em que está empenhada, através da parceria que nos últimos anos tem desenvolvido com a União Africana e através das suas missões de âmbito civil e militar na região.

A consolidação da nossa Política Comum de Segurança e Defesa é essencial para abordar muitos dos problemas acima referidos, permitindo-nos responder à insegurança de maneira mais integrada e abrangente, em toda a globalidade do ciclo de conflito. Em tempo de autêntica pressão sobre as despesas públicas, é fundamental que os recursos sejam utilizados de modo eficaz. Mas a verdade é que estes condicionalismos também podem agir como impulso para uma maior consolidação na PCSD, através de uma redobrada mutualização e partilha de capacidades militares fundamentais, de uma maior capacidade para planear e conduzir missões e operações, bem como da integração das missões e operações civis e militares. Os Estados-Membros lançaram recentemente várias iniciativas neste domínio, tirando partido das oportunidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa. Os trabalhos sobre o futuro da PCSD serão prosseguidos em 2011, tomando nomeadamente como base os ensinamentos retirados da nossa experiência. Simultaneamente, as nossas missões PCSD continuarão a desempenhar um importante papel em todo o mundo, seja na acção contra os riscos de pirataria ao largo da Somália, seja na instauração do Estado de direito no Kosovo. Com elas temos também ensejo de "aprender fazendo", o que tem permitido à UE adquirir novos conhecimentos em domínios como o desenvolvimento de capacidades marítimas à escala regional e a reforma do sector da segurança. Outra vertente importante é a prevenção de conflitos, e agora que se assinala o décimo aniversário do Programa de Gotemburgo, é-nos oferecida uma oportunidade de reflectir sobre a crescente actividade da UE neste domínio e sobre o seu futuro rumo.

Os problemas não podem ser abordados isoladamente e não se prestam a soluções simples. Num mundo moderno e interconectado, onde a tecnologia e os mercados aproximam as pessoas a um ritmo sem precedentes, é esta uma constatação que hoje se revela mais acertada do que nunca. É por isso que temas como a ciber-segurança, a segurança energética e as implicações das alterações climáticas em termos de segurança passaram a ocupar posição de relevo na agenda internacional. A União vê-se aqui perante mais um desafio, a saber, o edificar de uma firme política externa colectiva em resposta a estas realidades, na qual se dê simultaneamente prova de coerência e de suficiente agilidade para influir nas situações.

Mas a política externa europeia não é uma questão de escolha. Agimos lá fora porque os nossos interesses cá dentro – segurança, prosperidade, valores em que fizemos assentar a União Europeia – assim o exigem. E agimos colectivamente, com o pleno empenho de todos os Estados-Membros, porque os problemas que temos pela frente são demasiado complexos para serem resolvidos de forma unilateral, e porque é agindo em conjunto que podemos fazer sentir o nosso peso comum. O que está a acontecer na nossa vizinhança meridional é uma poderosa demonstração destas realidades de base. Neste próximo ano, e nos anos seguintes, a União Europeia continuará a consolidar esta política externa, que reflecte a natureza variada e diversificada da nossa União, mobilizando ao mesmo tempo a unidade, a consistência e a coerência necessárias para a eficácia da acção e o desenvolvimento da visão estratégica da UE no plano das relações externas.

SEGUNDA PARTE: 2010 EM RETROSPECTIVA

Panorâmica de 2010

O lugar de Alto Representante ¹ da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (AR) constitui o elemento essencial do sistema de Lisboa no domínio das relações externas e a principal inovação introduzida na condução da política externa da União em 2010. No domínio da PESC, o Alto Representante exerce as funções que eram anteriormente exercidas pela Presidência rotativa semestral, pelo Alto Representante para a PESC e pelo Comissário das Relações Externas. O Alto Representante conduz a política externa e de segurança comum da União, preside ao Conselho dos Negócios Estrangeiros e ainda, enquanto Vice-Presidente da Comissão, assegura a coerência da acção externa da União. Durante o ano de 2010, a Alta Representante presidiu a 14 reuniões do Conselho dos Negócios Estrangeiros, das quais duas na formação de Ministros da Defesa e duas na formação de Ministros do Desenvolvimento.

¹ Na reunião informal de 19 de Novembro de 2009, os Chefes de Estado ou de Governo da UE decidiram nomear Catherine Ashton Alta Representante, antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que teve lugar em 1 de Dezembro de 2009. A decisão que nomeia formalmente a Alta Representante foi adoptada pelo Conselho Europeu a 4 de Dezembro de 2009.

Em 2010 **foram três as principais prioridades** incluídas na agenda de política externa da UE.

A primeira prioridade, realização institucional basilar, foi a criação do **Serviço Europeu para a Acção Externa**. O Serviço tem por missão apoiar o trabalho do Alto Representante no amplo mandato externo conferido a este último, nomeadamente na condução da política externa e de segurança comum da UE. Os membros do pessoal do SEAE provêm da Comissão Europeia, do Secretariado-Geral do Conselho e dos serviços diplomáticos dos Estados-Membros da UE. Trabalham em Bruxelas e em 137 delegações espalhadas por todo o mundo, cooperando estreitamente com a Comissão e os Estados-Membros. O SEAE tem por objectivo actuar como plataforma integrada que projecte os valores e interesses comuns da União em todo o mundo. Na sua audição de confirmação perante o Parlamento Europeu, a 11 de Janeiro de 2010, a Alta Representante confirmou que a criação do SEAE era uma prioridade absoluta, tendo declarado que se tratava de "uma oportunidade, única numa geração, de edificar algo que reúna todos os elementos do nosso [da UE] empenhamento – político, económico e militar – em implementar uma estratégia coerente no domínio da política externa".

O SEAE foi lançado oficialmente em 1 de Dezembro de 2010. Esta data foi precedida de intensos trabalhos preparatórios ao longo do ano. No princípio de 2010, foi instituído um Grupo de Alto Nível encarregado de apoiar a Alta Representante na criação do SEAE. Na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais de 25 de Março, a Alta Representante apresentou uma proposta de decisão do Conselho relativa à criação do SEAE, que foi posteriormente alterada no Conselho dos Negócios Estrangeiros de 26 de Abril. As consultas formais sobre a proposta – o "quadrílogo" – envolveram a Alta Representante, a Comissão Europeia, a Presidência Espanhola do Conselho e o Parlamento Europeu. A 21 de Junho, as quatro partes alcançaram em Madrid um acordo que foi aprovado pelo Parlamento Europeu numa votação realizada a 8 de Julho², e aprovado também subsequentemente pelo Colégio dos Membros da Comissão, a 20 de Julho. À luz da aprovação da Comissão Europeia e das consultas ao Parlamento Europeu, o Conselho dos Assuntos Gerais adoptou formalmente a decisão do Conselho a 26 de Julho. Durante o ano de 2010, que constituiu um período de transição até à criação do SEAE, as Presidências Espanhola e Belga do Conselho apoiaram activamente a Alta Representante no desempenho das suas novas funções.

² A 8 de Julho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) (P7_TA-PROV(2010)0280).

A 25 de Outubro de 2010, a Alta Representante nomeou Pierre Vimont Secretário-Geral Executivo e David O'Sullivan Director-Geral Administrativo do SEAE. A 29 de Outubro, a Alta Representante completou a equipa de direcção nomeando dois Secretários-Gerais Adjuntos – Helga Schmid, Secretária-Geral Adjunta para as Questões Políticas, e Maciej Popowski, Secretário-Geral Adjunto para as Questões Interinstitucionais.

A Alta Representante e as novas estruturas institucionais foram postas à prova no princípio de 2010, com o terramoto ocorrido no Haiti ³ em Janeiro, que suscitou uma forte resposta política e humanitária por parte da União. A Alta Representante efectuou um grande número de viagens. Realizou, nomeadamente, uma importante visita ao Médio Oriente (Março de 2010), tendo sido a primeira personalidade política a entrar em Gaza pela fronteira de Israel desde Junho de 2007, várias viagens aos Balcãs e também à Índia (Junho de 2010), à Geórgia e ao Cazaquistão (Julho de 2010), bem como à China (Setembro de 2010).

A segunda prioridade foi a **Vizinhança Europeia**. A maior realização da UE até à data foi o alargamento à Europa Central e Oriental. Ao longo de 2010, a UE envidou esforços para fazer avançar este processo e ajudou os países dos Balcãs Ocidentais a prosseguirem na via da realização da sua perspectiva europeia. Durante o ano transacto, a União continuou a dialogar com os países das Vizinhanças Oriental e Meridional, tendo demonstrado que é capaz de contribuir para levar a estabilidade e o desenvolvimento a estas duas regiões. A AR e a Comissão lançaram em 2010 uma revisão aprofundada da Política Europeia de Vizinhança.

A terceira prioridade foi a colaboração da UE com os **parceiros estratégicos**. Num mundo em que os problemas se colocam à escala global e em que o poder está a mudar, a UE continuou a investir nas parcerias, com os nossos "parceiros estabelecidos", como são os EUA, a Rússia, o Japão e o Canadá, e centrou também a sua atenção no desenvolvimento das nossas relações com potências que estão a emergir ou já emergiram, como a China, a Índia, o Brasil, a África do Sul e a República da Coreia. Este trabalho abrangeu não só as importantíssimas relações bilaterais mas também as questões de carácter global, como o Processo de Paz no Médio Oriente e a Proliferação Nuclear.

³ A 10 de Fevereiro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação no Haiti (P7_TA-PROV(2010)0015).

A. Panorâmica das actividades por região

Vizinhança Médio-Oriental e Meridional

No ano de 2010, continuou a não haver progressos substanciais no **conflito israelo-árabe**^{4 5 6}. As negociações indirectas e, subsequentemente, directas entre Israelitas e Palestinos foram efectuadas com a mediação dos EUA. No entanto, as conversações pararam em finais de Setembro devido ao fim da moratória sobre os colonatos israelitas. A Alta Representante voltou a visitar o território ocupado palestino e Israel (em Julho e em Setembro) a fim de reforçar o empenhamento das partes nas negociações. Nas conclusões do Conselho de Dezembro de 2010, a UE apelou a que se avançasse com urgência para uma solução assente na coexistência de dois Estados. A UE lamentou que a moratória não tivesse sido prorrogada, exortou uma vez mais todas as partes a absterem-se de acções unilaterais de provocação e de violência, definiu a sua posição a respeito da questão fundamental do estatuto definitivo e sublinhou a importância de intensificar a coordenação no seio do Quarteto. Recordando a Declaração de Berlim, a UE reafirmou-se pronta a reconhecer um Estado Palestino no momento oportuno. A UE instou repetidamente os raptos do soldado israelita Gilad Shalit a libertarem-no sem demora.

⁴ A 10 de Março de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a aplicação das recomendações contidas no Relatório Goldstone quanto a Israel/Palestina (P7_TA-PROV(2010)0054).

⁵ A 11 de Março de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o caso de Gilad Shalit (P7_TA-PROV(2010)0066).

⁶ A 17 de Junho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a operação militar israelita contra a frota de ajuda humanitária e o bloqueio de Gaza (P7_TA-PROV(2010)0235).

A UE continuou seriamente preocupada no que respeita à prossecução da implantação de colonatos, à situação em Jerusalém Oriental e ao regime de acesso à entrada e à saída de Gaza. A UE continuou a afirmar a sua posição segundo a qual os colonatos são ilegais à luz do direito internacional, constituem um obstáculo à paz e uma ameaça a uma solução de coexistência de dois Estados. Manifestando a preocupação que lhe suscitava a situação em Jerusalém Oriental, a UE recordou ainda que nunca reconheceu a sua anexação. No que respeita a Gaza, apesar dos avanços resultantes das decisões do Governo israelita no sentido de afrouxar o bloqueio, nomeadamente facilitando algumas exportações para a UE, a UE continuou a insistir na necessidade de envidar um esforço suplementar e tomar medidas complementares para alcançar uma mudança fundamental de política e favorecer a recuperação económica de Gaza, sem deixar de ter em consideração os legítimos interesses de Israel no plano da segurança. A UE propôs um vasto pacote de medidas para Gaza centrado no melhoramento das infra-estruturas dos pontos de passagem e na disponibilização de equipamento e formação às autoridades fronteiriças da AP. Foi reiterada a importância do apoio do sector privado. Não se registaram progressos na reconciliação intra-palestiniana.

A UE continuou a apoiar o processo de **construção do Estado Palestino**, de harmonia com o plano bienal do Primeiro-Ministro Fayyad, que permitiu obter resultados positivos na perspectiva da preparação da Autoridade Palestina para a criação de um Estado num futuro próximo.

A UE e **Israel** mantiveram relações bilaterais fortes e um diálogo político aberto no quadro do actual plano de acção. Em 2010, o clima político no **Egipto** foi marcado por eleições legislativas altamente controversas, manchadas, segundo consta, por irregularidades e fraude eleitoral. O Conselho de Associação UE-Egipto reiterou, em Abril de 2010, o compromisso político de reforçar as relações bilaterais com base na plena implementação do Plano de Acção da PEV. O diálogo foi interrompido nos finais do ano.

Após um período de relativa estabilidade, a situação política no **Líbano** polarizou-se no segundo semestre do ano em torno do Tribunal Especial para o Líbano que investiga o assassinato do Primeiro-Ministro Rafik Hariri. Durante o Conselho de Associação reunido em Junho de 2010, a UE manifestou a sua disponibilidade para colaborar mais estreitamente com o Governo do **Líbano** na sua agenda de reformas de Dezembro de 2009.

Tiverem início em Julho de 2010 os trabalhos relativos a um novo Plano de Acção UE-Tunísia, que reflecte a vontade da Tunísia de aprofundar as suas relações com a UE e todas as suas instituições. Na segunda quinzena de Dezembro de 2010, o povo da **Tunísia** realizou manifestações contra o regime do Presidente Ben Ali. A reacção repressiva do Governo não demoveu os manifestantes e os protestos alastraram a várias cidades, exigindo reformas e a partida de Ben Ali, numa prefiguração da vaga de protestos que se ia alargar ao mundo árabe.

Na **Líbia** ⁷, a tensão entre as forças modernizadoras e conservadoras fez com que a evolução do país se tornasse imprevisível no final do ano.

Prosseguiram os esforços da UE para resolver a **questão nuclear iraniana** ⁸; a Alta Representante desenvolveu uma grande actividade neste contexto, quer no exercício de pressões, quer na procura de um estabelecimento de relações com este país (cf. adiante, ponto B.1 – Não proliferação e desarmamento).

A UE enviou para o **Iraque** ⁹ uma Equipa de Avaliação Eleitoral encarregada de observar as eleições nacionais de Março e de apresentar informações sobre a situação. A plataforma para as futuras relações UE-Iraque foi alargada graças à assinatura de um Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Energética, em Janeiro de 2010, à rubrica do projecto de Acordo de Parceria e Cooperação, na Primavera de 2010, e à adopção, em Novembro de 2010, do Documento de Estratégia plurianual para a assistência ao Iraque, que foi o primeiro jamais adoptado. A EUJUST LEX Iraq (Missão Integrada da União Europeia para o Estado de Direito no Iraque) continua a prestar formação ao sector do Estado de direito iraquiano.

O **Iémen** ¹⁰, que se conta já entre as nações mais pobres do mundo árabe e que, na prática, é um Estado em desagregação, enfrentou constantes perturbações a nível interno. A UE prosseguiu a sua Abordagem Global adoptada em 2009 e participou no processo multilateral do grupo "Amigos do Iémen". Em Janeiro de 2010 foi estabelecida em Saná uma Delegação da UE com capacidade para agir por si própria.

⁷ A 17 de Junho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação na Líbia (P7_TA-PROV(2010)0246).

⁸ A 8 de Setembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação dos direitos do Homem no Irão, em particular os casos de Sakineh Mohammadi Ashtiani e de Zahra Bahrami (P7_TA-PROV(2010)0310).

⁹ A 25 de Novembro de 2010, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a situação no Iraque: a pena de morte (nomeadamente no caso de Tariq Aziz) e os ataques contra as comunidades cristãs (P7_TA-PROV(2010)0448).

¹⁰ A 10 de Fevereiro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação no Iémen (P7_TA-PROV(2010)0017).

O Conselho Ministerial Conjunto do **Conselho de Cooperação UE-Golfo** reunido em Junho de 2010, pela primeira vez sob a presidência da Alta Representante, adoptou um novo Programa de Acção Conjunto destinado a aprofundar a cooperação em domínios que vão desde a economia até ao ambiente e à educação.

Na sequência da adopção, em 2008, de um documento conjunto relativo a um Estatuto Avançado entre **Marrocos** e a UE, foram lançadas em Dezembro de 2010 negociações sobre um primeiro projecto de Plano de Acção UE-Marrocos.

Em Junho de 2010, realizou-se o quinto Conselho de Associação UE-**Argélia**, ao abrigo do Acordo de Associação de 2005, tendo ambas as partes decidido desenvolver uma actividade mais ambiciosa e empenhada para reforçar as suas relações.

No nono Conselho de Associação UE-**Jordânia** ¹¹ foi anunciado um acordo político relativo a uma parceria de Estatuto Avançado e a conclusão das negociações técnicas sobre o novo Plano de Acção PEV UE-Jordânia. O novo plano de acção reflecte a ambição que caracteriza a parceria UE-Jordânia, bem como o profundo entendimento comum do empenhamento que ambas as partes põem numa maior integração, do ritmo e alcance das reformas que é necessário realizar e do apoio permanente assegurado pela UE para que possam ser removidos os últimos entraves ao desenvolvimento das relações.

A UE manteve os seus contactos com a Síria ¹², procurando progredir na via da assinatura do Acordo de Associação, mas não foi tomada nenhuma decisão por Damasco a este respeito. A UE lamentou uma vez mais a falta de cooperação da Síria com a AIEA no sentido de resolver assuntos em aberto que se prendem com as instalações nucleares alegadamente existentes em Dair Alzour.

¹¹ A 9 de Setembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação do rio Jordão, especialmente na zona do seu curso inferior (P7_TA-PROV(2010)0314).

¹² A 9 de Setembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação dos direitos do Homem na Síria, em particular o caso de Haythan Al-Maleh (P7_TA-PROV(2010)0316).

O **Secretariado da União para o Mediterrâneo** ¹³, co-financiado pela Comissão, ficou estabelecido em Barcelona. Apesar do impasse político israelo-árabe, que levou ao adiamento da Cimeira, ainda há pistas a explorar para garantir a prossecução dos trabalhos práticos da União para o Mediterrâneo. O Secretariado centrará a sua atenção nas seis prioridades definidas na Cimeira de Paris (2008); ambiente e água, assuntos sociais e civis, nomeadamente a protecção civil; energia, incluindo as fontes renováveis; transportes e desenvolvimento urbano; coordenação do financiamento de projectos e desenvolvimento empresarial; ensino superior e investigação.

Rússia, Vizinhança Oriental e Ásia Central

Federação da Rússia

Em 2010, registaram-se alguns desenvolvimentos positivos nas relações entre **a UE e a Rússia**. É aqui de referir o lançamento formal da Parceria para a Modernização, o processo que deverá conduzir à conclusão das negociações bilaterais sobre a adesão da Rússia à OMC, o acordo sobre a abordagem em relação à futura celebração de um eventual acordo de isenção de visto, e a realização de duas cimeiras ¹⁴ num clima particularmente construtivo. Em 2010, tiveram lugar mais de 30 reuniões de diálogo político a diversos níveis. A UE continuou a ter em mira a integração da Rússia – um dos seus parceiros estratégicos – no sistema internacional regulamentado. A UE continuou a dialogar com a Rússia sobre muitas das questões internacionais que estão no topo da agenda PESC da UE, tais como o Irão, o Médio Oriente alargado, o Afeganistão e os conflitos prolongados nos países vizinhos de ambas as partes, reconhecendo o interesse em realizar progressos nesses domínios. A UE prosseguiu também a cooperação com a Rússia em questões de alcance mundial, tais como as alterações climáticas, o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, a criminalidade organizada, todos os tipos de tráfico e a segurança energética.

¹³ A 20 de Maio de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a União para o Mediterrâneo (P7_TA-PROV(2010)0192).

¹⁴ A 17 de Junho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre as conclusões da cimeira UE-Rússia (31 de Maio – 1 de Junho) (P7_TA-PROV(2010)0234).

Em 2010, a "modernização" emergiu cada vez mais como tema central do mandato do Presidente Medvedev. Neste campo, a Rússia identificou a UE como seu parceiro natural. Os trabalhos relativos à **Parceria UE-Rússia para a Modernização** avançaram em 2010, o que demonstra a firme interdependência e o mútuo interesse da UE e da Rússia em estreitarem a sua cooperação.

Prosseguiram as negociações sobre um novo **acordo UE-Rússia**, tendo sido realizadas cinco rondas durante o ano de 2010. O objectivo comum consiste em celebrar um acordo estratégico que proporcione um quadro abrangente para as relações UE-Rússia num futuro previsível e contribuir para desenvolver o potencial das nossas relações. Este quadro deverá fornecer uma base jurídica reforçada e compromissos juridicamente vinculativos que abranjam todos os principais domínios das relações, tal como previstos nos quatro espaços comuns UE/Rússia e respectivos roteiros. A UE continuou a salientar a importância de assegurar um avanço equilibrado em todos os domínios das negociações, inclusive quanto à necessidade de prever disposições substantivas em matéria de comércio e investimento.

No que respeita à **segurança externa**, a experiência positiva adquirida com o contributo da Rússia para a operação militar EUFOR TCHAD/RCA e para a coordenação da EUNAVFOR ATALANTA serviu de base para o lançamento, em 2010, de conversações exploratórias informais sobre um Acordo-Quadro para a participação da Rússia em operações da UE no domínio da gestão de crises. A UE e a Rússia assinaram a 1 de Junho de 2010 um acordo em matéria de segurança.

As questões relacionadas com os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito e a evolução da situação interna na Rússia continuaram a ser fonte de preocupação em 2010. A situação no Norte do Cáucaso e a situação dos defensores dos direitos humanos, como por exemplo Oleg Orlov ¹⁵, suscitaram particular apreensão. A UE continuou a levantar estas questões nas reuniões de diálogo político com a Rússia, inclusive nas cimeiras. Realizaram-se em 2010 duas rondas de consultas UE-Rússia sobre direitos humanos. Nessa ocasião, a UE pôde manifestar as suas apreensões de uma forma mais detalhada, mencionando nomeadamente casos individuais e assassinatos de jornalistas e de defensores dos direitos humanos.

¹⁵ A 21 de Outubro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação dos direitos humanos no Norte do Cáucaso (Federação da Rússia) e o processo penal contra Oleg Orlov: P7_TA(2010)0390.

Vizinhança Oriental

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, 2010 foi também um ano de reflexão sobre a **Parceria Oriental**, no âmbito dos preparativos para revisão da Política Europeia de Vizinhança. Embora os aspectos PESC tenham estado até agora relativamente ausentes da Parceria Oriental, a sua ligação com a política externa em geral está a aumentar cada vez mais. Os programas previstos no âmbito da vertente bilateral da Parceria visam apoiar as reformas essenciais e as medidas geradoras de confiança enquanto condições prévias para a resolução de conflitos. Foram empreendidos trabalhos sobre essas medidas, no quadro do processo de Genebra, para os conflitos na Geórgia^{16 17} e também, de uma forma particularmente activa, para a região transnístria da República da Moldávia. O Governo da República da Moldávia tem também sublinhado repetidamente, ao aludir ao conflito na Transnístria, que as reformas empreendidas com a ajuda da UE contribuirão para fomentar a atractividade da Moldávia junto da população da região separatista.

Continuou a avançar-se nas negociações com a **Ucrânia**^{18 19 20} sobre um novo Acordo de Associação, que inclui como parte integrante uma zona de comércio livre abrangente e aprofundada (ZCLAA). A UE continuou a confiar em que as negociações poderão ficar concluídas até ao final de 2011 se a Ucrânia der mostras de vontade política para resolver as questões pendentes. A Alta Representante assistiu à tomada de posse do Presidente Yanukovich, em Fevereiro de 2010, e o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, visitou Kiev em Julho de 2010. **O ano de 2010 marcou o regresso à estabilidade política e económica na Ucrânia, mas manifestaram-se receios de que essa estabilidade tivesse sido conseguida à custa de uma tendência para a deterioração do processo de democratização. Esta questão continuou no topo da agenda do diálogo entre a UE e a Ucrânia.**

¹⁶ A 14 de Dezembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o Acordo entre a União Europeia e a Geórgia sobre a facilitação da emissão de vistos (P7_TA-PROV(2010)0464).

¹⁷ A 14 de Dezembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o Acordo entre a União Europeia e a Geórgia sobre a readmissão de pessoas que residem sem autorização (P7_TA-PROV(2010)0472).

¹⁸ A 25 de Fevereiro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação na Ucrânia (P7_TA-PROV(2010)0035).

¹⁹ A 18 de Maio de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a concessão de assistência macrofinanceira à Ucrânia (P7_TA-PROV(2010)0169).

²⁰ A 25 de Novembro de 2011, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a Ucrânia (P7_TA-PROV(2010)0444).

As negociações com a **Moldávia**^{21 22} sobre um novo Acordo de Associação foram lançadas em Janeiro de 2010 e progrediram a bom ritmo ao longo de todo o ano. A UE continuou a apoiar o processo de reformas na Moldávia. Ao mesmo tempo, a UE manteve uma intensa participação nos esforços para resolver o conflito na Transnístria, embora não se tenham notado grandes progressos tangíveis. Em 22 de Fevereiro de 2010, o Conselho dos Negócios Estrangeiros adoptou conclusões sobre a República da Moldávia, bem como uma decisão que prorroga as medidas restritivas contra os dirigentes da região transnístria da República da Moldávia mas que suspende ao mesmo tempo a implementação dessas medidas até Setembro de 2010. Nessa ocasião, o Conselho lamentou também que não se tivessem registado progressos substanciais na via de uma resolução política do conflito na Transnístria.

A UE manteve ao longo de 2010 o seu firme envolvimento no **Sul do Cáucaso**²³, tendo a Alta Representante realizado um encontro com o Presidente da Geórgia, a 25 de Março de 2010, e com o Presidente da Arménia, a 27 de Maio de 2010. A 17 de Junho de 2010 foi assinado o acordo UE-Geórgia sobre a facilitação da emissão de vistos, seguido pelo acordo de readmissão de 22 de Novembro de 2010. Prosseguiram também os trabalhos com vista ao reforço de relações contratuais com a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia, que assentarão nos princípios da inclusividade, da diferenciação e da condicionalidade. Em Maio de 2010, o Conselho autorizou a abertura de negociações com a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia com vista à celebração de Acordos de Associação. Nas suas conclusões de 14 de Junho de 2010, o Conselho declarou aguardar com expectativa o lançamento das negociações sobre os futuros Acordos de Associação, inclusive sobre a criação de Zonas de Comércio Livre Abrangentes e Aprofundadas logo que os países em causa preencham as condições necessárias. As negociações com cada um dos três países foram lançadas em Julho de 2010, tendo progredido a bom ritmo desde essa data. Entretanto prosseguiu a projecção da Missão de Observação da UE na Geórgia (EUMM).

²¹ A 21 de Outubro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre reformas implementadas e desenvolvimentos na República da Moldávia (P7_TA-PROV(2010)0385).

²² A 24 de Novembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o protocolo ao Acordo de Parceria e Cooperação CE-Moldávia (P7_TA-PROV(2010)0428).

²³ A 20 de Maio de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a necessidade de uma estratégia da UE para o Sul do Cáucaso (P7_TA-PROV(2010)0193).

Os desenvolvimentos internos na **Bielorrússia** ²⁴ permitiram que a UE intensificasse gradualmente as relações com este país, até que os acontecimentos de finais de 2010 vieram alterar completamente a situação. A 25 de Outubro de 2010, o Conselho adoptou conclusões em que reafirmava a disponibilidade da UE para aprofundar as relações e prestar o seu apoio, sob reserva de uma evolução positiva em matéria de democracia, direitos humanos e Estado de direito. O Conselho continuou preocupado com a situação da democracia e dos direitos humanos no país, a qual impediu que a UE revogasse inteiramente as medidas restritivas contra alguns altos funcionários bielorrussos. As tendências positivas observadas na Bielorrússia foram quebradas pelas eleições presidenciais de 19 de Dezembro e pela violenta repressão por parte das autoridades. Daí resultou uma reacção firme da UE: a 20 de Dezembro, a Alta Representante emitiu uma declaração crítica, seguida, a 23 do mesmo mês, por uma declaração conjunta da Alta Representante e da Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton sobre a situação pós-eleitoral.

Ásia Central

Prosseguiu ao longo de 2010 a implementação da Estratégia da UE para a Ásia Central, que inclui o diálogo político e a cooperação técnica. Em Abril de 2010, realizou-se uma reunião ministerial UE-Ásia Central que incidiu principalmente nas ameaças e desafios comuns, tais como o terrorismo, o tráfico de seres humanos e de droga, a não-proliferação e a segurança energética. No decurso do ano, realizaram-se também várias outras reuniões a nível político. Em Junho de 2010, o segundo relatório conjunto do Conselho e da Comissão sobre os progressos realizados na implementação da Estratégia para a Ásia Central, apresentado ao Conselho Europeu, observava que a implementação estava bem encaminhada e que era necessário centrar mais a atenção no aumento da visibilidade dos esforços desenvolvidos pela UE na região e na intensificação da cooperação sobre questões políticas. O REUE para a Ásia Central estabeleceu numerosos contactos com os países da região e com terceiros a respeito da situação regional.

²⁴ A 10 de Março de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação da sociedade civil e das minorias nacionais na Bielorrússia (P7_TA-PROV(2010)0055).

A UE continuou preocupada com a **situação dos direitos humanos** na Ásia Central, tendo estas questões sido levantadas nas reuniões realizadas a alto nível com todos os países em causa. Em conformidade com a Estratégia para a Ásia Central, a UE estabeleceu diálogos sobre direitos humanos com todos os países da região. Realizaram-se consultas a este respeito ao longo de todo o ano de 2010. No que respeita ao **Uzbequistão**, o Conselho, após uma análise da situação, adoptou a 25 de Outubro de 2010 conclusões em que se congratulava com a cooperação construtiva entre a UE e o Uzbequistão em diversos domínios, exprimindo ao mesmo tempo sérias preocupações quanto à situação dos direitos humanos neste país.

A UE colaborou estreitamente com a ONU, a OSCE e outros intervenientes internacionais no sentido de ajudar o **Quirguizistão** a reagir às convulsões políticas de Abril e à agitação de Junho de 2010. O empenhamento da UE, em que o REUE desempenhou um papel significativo, ficou patente numa série de declarações públicas da Alta Representante da UE e da Presidência.

Balcãs Ocidentais

Os Balcãs Ocidentais continuaram a ser da máxima prioridade para a UE durante o ano de 2010. Tendo em vista incentivar o diálogo político e os progressos na aproximação à UE, a Alta Representante visitou Sarajevo, Pristina e Belgrado em Fevereiro de 2010. O Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, visitou a região, levando-lhe uma ampla mensagem de apoio à sua perspectiva europeia. Encontram-se destacadas na região três importantes missões da PESC – a Missão de Polícia da UE e a EUFOR ALTHEA, na Bósnia-Herzegovina, e a Missão para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX Kosovo) – que contribuem significativamente para a estabilidade, a reforma do sector da segurança e o Estado de direito.

A 8 de Novembro de 2010, o Conselho decidiu abolir a obrigação de visto para os cidadãos da Albânia e da Bósnia-Herzegovina ²⁵ a partir de 15 de Dezembro. Em Dezembro, o Conselho tomou nota da intenção da Comissão de lançar um diálogo com o Kosovo sobre a liberalização de vistos, logo que estejam reunidas todas as condições, e da intenção da Comissão de comunicar ao Conselho, antes de lançar esse diálogo, a avaliação que tiver efectuado quanto ao cumprimento das referidas condições.

²⁵ A 7 de Outubro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre os países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas dos Estados-Membros (incluindo a liberalização de vistos para a Albânia e a Bósnia-Herzegovina) (P7_TA-PROV(2010)0349).

O **Processo de Estabilização e de Associação (PEA)** continuou a constituir o quadro de acção global para as relações e negociações com os países dos Balcãs Ocidentais. Tal como foi mais uma vez confirmado na reunião de alto nível sobre os Balcãs Ocidentais, realizada a 2 de Junho de 2010 em Sarajevo, o Conselho reiterou em 2010 o seu empenhamento inequívoco na perspectiva europeia dos países dos Balcãs Ocidentais, que continua a ser essencial para a estabilidade, a reconciliação e o futuro da região. O Conselho reiterou igualmente a necessidade de respeitar uma condicionalidade equitativa e rigorosa, no quadro do Processo de Estabilização e de Associação e nos termos do consenso renovado em torno do alargamento aprovado pelo Conselho Europeu de 14-15 de Dezembro de 2006.

A UE reiterou a importância de que se revestem a **cooperação regional e as relações de boa vizinhança** no contexto do processo de aproximação à UE. Embora se tenham realizado progressos significativos em 2010, todos tinham ainda desafios pela frente. Assim, há que estabelecer um diálogo político construtivo, consolidar o Estado de direito, nomeadamente garantindo a liberdade de expressão, a luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, a eficácia e a independência do poder judicial e a melhoria da capacidade administrativa, bem como abordar e resolver questões bilaterais em aberto. O Processo de Cooperação da Europa do Sudeste (PCESE) desempenhou um papel positivo neste contexto. O Conselho de Cooperação Regional (CCR) continuou a reforçar a cooperação na região numa série de domínios essenciais.

No ano de 2010, a **Croácia** realizou progressos substanciais nas negociações de adesão, que entraram na fase final. O Conselho encorajou a Croácia a resolver todas as questões bilaterais em aberto, especialmente os diferendos fronteiriços, tendo presente a importância de manter relações de boa vizinhança.

A 25 de Outubro de 2010 o Conselho, na sequência do pedido de adesão à UE apresentado pela **Sérvia** em 2009, solicitou à Comissão que preparasse um parecer sobre o assunto.

O Acordo de Estabilização e de Associação (AEA) UE-**Montenegro** entrou em vigor em 1 de Maio de 2010. A 16 de Dezembro de 2010, o Conselho Europeu conferiu ao Montenegro o estatuto de país candidato.

Os Acordos Provisórios entre a UE e a Bósnia-Herzegovina, bem como entre a UE e a Sérvia – que entraram em vigor em 1 de Fevereiro de 2010 – continuaram a ser aplicados na pendência da conclusão de todas as formalidades para a entrada em vigor do AEA.

No caso da **Bósnia-Herzegovina**²⁶, o Conselho, na sequência das eleições de 3 de Outubro, reiterou em Dezembro de 2010 o seu apelo para que seja estabelecido um diálogo político construtivo a fim de desenvolver uma visão comum para o futuro do país e de implantar firmemente a agenda da UE no cerne do programa dos governos. A Missão de Polícia da UE na Bósnia-Herzegovina prosseguiu a sua actividade. Entretanto, a EUFOR Althea continuou a funcionar com eficácia, mantendo-se a situação em matéria de segurança em geral calma e estável. **No Kosovo**²⁷, a UE mantém a sua forte presença através do Representante Especial (REUE) e da Missão para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX Kosovo), fomentando o respeito pelos direitos humanos e a protecção das minorias e do património cultural e religioso. Durante o ano de 2010, o apoio ao processo político e o contributo para a cooperação e estabilidade regional contaram-se entre os domínios de interesse do REUE. A Missão da UE para o Estado de direito no Kosovo (EULEX Kosovo) continuou a funcionar como importante factor de estabilidade.

Em Dezembro de 2010, o Conselho reiterou a disponibilidade da UE para facilitar um processo de **diálogo entre Belgrado e Pristina**, saudado na Resolução 64/298 da Assembleia Geral das Nações Unidas, para promover a cooperação, realizar progressos na via da aproximação à UE e melhorar as condições de vida da população. O processo de diálogo, só por si, será um factor de paz, segurança e estabilidade na região.) O Conselho congratulou-se com o empenhamento de Pristina e de Belgrado em estabelecerem contactos nesta base e convidou-os a dar mostras de um espírito construtivo.

Em Dezembro de 2010, o Conselho exortou veementemente os partidos políticos da **Albânia**²⁸ a ultrapassarem o impasse político em que o país permanece desde as eleições de Junho de 2009, estabelecendo um diálogo político construtivo e sustentado para levar por diante as reformas exigidas pela UE, nomeadamente no sentido de assegurar o bom funcionamento do parlamento.

²⁶ A 17 de Junho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a Bósnia-Herzegovina (P7_TA-PROV(2010)0238).

²⁷ A 8 de Julho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o Kosovo (P7_TA-PROV(2010)0281).

²⁸ A 8 de Julho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a Albânia (P7_TA-PROV(2010)0282).

Na **antiga República jugoslava da Macedónia** (ARJM), o Governo de coligação formado em 2008 continuou a funcionar com estabilidade. Nas suas conclusões de Dezembro de 2010, o Conselho registou as recomendações da Comissão no sentido de iniciar negociações de adesão e declarou estar pronto a voltar a esta questão durante a Presidência seguinte.

Continua a ser fundamental manter relações de boa vizinhança e designadamente encontrar, sob a égide das Nações Unidas, uma solução negociada e mutuamente aceite para o problema da denominação do país.

Ásia

Dada a crescente influência da **China** ²⁹ nos assuntos regionais e mundiais, a UE incentivou-a a desempenhar o seu papel na promoção da estabilidade regional e a assumir um papel activo na busca de soluções para as crises regionais e na resposta aos desafios mundiais. Durante a primeira parte do ano, esteve em foco a consolidação das relações bilaterais no quadro pós-Lisboa. A visita do Colégio dos Comissários à China, em Maio, e o primeiro diálogo estratégico entre o Conselheiro de Estado Dai Bingguo e a Alta Representante, em Setembro – também na China –, ajudaram a reforçar o entendimento mútuo. Em 16 de Setembro, no contexto da análise das relações com os parceiros estratégicos da UE, o Conselho Europeu acordou na necessidade de a Europa promover os seus interesses e valores junto da China de forma mais assertiva e num espírito de reciprocidade e benefício mútuo. Foi este o pano de fundo da 13.ª Cimeira UE-China (Bruxelas, 6 de Outubro). A UE está preocupada com a deterioração da situação na China no que respeita aos direitos humanos. A reacção da China à decisão de atribuir o Prémio Nobel da Paz ao dissidente detido Liu Xiaobo ³⁰, veio afectar as relações bilaterais nos últimos dias de 2010

Em Dezembro de 2010, no contexto do actual processo de análise das relações com os parceiros estratégicos da UE, a Alta Representante apresentou ao Conselho Europeu o primeiro relatório intercalar sobre a parceria estratégica com a China. Tanto este debate como os contactos a alto nível que estão a decorrer entre ambas as partes irão contribuir para os preparativos da 14.ª Cimeira.

²⁹ A 25 de Novembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o Tibete – planos para tornar o chinês a principal língua de ensino (P7_TA-PROV(2010)0449).

³⁰ A 22 de Janeiro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre as violações dos direitos humanos na China, nomeadamente o caso de Liu Xiaobo (P7_TA-PROV(2010)0006).

A **Cimeira UE-Japão** (28 de Abril de 2010) saldou-se por um êxito. Ao longo de 2010, a UE e o Japão mantiveram uma cooperação ao nível das Equipas de Reconstrução Provincial no Afeganistão e decidiram explorar o seu potencial de cooperação na criação de capacidades da polícia afegã, bem como realizar um seminário sobre criação de capacidades no Tajiquistão, com o objectivo de reforçar a capacidade de gestão das fronteiras. O Japão manifestou pela primeira vez interesse em contribuir com efectivos para as missões civis do domínio da PCSD. Registou-se uma interacção frutuosa entre as unidades da NAVFOR ATALANTA e a Força Marítima de Auto-Defesa do Japão. A UE e o Japão coordenaram igualmente o apoio que um e outro prestam às actividades do planeado centro de formação regional do Jibuti e dos centros de partilha de informações do Iémen, do Quénia e da Tanzânia.

Na **Cimeira UE-República da Coreia** (6 de Outubro de 2010), a UE assinou um Acordo de Comércio Livre com a Coreia do Sul e requalificou as suas relações com Seul para um nível de parceria estratégica. Ao longo de 2010, a UE emitiu várias declarações em que condenava as acções levadas a cabo pela República Popular Democrática da Coreia contra a República da Coreia que levaram à perda de vidas humanas.

No **Afeganistão**³¹, o processo de transição que visa a transferência gradual de poderes para o Governo afegão começou em 2010, com as conferências de Londres e de Cabul e a Cimeira da OTAN em Lisboa. Além disso, foram intensificadas a assistência civil e a cooperação regional. Pela primeira vez em Cabul, foi nomeado um Chefe de Delegação que acumula este cargo com o de REUE, a fim de reforçar a presença da UE no terreno, conforme previsto no Plano de Acção. Por outro lado, a UE enviou uma equipa de avaliação eleitoral para acompanhar as eleições legislativas de 2010 no Afeganistão. A Missão de Polícia da UE no Afeganistão (EUPOL Afeganistão) continuou a contribuir para a paz e a segurança do povo afegão numa sociedade baseada no Estado de direito.

³¹ A 16 de Dezembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre uma nova estratégia para o Afeganistão (P7_TA-PROV(2010)0490).

A UE realizou a sua segunda Cimeira *ad hoc* com o **Paquistão** ³² a 4 de Junho de 2010. A fim de estruturar o diálogo estratégico, a UE e o Paquistão concordaram em elaborar um plano quinquenal de empenhamento com metas específicas para a execução de acções conjuntas. No Verão de 2010, a UE reagiu rapidamente a algumas das piores inundações da história do Paquistão, que afectaram mais de 20 milhões de pessoas. O Conselho Europeu de 16 de Setembro de 2010 acordou na elaboração de um pacote abrangente de medidas a curto, médio e longo prazo nos domínios da ajuda humanitária, do desenvolvimento e do comércio. A Alta Representante e o Ministro dos Negócios Estrangeiros paquistanês co-organizaram uma reunião ministerial dos Amigos do Paquistão Democrático que teve lugar em Bruxelas, a 15 de Outubro de 2010. No comunicado conjunto que se seguiu à reunião, o Paquistão comprometeu-se a levar a cabo reformas económicas e institucionais.

Em 2010 começou a ser executado, num cenário de conflito exacerbado em ambos os países, o Plano de acção da UE para o reforço do seu empenhamento no Afeganistão e no Paquistão.

Em 2010, as relações entre a UE e a **Índia** ficaram marcadas por um impulso decidido no sentido de reforçar a dimensão política e estratégica da parceria estratégica, que continua pouco desenvolvida. A primeira visita da Alta Representante à Índia, no mês de Junho, foi uma etapa nessa direcção. Em Dezembro de 2010 realizou-se a 11.ª Cimeira UE-Índia, co-presidida pelos presidentes Van Rompuy e Durão Barroso. A adopção na Cimeira de uma declaração conjunta UE-Índia sobre terrorismo internacional foi um passo significativo para o reforço do relacionamento político e estratégico, como o foi o acordo de concentrar a futura cooperação prática no domínio da segurança nas áreas da ciber-segurança e da luta contra o terrorismo e a pirataria. Em todas essas reuniões foram também debatidas as crises regionais no Sul da Ásia e outros temas mundiais de interesse comum. O ano de 2010 também assistiu a mais uma reunião do diálogo UE-Índia sobre direitos humanos (durante a qual foi transmitida às autoridades indianas uma lista de 20 destacados defensores dos direitos humanos cuja situação a UE tem acompanhado atentamente) e à já habitual visita anual dos Chefes de Missão da UE a Caxemira.

³² A 20 de Maio de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a liberdade religiosa no Paquistão (P7_TA-PROV(2010)0194).

Em 2010 os direitos humanos continuaram a ser um tópico muito importante nas relações UE-**Sri Lanka**; em Agosto a UE retirou o SPG e as concessões comerciais, por não ter sido apresentado nenhum roteiro susceptível de levar o país a cumprir as suas obrigações internacionais. Todavia, a UE deixou em aberto a possibilidade de renovar o diálogo com Colombo, começando por algumas questões sectoriais de interesse mútuo.

A UE manteve a sua abordagem multifacetada em relação à **Birmânia/Mianmar**, ou seja, manteve as medidas restritivas, por um lado, e, por outro, continuou a prestar ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento. Foram prosseguidos o diálogo e os contactos com as autoridades no âmbito do ASEM e da ASEAN. A UE continuou a apoiar os esforços da ONU. De acordo com as conclusões do Conselho de 26 de Abril de 2010, a UE continuou a esforçar-se para associar as autoridades da Birmânia/Mianmar, bem como elementos da oposição e dos partidos de cariz étnico, incluindo Aung San Suu Kyi, aos processos políticos do país. A UE lamentou que as autoridades não tivessem tomado as medidas necessárias para garantir que o processo das eleições de 7 de Novembro decorresse em condições de liberdade e equidade, com a participação de todos. A UE continuou empenhada em contribuir para a transição pacífica para um sistema de governo legítimo, composto por civis, e em procurar obter a libertação de todos os presos políticos.

A UE prosseguiu o seu diálogo político com a **ASEAN**, a nível ministerial, numa reunião realizada em Maio de 2010 em que foi reafirmada a importância estratégica da cooperação e das relações entre a UE e a ASEAN. Nessa ocasião, os Ministros congratularam-se com o avanço do processo de alteração ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático que deverá permitir a adesão da UE ao mesmo Tratado, o que aguardam com expectativa. A UE realizou também progressos substanciais nas negociações de APC com vários países da ASEAN, em particular o Vietname e as Filipinas³³. Foram rubricados acordos com estes dois países. Embora mantendo o objectivo estratégico de um acordo de comércio livre entre regiões, a UE continuou a prosseguir acordos de comércio livre a nível bilateral com países relevantes da ASEAN, tendo acordado em lançar negociações com a Malásia³⁴ e Singapura.

³³ A 22 de Janeiro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre as Filipinas (P7_TA-PROV(2010)0007).

³⁴ A 16 de Dezembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a Malásia: a prática da fustigação (P7_TA-PROV(2010)00494).

Realizou-se em Bruxelas, a 4-5 de Outubro de 2010, a oitava **Cimeira da ASEM** (Reunião Ásia-Europa), com a participação de 46 Chefes de Estado e de Governo, para além do Presidente do Conselho Europeu, do Presidente da Comissão Europeia e do Secretário-Geral da ASEAN, durante a qual foram abordados assuntos como o aperfeiçoamento da governação económica mundial, o desenvolvimento sustentável, outras questões de alcance mundial e regional, as relações entre os cidadãos da Ásia e da Europa e o futuro da ASEM. Para além da habitual Declaração da Presidência, foi ainda emitida pela Cimeira uma "Declaração sobre uma Governação Mundial Mais Eficaz", que contribuirá para chamar a atenção para este assunto na perspectiva da Cimeira do G-20, a realizar em Seul.

África

Em 2010, a UE continuou a desenvolver a sua relação estratégica com a União Africana (UA) e com organizações regionais africanas. A **Estratégia Conjunta África-UE** continuou a ser o grande quadro político transcontinental. O segundo Plano de Acção (2011-2013) da Estratégia foi aprovado na 3.^a Cimeira África-UE ³⁵, em Novembro de 2010. Ao longo do ano realizaram-se outras importantes reuniões, nomeadamente, a 3.^a reunião consultiva conjunta entre o CPS da UE e o CPS da UA.

No que respeita à Parceria em matéria de Paz e Segurança, avançou-se na operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA). Foi concluído com êxito o primeiro ciclo de formação continental, que testou a capacidade da UA para, sob a sua liderança, planear, gerir e conduzir uma operação de apoio à paz.

Entre as principais realizações no domínio da governação democrática e dos direitos humanos contam-se o lançamento da Plataforma UE-África para o diálogo sobre governação, o apoio financeiro da UE ao fundo de apoio eleitoral da UA, uma melhor coordenação entre as missões de observação eleitoral da UE e as da UA, a organização de seminários da sociedade civil sobre direitos humanos, um diálogo semestral UE-UA sobre direitos humanos, e o apoio às estruturas do Mecanismo Africano de Análise pelos Pares.

³⁵ A 15 de Dezembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o futuro da Parceria Estratégica África-União Europeia depois da 3.^a Cimeira UE-África (P7_TA-PROV(2010)0482).

Em 2010 foram tomadas novas medidas para reforçar a parceria estratégica da UE com a **África do Sul**. A 3.^a Cimeira África do Sul-União Europeia (28 de Setembro de 2010) foi uma oportunidade para implicar a África do Sul como protagonista no continente africano e potencial elo conciliador, no que se refere nomeadamente às alterações climáticas e à edificação de um sistema multilateral eficaz. Entre as reuniões importantes ao longo do ano contaram-se, entre outras, a reunião de diálogo político a nível ministerial, realizada em Bruxelas em 11 de Maio de 2010 e co-presidida pela AR e pelo Ministro sul-africano das Relações Internacionais e da Cooperação, bem como a visita da AR à África do Sul, em Outubro.

Na região do **Sael** mantiveram-se os problemas de segurança e os problemas de desenvolvimento, que estão estreitamente interligados. Em 2010 prosseguiu o tráfico ilícito e intensificaram-se os atentados, sequestros e assassinatos de cidadãos europeus pela Al-Qaida no Magrebe islâmico. As ameaças à segurança transfronteiras, combinadas com as tensões internas não resolvidas, a fragilidade e a pouca capacidade dos Estados, e a falta de oportunidades de educação e de emprego, em particular para os jovens, dificultaram os esforços em prol do desenvolvimento, o que motivou a elaboração de uma Estratégia da UE para a Segurança e o Desenvolvimento do Sael. Baseando-se nas iniciativas nacionais, bilaterais e multilaterais já existentes, a UE trabalhará em estreita cooperação com as autoridades dos países da região, com a sociedade civil e com organismos regionais e internacionais como a União Africana e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A situação política e as condições de segurança na **Guiné-Bissau** continuaram a deteriorar-se devido à revolta militar de Abril, que foi firmemente condenada pela UE, e à subsequente nomeação para altos cargos do exército de pessoas implicadas em actos ilegais, nomeadamente anticonstitucionais, nomeação essa também firmemente rejeitada pela Alta Representante da UE. Perante esta evolução negativa, a UE decidiu pôr termo à sua missão UE RSS GUINÉ-BISSAU, no quadro da PCSD, e estudar a possibilidade de lançar um procedimento no âmbito do artigo 96.º do Acordo de Cotonu e de aplicar as eventuais sanções.

Na **Guiné**, a situação política melhorou com a conclusão pacífica das primeiras eleições livres e transparentes desde a independência do país e a entrada em funções do novo presidente, em Dezembro. Estes acontecimentos constituíram um marco importante no avanço da Guiné para a democratização e o Estado de direito. A UE manteve em vigor uma série de instrumentos: medidas ao abrigo do artigo 96.º, medidas restritivas, incluindo sanções, um embargo de armas, e um congelamento de activos contra membros do regime militar no poder e contra pessoas a eles associadas.

Na **Costa do Marfim** ³⁶, os resultados da segunda volta das eleições presidenciais (realizada a 28 de Novembro), embora reconhecidos pela comunidade internacional, não foram aceites pelo presidente cessante. Esta recusa desencadeou uma profunda crise. A UE apoiou firmemente a ONU, bem como a liderança e a apropriação africanas, designadamente os esforços desenvolvidos pela CEDEAO e pela União Africana. A União aplicou sanções contra o presidente cessante e outras pessoas implicadas em actos ilegais, violentos e antidemocráticos, e, em Dezembro de 2010, alargou a lista por forma a abranger tanto as pessoas como as entidades em causa.

Em 2010 a UE desempenhou um papel crucial no **Corno de África** e mostrou o seu empenhamento continuado relativamente à região através das conclusões adoptadas pelo Conselho, no mês de Junho, que convidam a Alta Representante e a Comissão a apresentarem propostas para uma estratégia abrangente da UE para as relações com o Corno de África.

Em 2010, a UE redobrou esforços na luta contra a pirataria ao largo da Costa da Somália, adoptando uma abordagem global: a operação EUNAVFOR Atalanta, no quadro da PCSD, e o combate às causas profundas da pirataria na **Somália** (ver a parte dedicada às operações no Capítulo E: "*Mais eficácia, capacidade e coerência*").

Na **Somália**, a UE apoiou activamente a busca de uma solução pacífica e duradoura para a crise somali no âmbito do acordo de Jibuti, em estreita coordenação com a ONU e a UA. A UE reforçou o seu empenhamento numa abordagem global para a Somália que contemple as vertentes política, humanitária e do desenvolvimento. Foi lançada uma Missão do âmbito da PCSD para a formação das forças de segurança da Somália (EUTM Somalia).

³⁶ A 16 de Dezembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação na Costa do Marim (P7_TA-PROV(2010)0492).

No Sudão, destacaram-se na agenda as eleições de Abril de 2010 e, em especial, os preparativos para o referendo de Janeiro de 2011 sobre a autodeterminação do Sul do Sudão. A UE procedeu à observação das eleições e dos preparativos (incluindo a constituição de cadernos eleitorais) para o referendo. Continuou a dar o seu apoio ao Painel de Implementação de Alto Nível da UA para o Sudão, que prestou uma importante ajuda às partes no Acordo de Paz Global no quadro das negociações que mantêm par resolver os aspectos pendentes e os problemas do período posterior ao referendo. Durante o ano de 2010, o REUE para o Sudão concentrou-se na execução do Acordo de Paz Global no Sudão, nomeadamente a realização das eleições gerais de Abril e os preparativos para o referendo de Janeiro de 2011 sobre a autodeterminação do Sul do Sudão, bem como as negociações de Doha para alcançar um acordo de paz global e duradouro para o Darfur.

Em **Madagáscar**³⁷, depois do derrube ilegal do Governo, em 2009, o Conselho decidiu, em Junho, adoptar medidas ao abrigo do artigo 96.º do Acordo de Cotonu que afectaram a ajuda da UE. Essas medidas vieram complementar as que haviam sido tomadas pela UA. A UE apoiou a mediação da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Nos **Grandes Lagos**, houve progressos continuados nas relações entre a República Democrática do Congo (RDC)^{38 39} e o Ruanda. O processo de paz em curso na zona oriental da RDC continuou a apresentar grande complexidade política e militar, mantendo-se também grave a situação em matéria de direitos humanos e no que respeita à boa governação no país. A UE continua empenhada na reforma do sector da segurança, assegurando a presença de duas missões da PCSD (EUSEC e EUPOL) cujos mandatos foram renovados e harmonizados. O REUE para a Região dos Grandes Lagos continuou a assegurar o seguimento do processo político regional (Goma, Nairobi, Juba e Burundi), incluindo os mecanismos a accionar na fase que se segue ao processo de paz. Além disso, o REUE teve uma intervenção activa em questões importantes que suscitam a preocupação da UE: a luta contra a violência sexual na RDC, a luta contra a exploração ilegal dos recursos naturais e a luta contra a diáspora das FDLR. O REUE forneceu também a nível local orientação política destinada às duas missões do âmbito da PCSD na RDC (EUPOL e EUSEC).

ç

³⁷ A 11 de Fevereiro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação em Madagáscar (P7_TA-PROV(2010)0032).

³⁸ A 17 de Junho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a República Democrática do Congo: o caso Floribert Chebeya Bahizire (P7_TA-PROV(2010)0244).

³⁹ A 7 de Outubro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre as lacunas em termos de protecção dos Direitos Humanos e da Justiça na República Democrática do Congo (P7_TA-PROV(2010)0350).

Também se registaram progressos no processo de paz do **Burundi**. O movimento rebelde FNL depôs as armas, desmobilizou-se e transformou-se num partido político. O ciclo eleitoral de 2010 (eleições presidenciais, legislativas e autárquicas) decorreu com normalidade, como foi confirmado pela missão europeia de observação. **Américas**

Ao longo do ano de 2010, foi reforçada a parceria estratégica entre a UE e os **Estados Unidos**. Foram mantidos contactos frequentes e estreitos entre a Alta Representante e a Secretária de Estado, Hillary Clinton. Tal aconteceu, por exemplo, após o terramoto ocorrido no Haiti em Janeiro e a mobilização do apoio internacional ao Paquistão na sequência das catastróficas inundações a meio do ano.

A **Cimeira UE-EUA** ⁴⁰ que teve lugar em Lisboa a 20 de Novembro de 2010 centrou-se nos temas do emprego e crescimento, desafios mundiais, segurança dos nossos cidadãos e política externa. Destacou a cibersegurança como sendo um dos grandes desafios para a segurança e uma área essencial da cooperação UE-EUA, e criou um Grupo de Trabalho UE-USA dedicado a esta questão. Realçou a importância do Conselho Económico Transatlântico, que se reuniu a 17 de Dezembro de 2010, e destacou o papel que desempenha no estímulo ao comércio e na criação de emprego. Além disso, a Cimeira UE-USA conferiu ao diálogo UE-EUA sobre desenvolvimento um novo mandato, a saber, elaborar um plano de trabalho para melhorar a cooperação no domínio da eficácia da ajuda, na perspectiva do Quarto Fórum de Alto Nível nesta matéria (Busan, Novembro de 2011). A Cimeira foi precedida de uma reunião ministerial do Conselho da Energia UE-EUA, co-presidida pela Alta Representante/Vice-Presidente e pela Secretária de Estado, Hillary Clinton.

O **programa nuclear iraniano** continuou a ser fonte de grande preocupação, tanto para a UE como para os EUA. A condução de estreitas consultas entre a UE e os USA acompanhou os debates entre o Irão e a China, a França, a Alemanha, a Rússia, o Reino Unido, os EUA e a Alta Representante da UE. Tanto a UE como os EUA apoiaram resolutamente a adopção da RCSNU 1929, que alargou o leque de medidas restritivas contra o Irão.

⁴⁰ Em 11 de Novembro, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a próxima cimeira UE-EUA e o Conselho Económico Transatlântico (P7_TA-PROV(2010)0396).

A cooperação entre a UE e os EUA foi alargada a um número crescente de **operações de gestão de crises**, incluindo a EUTM Somália, a EUNAVFOR Atalanta e a Missão EULEX para o Estado de Direito no Kosovo, para as quais os EUA contribuíram com pessoal destacado. No Afeganistão, os esforços centraram-se na cooperação da EUPOL com o Comando Combinado de Transição para a Segurança no Afeganistão (CSTC-A), a missão de formação liderada pelos EUA, agora articulada com a nova Missão de Formação da OTAN no Afeganistão (NTM-A). Em 18 de Novembro foi celebrado entre a UE e os EUA um acordo de segurança espacial em matéria de cooperação no domínio da investigação. A cooperação UE-EUA foi também alargada à formação e aos exercícios. Os EUA tiveram o papel de observador no MILEX 10, o quinto exercício militar da UE, que decorreu no mês de Junho.

A UE e os EUA prosseguiram a sua estreita cooperação na **luta contra o terrorismo**, através nomeadamente do acordo sobre um programa de detecção do financiamento do terrorismo. Além disso foram lançadas, com base nos mandatos aprovados em Dezembro, as negociações para a celebração de um acordo sobre o registo de identificação dos passageiros.

A Cimeira UE-**Canadá** ⁴¹ que decorreu em Bruxelas, em Maio de 2010, deu ensejo à realização de amplos debates em que foi passada em revista a agenda bilateral, com destaque para negociação em curso de um acordo geral de comércio e cooperação económica, a cooperação no domínio da política externa e de segurança, as questões internacionais e a presidência canadiana do G8. Ao longo do ano de 2010, o Canadá continuou a participar nas missões PCSD da UE no Afeganistão, nos territórios palestinianos e no Kosovo. As missões de observação eleitoral enviadas pela UE ao Sudão, à Etiópia e ao Burundi contaram com observadores canadianos. A 6 de Dezembro, o Conselho adoptou o mandato de negociação de um acordo-quadro actualizado entre a UE e o Canadá.

⁴¹ Em 5 de Maio de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a Cimeira UE-Canadá (P7_TA-PROV(2010)0142).

As relações políticas com a **América Latina e as Caraíbas** ⁴² continuaram a intensificar-se em 2010. A 6.ª Cimeira UE-América Latina e Caraíbas teve lugar em Madrid, a 18 de Maio de 2010, com a participação dos Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia, bem como da Alta Representante. Nessa Cimeira foi concluída a negociação de um Acordo de Associação com a América Central; retomada após um longo impasse a negociação de Acordo de Associação com o Mercosul; lançada a Facilidade de Investimento para a América Latina (FIAL); tomada a decisão de criar a Fundação UE-ALC; e adoptado um Plano de Acção para incentivar a implementação de actividades concretas em domínios essenciais. À margem da Cimeira realizou-se uma série de importantes reuniões, incluindo uma reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros UE-ALC.

A Cimeira UE-**México** (16 de Maio) subscreveu formalmente o plano executivo conjunto da Parceria Estratégica UE-México e acordou na importância de lançar diálogos estratégicos sectoriais sobre assuntos macroeconómicos e de segurança.

A Cimeira com o **Chile** (17 de Maio) confirmou o sucesso da implementação do Acordo de Associação nos últimos anos e centrou-se igualmente na situação posterior ao terramoto de Fevereiro de 2010.

Além do relançamento do processo de negociação de um acordo de associação, a **Cimeira com o Mercosul** (17 de Maio) saldou-se na assunção de compromissos pelos dirigentes no sentido de evitar o protecçãoismo, estreitar a cooperação na área da ciência e tecnologia e intensificar a coordenação nas instâncias internacionais.

Na Cimeira com a **Comunidade Andina** (19 de Maio), foi saudada a conclusão das negociações de um acordo de comércio com a Colômbia e o Peru e foi assumido o compromisso de intensificar a cooperação na luta antidroga.

Na Cimeira com a **América Central** de 19 de Maio decidiu-se intensificar a cooperação em matéria de segurança e alterações climáticas.

⁴² Em 5 de Maio de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a estratégia da UE para as relações com a América Latina (P7_TA-PROV(2010)0141).

A Cimeira UE-**Fórum dos Estados ACP das Caraíbas** (CARIFORUM) realizada em 17 de Maio apoiou a reabertura do diálogo político regional no início da Primavera, decidiu lançar os trabalhos para uma Estratégia Conjunta UE-Caraíbas e adoptou um projecto de enquadramento para o efeito.

A **Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana** (EUROLAT) contribuiu para a Cimeira de Madrid formulando, em 15 de Maio, uma série de recomendações sobre questões como a cooperação bi-regional, os processos de integração regional, a Fundação UE-ALC, as migrações, as alterações climáticas, as energias renováveis e a crise financeira.

A Cimeira UE-**Brasil** de Julho de 2010 confirmou a solidez do nosso relacionamento estratégico; centrou-se nas alterações climáticas, na crise económica e financeira internacional e no G-20. Foram assinados acordos na área da aviação civil, e foi lançada uma iniciativa de cooperação triangular com Moçambique no domínio da bioenergia.

Em 10 de Junho, realizou-se em Paris a quinta sessão de diálogo político UE-**Cuba** ⁴³; foram abordadas questões de direitos humanos, bem como temas da agenda internacional como as alterações climáticas. O CNE de 25 de Outubro incumbiu a AR de analisar as medidas tomadas pelo Governo cubano e de conduzir uma reflexão sobre as implicações dessas medidas para a UE. No âmbito dessa reflexão, e com base na posição comum, a AR foi encarregada de apalpar terreno e de dar conta do andamento destas diligências.

No rescaldo do trágico terramoto ocorrido no **Haiti** ⁴⁴ em Janeiro de 2010, a UE mobilizou um apoio substancial, em termos de ajuda humanitária e de desenvolvimento, a facultar às populações afectadas. A UE prestou um apoio orçamental crucial para a manutenção da operacionalidade do Governo e contribuiu financeiramente para o processo eleitoral. A Alta Representante visitou o Haiti em Março de 2010 e participou com os Comissários Andris Piebalgs e Kristalina Georgieva na conferência internacional de doadores realizada em Março de 2010, em Nova Iorque, para apoiar a reconstrução do Haiti, tendo anunciado uma contribuição única da UE superior a 1200 milhões de euros.

⁴³ A 11 de Março de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação em Cuba (P7_TA-PROV(2010)0063).

⁴⁴ A 10 de Fevereiro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o terramoto no Haiti (P7_TA-PROV(2010)0015).

Ao longo do ano tiveram lugar reuniões dos Comités Mistos com a Argentina, o México e o Chile. Na reunião com a **Argentina** foi adoptado um plano de actividades conjunto para o período 2010-2013, que visa aprofundar as relações bilaterais. A reunião com o **México** permitiu avaliar a implementação do plano executivo, no âmbito da Parceria Estratégica UE-México. Durante o ano de 2010 foi conduzido o primeiro diálogo sobre direitos humanos com o México ⁴⁵. Os debates com o **Chile** incidiram sobre as diversas áreas do relacionamento bilateral, incluindo a implementação da Associação para o Desenvolvimento e a Inovação (ADI). Ao nível sub-regional, a **Cimeira entre a UE e a Comunidade Andina** de Março de 2010 abordou diversos aspectos das nossas actuais relações, como a luta antidroga, as alterações climáticas e a situação da cooperação da UE.

Na reunião ministerial do **Grupo do Rio** que decorreu em Nova Iorque, em Setembro de 2010, foram debatidas as perspectivas para a Comunidade de Estados da América Latina e Caraíbas (CELAC).

B. Enfrentar ameaças e desafios globais

Não proliferação e desarmamento

Durante o ano de 2010, as actividades da UE neste domínio continuaram a basear-se na sua Estratégia de 2003 contra a Proliferação de Armas de Destruição Maciça (ADM) ⁴⁶ e na sua Estratégia de 2005 para a luta contra a acumulação ilícita e o tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC);⁴⁷ centraram-se na execução do Plano de Acção de 2008 sobre as ADM ⁴⁸, com o qual se pretende tornar a política de não proliferação numa prioridade transversal das políticas da UE e dos Estados-Membros, mediante o aumento da sensibilização, a determinação das melhores práticas e o incentivo a uma melhor coordenação.

⁴⁵ Em 11 de Março de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a escalada da violência no México (P7_TA-PROV(2010)0067).

⁴⁶ <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/03/st15/st15708.pt03.pdf>

⁴⁷ <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/06/st05/st05319.pt06.pdf>

⁴⁸ <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/08/st17/st17172.pt08.pdf>

A UE continuou a apoiar a universalização dos Tratados internacionais e de outros instrumentos pertinentes, assim como a sua plena implementação, nomeadamente através de acções e de projectos concretos financiados ao abrigo do orçamento da PESC 49. A UE prosseguiu igualmente a sua política de integração da não proliferação de ADM 50 e de ALPC 51 nas relações contratuais que estabelece com países terceiros. Em 2010, foram acordadas cláusulas desse tipo com vários países, nomeadamente o Vietname, as Filipinas e a Mongólia.

Armas de destruição maciça e respectivos vectores

A UE contribuiu para o êxito do resultado da Conferência de Análise de 2010 do **Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP)** e está empenhada na execução dos planos de acção adoptados para os três pilares do TNP – desarmamento nuclear, não proliferação e utilização pacífica da energia nuclear –, incluindo os acordos alcançados sobre o Médio Oriente. No seguimento da Conferência de Análise do TNP, a UE redobrou esforços no sentido de organizar um seminário previsto para 2011, em execução da Decisão 2010/799 do Conselho, adoptada a 13 de Dezembro de 2010, a fim de apoiar um processo de criação de um clima de confiança conducente à criação de uma zona livre de armas de destruição maciça e respectivos vectores no Médio Oriente.

Os esforços constantes desenvolvidos pela Alta Representante, em conjunto com a China, a França, a Alemanha, a Federação da Rússia, o Reino Unido e os EUA, para encetar negociações significativas com o Irão não mereceram da parte deste país uma reacção adequada. Tal atitude deu origem a novas sanções pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, completadas por medidas adicionais por parte da UE. O objectivo da UE continua a ser estabelecer com o Irão uma relação duradoura, assente na confiança e na cooperação, o que dependerá dos progressos alcançados na resolução de todas as questões preocupantes, em primeiro lugar a questão nuclear, mas também o terrorismo, bem como a atitude do Irão em relação ao Processo de Paz no Médio Oriente, às questões regionais e aos direitos humanos.

⁴⁹ Cf. Anexos I e III [espaço reservado: lista completa a facultar pela equipa do grupo do SEAE para a coordenação das políticas/relações externas].

⁵⁰ Mais informações disponíveis no sítio Web do Departamento de Não Proliferação do SEAE:

<http://www.consilium.europa.eu/showpage.aspx?id=392&lang=pt>

⁵¹ <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/08/st17/st17186.pt08.pdf>

No que toca à Coreia do Norte (**RPDC**)⁵², a UE prosseguiu o seu firme apoio ao processo de Conversações a Seis e à plena implementação das Resoluções 1718 e 1874 do CSNU, e encorajou a reconciliação inter-coreana, bem como a estabilidade regional e a desnuclearização da Península. A UE continua preocupada com as actividades de proliferação no exterior levadas a cabo pela RPDC. A UE recordou a necessidade de a RPDC abandonar completamente, e de forma verificável e irreversível, todas as armas nucleares e todos os programas nucleares em curso⁵³.

A UE continuou a promover a rápida entrada em vigor do **Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (CTBT)** e adoptou uma decisão do Conselho⁵⁴ a fim de prosseguir o apoio às actividades da Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (OTPTE).

A UE também continuou a dar apoio à **Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA)**, sediada em Viena. A UE continua a ser o principal doador do Fundo de Segurança Nuclear, que beneficia mais de 50 países na África, Médio Oriente, América Latina e Ásia, e está pronta a contribuir substancialmente para o banco de combustível nuclear da AIEA e para a modernização do laboratório de salvaguardas da AIEA em Seibersdorf.

No âmbito da **Parceria Mundial**, a UE está a tempo de honrar em 2012 o seu compromisso de contribuir com mil milhões de euros, tendo até à data sido gastos mais de 800 milhões e autorizados 900 milhões.

No que respeita à **Convenção sobre as Armas Químicas (CWC)**, foram prosseguidas as medidas referentes à universalização e à plena implementação desta convenção. A UE continuou a basear-se na decisão do Conselho adoptada em Julho de 2009, que assenta nas experiências de cooperação positivas entre a UE e a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). Além disso, a UE começou a consagrar-se à definição da sua posição quanto ao futuro da OPAQ.

⁵² Em 8 de Julho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação na Coreia do Norte (P7_TA-PROV(2010)0279).

⁵³ Regulamento (UE) n.º 1283/2009 do Conselho, de 22 de Dezembro de 2009, que altera o Regulamento (CE) n.º 329/2007, que institui medidas restritivas contra a RPDC. JO L 346 de 23.12.2009, p. 1.

⁵⁴ Decisão 2010/461/PESC do Conselho, de 26 de Julho de 2010, relativa ao apoio às actividades da Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (OTPTE) a fim de reforçar as suas capacidades de vigilância e verificação e no âmbito da execução da Estratégia da UE contra a Proliferação de Armas de Destruição Maciça.

A UE continuou a trabalhar na prevenção da **ameaça das armas biológicas**, motivo de crescente preocupação em todo o mundo. Este trabalho assenta em duas acções comuns, uma de apoio à Convenção sobre as Armas Biológicas e Toxínicas – CABT (que compreende uma série de projectos em prol da universalização, da implementação a nível nacional e da aplicação de medidas de confiança) e outra de apoio às actividades da Organização Mundial da Saúde no domínio da biossegurança e da bioprotecção em execução do Regulamento Sanitário Internacional, reconhecendo a importância de que as medidas preventivas de biossegurança e bioprotecção se revestem para a segurança internacional. A UE também começou a preparar as suas prioridades (confiança na observância, implementação a nível nacional e universalização da convenção) para o êxito da Conferência de Revisão da CABT em 2011, e realizou intensivas consultas para esse efeito à margem da reunião de 2010 dos Estados Partes.

No que respeita aos **processos de controlo das exportações**, a UE apoiou a aplicação das Resoluções 1540, 1673 e 1810 do CSNU através de uma acção comum do Conselho ⁵⁵ que visa o reforço das competências e capacidades dos funcionários públicos de países terceiros. Vários seminários regionais, co-financiados pela UE, permitiram que fossem avaliadas as necessidades e lacunas específicas no domínio do controlo das exportações.

A UE prosseguiu a implementação de uma decisão do Conselho ⁵⁶ relativa ao apoio ao **Código de Conduta da Haia (HCOC)**, único instrumento internacional que aborda a problemática dos mísseis, principal vector de ADM. Neste contexto, é fundamental sensibilizar os Estados não signatários para esta questão.

A UE continuou a trabalhar num projecto de Código de Conduta Internacional que reforça a **confiança e a transparência nas actividades desenvolvidas no espaço extra-atmosférico**, em consulta com países terceiros.

⁵⁵ Acção Comum 2008/368/PESC do Conselho, adoptada em 14.5.2008 – JO L 127 de 15.5.2008, p. 78.

⁵⁶ Decisão 2008/974/PESC do Conselho, adoptada em 18.12.2008 – JO L 345 de 23.12.2008, p. 91.

Armas convencionais: Armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC), minas terrestres antipessoal (MAP) e explosivos remanescentes de guerra (ERG)

As **políticas** dos Estados-Membros **em matéria de controlo das exportações de armas convencionais** continuam a ser regidas pela Posição Comum do Conselho, de Dezembro de 2008, que define regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamento militares, cuja implementação permite aos Estados-Membros da UE aplicar um controlo responsável e transparente das exportações de armas.

Em 2010, a UE esteve particularmente activa, promovendo iniciativas de sensibilização, financiamento e apoio destinadas a intensificar a implementação por parte de países terceiros de **controles eficazes da exportação de armas**. A UE continuou a apoiar a negociação de um Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA), levando a cabo em todo o mundo acções de sensibilização intensivas ⁵⁷. Em 2010 foi adoptada uma decisão do Conselho destinada a apoiar o processo de negociação do TCA.

De acordo com a sua Estratégia de 2005 sobre esta questão, a UE continuou a incentivar o controlo apertado das **armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC)** em todas as instâncias multilaterais e no quadro do diálogo político estabelecido com países terceiros. A UE financiou nomeadamente a criação de instrumentos e técnicas destinados a detectar e visar os aviões de carga suspeitos de envolvimento no comércio ilícito de ALPC ⁵⁸. Prestou também assistência à gestão das reservas e à recolha, registo e informação sobre a transferência de armas e a destruição dos excedentes nos Balcãs Ocidentais.

⁵⁷ Decisão 2009/42/PESC do Conselho, de 19 de Janeiro de 2009, de apoio às actividades da UE para promover entre os países terceiros o processo conducente a um Tratado sobre o Comércio de Armas, no quadro da Estratégia Europeia de Segurança (JO L 17 de 22.1.2009, p. 39) e Decisão 2010/336/PESC do Conselho, de 14 de Junho de 2010, relativa às actividades de apoio ao Tratado sobre o Comércio de Armas, desenvolvidas pela UE no quadro da Estratégia Europeia de Segurança (JO L 152 de 18.6.2010, p. 14).

⁵⁸ Decisão 2010/765/PESC do Conselho, adoptada em 2 de Dezembro de 2010 (JO L 327 de 11.12.2010, p. 44).

A UE continuou a promover a universalização e a plena implementação da **Convenção de Otava sobre as Minas Terrestres Antipessoal e da Convenção sobre Munições de Fragmentação (CCM)**. Em 2010, a UE mostrou-se igualmente activa nas negociações de um novo **protocolo sobre munições de fragmentação** à Convenção das Nações Unidas sobre Certas Armas Convencionais (CCAC) e participou, na qualidade de observador, na primeira Conferência das Partes na Convenção de Oslo sobre Munições de Fragmentação (Vienciana, 8 a 12 de Novembro de 2010) ⁵⁹ .

Terrorismo

Durante o ano de 2010, a UE combateu a ameaça terrorista no quadro das Nações Unidas e no das suas relações com países terceiros e organizações internacionais, sendo para tal norteadada pelo princípio de que a adopção de medidas eficazes de luta contra o terrorismo e a defesa dos direitos humanos, das liberdades fundamentais e do Estado de Direito são objectivos complementares que se reforçam mutuamente. Em termos temáticos, foi dada prioridade à prevenção, ao combate à radicalização e ao recrutamento, e ao financiamento do terrorismo, na UE e não só.

No contexto do apoio constante da UE à Estratégia Mundial das Nações Unidas contra o Terrorismo, de 2006, e às iniciativas do G8 na luta antiterrorista, nomeadamente no âmbito do Grupo Roma-Lyon, a UE lançou uma iniciativa na Ásia Central tendo em vista o reforço da execução daquela estratégia, bem como a intensificação da cooperação regional.

O Paquistão e o Afeganistão, os países da Ásia do Sudeste, o Sahel, o Iémen, a Somália e o Corno de África e a Ásia Central continuaram a ocupar um lugar de destaque nas acções de combate ao terrorismo projectadas pela UE. O Sahel passou a merecer cada vez mais atenção por parte da UE, dada a necessidade de dar resposta à deterioração da situação de segurança e de impedir o rapto de cidadãos da UE. A UE também intensificou o diálogo político e a cooperação com Estados terceiros a respeito do desenvolvimento de capacidades no domínio da luta contra o terrorismo.

Estabeleceram-se diálogos com Marrocos, a Rússia, o Japão, os EUA, a Índia e as Nações Unidas. O principal instrumento financeiro de apoio aos esforços envidados pelos países terceiros no sentido de prevenir e combater o terrorismo continuou a ser o Instrumento de Estabilidade.

⁵⁹ Em 8 de Julho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a entrada em vigor, a 1 de Agosto de 2010, da Convenção sobre as Munições de Fragmentação (CCM) e o papel da União Europeia (P7_TA-PROV(2010)0285).

Segurança energética

Tendo consciência da sua vulnerabilidade, exposta pelas crises recentes, bem como do seu potencial para melhorar o seu desempenho, a segurança energética continuou a ser um tema crucial para a UE ao longo de todo o ano de 2010. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa introduziu novas disposições importantes no domínio da energia, nomeadamente estipulando que a política da União no domínio da energia tem por objectivo assegurar a segurança do aprovisionamento energético da União. Em Novembro de 2010, a comunicação da Comissão intitulada "Energia 2020: Estratégia para uma energia competitiva, sustentável e segura" chamava a atenção para a estreita inter-relação existente entre a segurança energética e a política externa e de segurança.

A relação da UE com a Rússia no domínio da energia continuou a pautar-se por uma forte inter-dependência, uma vez que a Rússia continua a ser o principal fornecedor externo da UE no plano energético, e a UE o maior consumidor de hidrocarbonetos russos. Em 2010, quando o litígio entre a Rússia e a Bielorrússia afectou temporariamente o trânsito de petróleo e de gás para a UE através da Bielorrússia, foi accionado o mecanismo de alerta precoce no domínio da energia entre a UE e a Rússia, assinado em Novembro de 2009. As Cimeiras de Maio/Junho de 2010 e de Dezembro de 2010 entre a UE e a Rússia, assim como o Conselho Permanente de Parceria UE-Rússia sobre energia que teve lugar em Novembro de 2010, foram instâncias que tiveram um papel útil na resposta às questões da segurança energética, entre outras.

Apesar de, em 2009, se ter desvinculado do Tratado da Carta da Energia (TCE), a Rússia, em 2010, continuou a participar, no plano técnico, em várias reuniões da Carta de Energia. Em Novembro de 2010, a Rússia notificou à UE o texto do projecto de Convenção para Garantir a Segurança Energética Internacional.

No quadro do reforço da cooperação com a UE no domínio da energia, a Moldávia aderiu à Comunidade da Energia em Maio de 2010 e a Ucrânia preparava-se para o fazer no início de 2011. Tais adesões permitiram que o mercado interno da UE no domínio da energia, baseado em regras, se alargasse a ambos os países, contribuindo assim para o reforço da segurança energética. Em 2010, avançou o trabalho de integração com a UE dos mercados da energia da Ucrânia e da Moldávia.

Prosseguiram os debates bilaterais com outros países terceiros. Foi nomeadamente assinado um Memorando de Entendimento com o Iraque em Janeiro de 2010. Em 2010 teve início a segunda fase da cooperação estabelecida entre os reguladores de energia da Euromed, **em que participam reguladores da UE e sete países árabes, Israel e a Autoridade Palestiniana.**

O reforço das ligações de transporte de energia continuou a ser um dos domínios prioritários fundamentais da Estratégia da UE para a Ásia Central. Ao longo do ano, foi criada uma nova dinâmica de cooperação através do estabelecimento de contactos de alto nível e da realização de reuniões técnicas dos grupos de trabalho.

A fim de promover a utilização generalizada e sustentável das energias renováveis, a UE tornou-se membro de pleno direito da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), ao ratificar os seus estatutos em Julho de 2010.

Alterações climáticas e segurança internacional (ACSI)

Em 2010, prosseguiu a implementação do documento conjunto de 2008 da Comissão Europeia e do SG/AR, Javier Solana, apresentado ao Conselho Europeu ⁶⁰, e das subsequentes conclusões do Conselho. O trabalho de implementação centrou-se na intensificação do diálogo e no reforço da cooperação internacional com outros intervenientes multilaterais, no diálogo sistemático com terceiros para detectar os riscos potenciais das alterações climáticas para a segurança regional, e na sensibilização e resposta conjunta em relação às implicações das alterações climáticas para a segurança. Tal trabalho conduziu nomeadamente ao estabelecimento de um diálogo transatlântico, através da realização de vários ateliês e seminários sobre as alterações climáticas e a segurança destinados a representantes norte-americanos e europeus dos Governos, das universidades e da sociedade civil.

A UE continuou a desenvolver a sua capacidade para encontrar soluções para as alterações climáticas e a segurança internacional. Prosseguiram os trabalhos do grupo director informal da UE para as alterações climáticas e segurança internacional, que, a nível da UE, constitui a principal instância de discussão e de coordenação sobre o tema das ACSI. O Estado-Maior da União Europeia e a Agência Europeia de Defesa exploraram formas de reduzir o impacto das operações PCSD no ambiente.

⁶⁰ Cf. "Alterações climáticas e segurança internacional" (doc. 7249/08 do Conselho).

No contexto alargado das negociações referentes às alterações climáticas, na sequência da Conferência de Copenhaga, o Conselho Europeu de Março de 2010 apelou à UE para que intensificasse as suas acções de sensibilização junto de países terceiros, invocando a temática das alterações climáticas em todas as reuniões regionais e bilaterais, nomeadamente em Cimeiras e noutras instâncias tais como o G20, o que foi posto em prática a todos os níveis ao longo do ano de 2010.

A Rede de Diplomacia Verde da UE, lançada em 2003, procedeu a importantes trabalhos preparatórios antes da 16.ª Conferência das Partes sobre as Alterações Climáticas, realizada em Dezembro de 2010, em Cancún.

C. Contributo para uma ordem multilateral mais efectiva

Reconhecendo que para fazer face a desafios globais há que encontrar soluções globais, a UE manteve o seu apoio inequívoco ao multilateralismo, conforme reiterado no Tratado de Lisboa. Durante todo o ano, os esforços estiveram concentrados na implementação do Tratado de Lisboa.

Nações Unidas

O reforço da ONU continuou a ser um elemento-chave para a acção externa da UE. Para a 65.ª Assembleia Geral das Nações Unidas ⁶¹, a UE definiu como prioridades a abordar as questões da paz e segurança internacionais, do ambiente e desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da reforma do sistema das Nações Unidas.

Desde o início de 2010 que a UE procurou que fosse adoptada na Assembleia Geral das Nações Unidas uma resolução sobre a sua participação no trabalho da ONU com o objectivo de implementar a representação externa do Tratado de Lisboa nas Nações Unidas, mantendo a UE o seu estatuto de observador. Depois de adiada a decisão para 14 de Setembro de 2010, a Alta Representante criou um grupo de missão para assegurar o sucesso da campanha. Durante os meses de Outubro e Novembro de 2010 foram feitas diligências nas capitais de países terceiros para assinalar claramente o novo empenho da UE neste processo. Terminada esta primeira fase, foram organizadas em Nova Iorque, em 22 de Novembro de 2010, consultas abertas a todos os membros da ONU. Tendo em conta os comentários e sugestões feitos durante essas consultas, em 9 de Dezembro de 2010 foi enviado aos membros da ONU um projecto de resolução revisto. Com base nessa nova versão, foi lançada uma campanha abrangente e global para reunir apoios ao projecto de resolução revisto.

⁶¹ Expostas no doc. 10170/10. Na sua resolução de 20 de Março de 2010, o Parlamento Europeu fez recomendações ao Conselho sobre as prioridades da UE para a 65.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (P7_TA(2010)0084).

Durante o ano de 2010, a implementação do princípio do Dever de Protecção continuou a ser uma das principais prioridades da UE no âmbito da ONU. A UE prosseguiu os debates e os trabalhos sobre a execução do conceito nos instrumentos e políticas da UE e dos Estados-Membros.

Sob a direcção da UE, as Nações Unidas avançaram com determinação para uma maior operacionalização e aperfeiçoamento do conceito de Protecção dos Civis em situações de conflito armado. A inclusão de actividades de protecção dos civis nos mandatos das operações de paz da ONU foi acompanhada de um sucessivo reforço da protecção no terreno, para o que foi crucial a capacidade de sensibilização e a determinação da diplomacia da UE. Paralelamente, a UE actualizou as suas próprias Directrizes para a Protecção dos Civis nas Missões e Operações PCSD.

A revisão da arquitectura da ONU para a consolidação da paz constituiu um dos progressos cruciais em 2010, naquela organização. A UE desempenhou um papel de primeiro plano no acompanhamento de um renovado processo de empenhamento e revitalização da Comissão de Consolidação da Paz. A UE e os seus Estados-Membros empenharam-se firmemente e desde cedo, assegurando uma revisão centrada nos resultados e conseguindo assim um empenhamento no terreno mais significativo e flexível por parte da Comissão de Consolidação da Paz e uma relação mais estreita com o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU e com as instituições financeiras internacionais. As recomendações foram imediatamente postas em prática, com o apoio da UE.

*OSCE*⁶²

Ao longo de 2010, a UE apoiou os esforços da OSCE em várias questões regionais e temáticas. A UE consagrou particular atenção ao alerta precoce, à prevenção e resolução de conflitos, à gestão de crises e à recuperação pós-crise (inclusive através da acção do Alto Comissário para as Minorias Nacionais e da actividade desenvolvida pela OSCE, e mais concretamente pelas suas missões no terreno, em matéria de instauração da confiança e da democracia), bem como à dimensão humana da OSCE (inclusive através do apoio às actividades do seu Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos – ODIHR – e do seu Representante para a Liberdade dos Media). Prosseguiu o desenvolvimento da cooperação com a OSCE nos domínios da gestão das fronteiras e segurança e do controlo da droga.

⁶² Em 11 de Novembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o reforço da OSCE – um papel da UE (P7_TA-PROV(2010)0399).

A UE continuou a salientar a importância que atribui à salvaguarda da independência das instituições da OSCE. Também nunca deixou de levantar a sua voz contra o agravamento da situação em matéria de liberdade de imprensa na região da OSCE e os ataques dirigidos contra jornalistas e defensores dos direitos humanos, nem de se pronunciar a favor de medidas de resposta a esta situação.

A UE continuou a contribuir activamente para o diálogo sobre o futuro da segurança europeia, com base no processo de Corfu, lançado durante o Conselho Ministerial de Atenas de 2009, nomeadamente desempenhando um papel mediador na preparação da Cimeira da OSCE em Astana, em Dezembro de 2010. Foi em larga medida graças aos esforços envidados pela UE que a Cimeira conseguiu um sucesso razoável, tendo sido adoptada uma declaração política na qual se reiteram os princípios de Helsínquia e que contém a ideia de uma futura comunidade euro-atlântica e euro-asiática no domínio da segurança. O papel da UE foi determinante, nomeadamente para garantir que a declaração reflectisse sem ambiguidade os compromissos que existem actualmente no âmbito das três dimensões da OSCE.

Conselho da Europa

A UE prosseguiu a sua cooperação com o Conselho da Europa, na linha do Memorando de Entendimento entre as duas organizações, nomeadamente na área da PEV e nos Balcãs Ocidentais, nas questões relacionadas com a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos. A cooperação com a Comissão de Veneza em matérias constitucionais e legislativas continua a ser boa, com novas perspectivas de cooperação no Mediterrâneo do Sul e na Ásia Central. A UE encetou negociações de adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem em Julho, e abriu uma Delegação junto do Conselho da Europa em Setembro de 2010.

D. Direitos humanos, democracia e Estado de direito

O trabalho da UE no domínio dos direitos humanos, democracia e Estado de direito foi marcado pelo facto de 2010 ter sido o primeiro ano completo de implementação do Tratado de Lisboa. A centralidade destas questões esteve patente nas observações dirigidas pela Alta Representante ao Parlamento Europeu em 16 de Junho de 2010. Nessa ocasião, a AR expôs as linhas gerais da sua abordagem dos direitos humanos. Anunciou também o lançamento de um processo de consulta sobre a reapreciação da política da UE e com vista à formulação de uma nova estratégia da UE para os direitos humanos ⁶³.

Ao longo de 2010, foi desenvolvido um trabalho multilateral no domínio dos direitos humanos a que não é alheia a actividade considerável gerada pelos preparativos para a revisão (em 2011) do Conselho dos Direitos do Homem (CDH) da ONU. Enquanto decorriam os debates sobre as regras e os procedimentos que regem o trabalho do CDH, registaram-se outros sinais de que este estava a começar a realizar o seu potencial e a assumir plenamente o seu mandato de promover o respeito universal por todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos.

⁶³ Em 16 de Dezembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre os Direitos Humanos no mundo em 2009 e a política da UE nesta matéria (P7_TA-PROV(2010)0489).

Em 2010, a UE pôde registar alguns êxitos assinaláveis no CDH ⁶⁴, graças em larga medida ao seu empenhamento activo através de agrupamentos trans-regionais e em articulação com os seus principais parceiros. Foram renovados os mandatos de vários Relatores Especiais da ONU. A UE deu o seu apoio à criação de um novo mandato para um Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião e associação pacífica. Foram adoptadas resoluções sobre a situação dos direitos humanos na RDC ⁶⁵ ⁶⁶, na Guiné, na República Quirguize ⁶⁷ e no Afeganistão, bem como sobre a liberdade de religião ou de crença. A UE saudou os bons resultados da sessão extraordinária do CDH sobre a Costa do Marfim que teve lugar no final de 2010.

Infelizmente, registaram-se também algumas tendências negativas no CDH, como as tentativas nunca antes observadas de cercear a autoridade do Presidente e as fortes críticas ao modo como os Relatores Especiais da ONU desempenham a sua espinhosa função. Mais genericamente, o ano de 2010 foi marcado por um novo questionamento do próprio conceito de defensores dos direitos humanos. A UE, liderada pela Alta Representante, defendeu este conceito com determinação.

Mais perto do final do ano, a UE alcançou todos os seus principais objectivos na **Terceira Comissão da Assembleia Geral da ONU** (que trata das questões dos direitos humanos, em Nova Iorque). Através de uma iniciativa trans-regional, a resolução para uma moratória sobre a pena de morte ⁶⁸ foi adoptada com um apoio record e uma resolução contra a intolerância religiosa foi adoptada por consenso. Foram igualmente adoptadas com êxito resoluções sobre países específicos: a RPDC e a Birmânia/Mianmar. A UE apoiou a iniciativa sobre o Irão.

⁶⁴ Em 25 de Fevereiro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre as suas prioridades para o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Genebra, 1-26 de Março) (P7_TA-PROV(2010)0036).

⁶⁵ Em 17 de Junho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a República Democrática do Congo: o caso Floribert Chebeya Bahizire (P7_TA-PROV(2010)0244).

⁶⁶ Em 7 de Outubro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre as lacunas em termos de protecção dos Direitos Humanos e da Justiça na República Democrática do Congo (P7_TA-PROV(2010)0350).

⁶⁷ Em 5 de Maio de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação no Quirguizistão (P7_TA-PROV(2010)0149).

⁶⁸ Em 7 de Outubro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o Dia Mundial contra a Pena de Morte (P7_TA-PROV(2010)0351).

A UE tornou-se, pela primeira vez, parte de pleno direito numa convenção geral das Nações Unidas em matéria de direitos humanos. A 23 de Dezembro de 2010 foi depositado no Gabinete dos Tratados das Nações Unidas o instrumento de confirmação formal da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006 (CPDP). Este depósito completou o processo de ratificação iniciado a 26 de Novembro de 2009, quando o Conselho abriu caminho à adesão da UE à CPDP. (Todos os Estados-Membros da UE assinaram a CPDP, e 17 já a ratificaram.)

A nível bilateral, a UE prosseguiu a sua política de longa data de empenhamento com outros países através do seu leque de quase 40 diálogos regulares sobre direitos humanos, de consultas e de subcomités dedicados. Em 2010 o enfoque centrou-se na avaliação de alguns diálogos sobre direitos humanos, a fim de assegurar a sua eficácia e de os ajustar de forma a responderem a novos desafios nos respectivos países.

Em 26 de Abril de 2010, o Conselho adoptou conclusões sobre uma melhor **prevenção da violência contra as mulheres**. Essas conclusões sublinhavam o empenho da UE em combater todos os crimes – não só os crimes contra a vida, a integridade física e a liberdade, mas também a coacção, as ameaças e os atentados à integridade moral. Deste modo, a UE reafirmou o seu apego a uma perspectiva global de tais questões, assente nas suas Directrizes relativas à Violência contra as Mulheres.

O ano de 2010 foi marcado pelo décimo aniversário da Resolução **1325** do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) **sobre as mulheres, a paz e a segurança**, que fez aumentar consideravelmente o interesse por essas questões em todo o mundo ⁶⁹. Esse aniversário chamou a atenção da comunidade internacional para as insuficiências na implementação da RCSNU 1325, inclusivamente no que diz respeito à sua componente de protecção das mulheres contra a violência sexual no decurso de conflitos armados. Um importante passo na via de uma maior monitorização e responsabilização consistiu no debate de alto nível realizado no Conselho de Segurança, em 26 de Outubro de 2010, que se traduziu na validação de um conjunto de indicadores desenvolvidos pelo UNIFEM para monitorizar a implementação da RCSNU 1325; em Dezembro de 2010, o CSNU adoptou a Resolução 1960, que prevê a criação de mecanismos de acompanhamento, análise e apresentação de relatórios sobre a violência sexual associada aos conflitos. No que diz respeito à UE, o ano de aniversário conheceu vários desenvolvimentos importantes, nomeadamente a adopção de 17 indicadores para a monitorização da implementação da política da UE para as mulheres, a paz e a segurança, a elaboração do relatório "Ensinamentos e melhores práticas em matéria de integração das questões de direitos humanos e de género no contexto das operações militares e das missões civis da PCSD", e o desenvolvimento das linhas-mestras dos elementos de formação normalizados para a PCSD no domínio dos direitos humanos, da protecção das crianças e do género, bem como a definição de um novo mandato para o novo procedimento especial (grupo de cinco peritos) consagrado à discriminação das mulheres na lei e na prática.

Em Dezembro de 2010, a UE reviu a sua estratégia de implementação das Directrizes sobre as **Crianças e os Conflitos Armados** a fim de intensificar ainda mais a sua acção neste domínio.

Com a mundialização a afectar todas as esferas de actividade, o **trabalho infantil** mereceu redobrada atenção em 2010. O Conselho assinalou o Dia Internacional contra o Trabalho Infantil, em 12 de Junho, com a adopção de conclusões abrangentes. Acordou em intensificar os esforços da UE no sentido da eliminação do trabalho infantil através de uma utilização mais eficaz dos instrumentos da UE. Tomando como base as Directrizes da UE sobre os Direitos da Criança, o Conselho apelou a que o trabalho infantil seja abordado nos diálogos da UE com outros países e que essa questão seja incorporada nas estratégias da UE de redução da pobreza.

⁶⁹ Em 25 de Novembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o décimo aniversário da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as Mulheres, a Paz e a Segurança (P7_TA-PROV(2010)0439).

O impacto dos **media sociais** foi uma das características marcantes de 2010. Por um lado, como no Irão, revelou o seu enorme potencial para a organização do protesto mas, por outro, precipitou uma repressão sobre a liberdade de expressão por parte dos regimes afectados. A UE foi rápida a marcar posição sobre os problemas enfrentados pelos defensores dos direitos humanos e os jornalistas ⁷⁰. Nas suas conclusões de 22 de Março, o Conselho reiterou o seu compromisso para com a liberdade de expressão em todo o mundo enquanto direito universal que confere a todas as pessoas o direito de procurar, receber e difundir informações sem entraves de fronteiras. A UE apelou a todos os Estados para que ponham termo às práticas de censura da Internet e de interferência na radiodifusão por satélite.

No momento em que os movimentos em prol da democracia ganhavam terreno em diversos países, em particular para o final de 2010, o Conselho abordou a questão do **apoio à democracia** nas suas conclusões de 13 de Dezembro ⁷¹. Nessas conclusões foram assinalados os progressos alcançados nesse domínio e foi homologada uma lista de países para a implementação-piloto do "programa de acção" da UE: República da Moldávia, República Quirguize, Líbano, Gana, Benim, Ilhas Salomão, República Centro-Africana, Bolívia, Mongólia, Filipinas, Indonésia e Maldivas.

Infelizmente, 2010 conheceu um agravamento da legislação repressiva contra as **lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros**. Esta questão assumiu particular relevo nalguns países africanos. O Conselho decidiu adoptar uma nova "caixa de ferramentas" para combater a discriminação específica que estes grupos enfrentam. A UE fez também várias declarações em que rejeitava e condenava a homofobia enquanto violação da dignidade humana ⁷². A UE apelou ainda a todos os Estados para que garantam que a orientação sexual e a identidade de género deixem de constituir motivo para sanções penais.

⁷⁰ A 17 de Junho de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre as políticas da UE em prol dos defensores dos direitos humanos (P7_TA-PROV(2010)0226).

⁷¹ Em 21 de Outubro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre o instrumento financeiro para a promoção da democracia e dos direitos humanos a nível mundial (P7_TA-PROV(2010)0380).

⁷² Em 16 de Dezembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a situação no Uganda: o chamado "projecto de lei Bahati" e a discriminação contra a população GLBT (P7_TA-PROV(2010)0495).

Em 2010 cresceu de forma continuada a atenção dada à **liberdade de religião e de crença e às minorias religiosas**. Para a UE, isso traduziu-se na implementação das conclusões do Conselho de 16 de Novembro de 2009, que previam uma avaliação das iniciativas existentes da UE e na elaboração de novas propostas. No âmbito deste processo, a UE enveredou por um empenhamento pró-activo com vários parceiros num esforço a longo prazo de construir pontes de tolerância e de harmonia inter-religiosa. Em 2010, a UE desenvolveu as suas acções de promoção da liberdade de religião e de crença nas suas relações com países terceiros.

Em 2010, o papel dos **fornecedores de serviços de segurança privados** esteve na ribalta, com renovados apelos à sua regulamentação. Isto levantou uma série de importantes questões que se prendem com diversos ramos do direito internacional e que incluem o direito sobre a utilização da força, o direito internacional humanitário, o direito penal internacional e o direito sobre a responsabilidade dos Estados. A UE foi por isso de opinião que a ponderação destas questões deveria começar por uma análise aprofundada dos quadros regulamentares existentes a nível internacional.

Na sequência da adopção da RCSNU 1894 (2009), sobre a **protecção de civis em conflitos armados**, a UE começou a trabalhar em 2010 num novo "projecto de orientações revisto sobre protecção dos civis nas missões e operações da PCSD", aproveitando assim a experiência adquirida com as missões e operações no âmbito da PCSD para actualizar as anteriores orientações de 2003. O objectivo era desenvolver uma abordagem global para a UE que cobrisse os diferentes papéis dos actores e instrumentos humanitários e militares. No seguimento das consultas efectuadas com a ONU (GCAH e DOMP) e com o CICV, o resultado foi um conjunto de orientações pormenorizadas para o planeamento e a condução de missões e operações da PCSD.

O ano de 2010 conheceu a conclusão bem sucedida da **Conferência de Revisão do Estatuto de Roma do TPI** ⁷³ (Campala, Maio e Junho), na qual foram acordadas a definição e as condições para o exercício da jurisdição do Tribunal sobre crimes de agressão. Antes desta Conferência, o Conselho adoptou conclusões, em 25 de Maio, nas quais reiterou o firme empenhamento da UE no TPI e na luta contra a impunidade. Na Conferência, a UE assumiu quatro compromissos como prova do elevado valor que atribui ao Tribunal e à sua missão. A UE comprometeu-se a elaborar uma "caixa de ferramentas" de complementaridade sobre o modo como melhor integrar as necessidades especiais ligadas à luta contra a impunidade nos programas para o desenvolvimento e o Estado de direito.

A UE e o empenhamento da Alta Representante contribuíram para a adesão de três novos Estados ao Estatuto de Roma em 2010: o Bangladeche, as Seicheles e a Moldávia.

A **justiça penal internacional**, administrada em particular pelo TPI, pelos Tribunais Penais Internacionais para a Ex-Jugoslávia (TPIJ) e para o Ruanda (TPIR) e pelo Tribunal Especial para a Serra Leoa (TESL), desempenha um papel essencial na manutenção da paz e no reforço da segurança internacional e local. A nível nacional, a UE apoia as secções especiais dos tribunais do Camboja (SETC) e o Tribunal Especial para o Líbano. O julgamento de Hissene Habré é um tópico do diálogo entre o Senegal, a União Africana e a UE, que poderá contribuir para a afirmação do princípio da prestação de contas, pondo cobro a uma cultura de impunidade. Em 2010 foi ultimado um relatório financiado pela UE destinado a ajudar as autoridades senegalesas a preparar o processo.

Em 2010 foram enviadas sete **missões de observação eleitoral** (Togo, Sudão, Etiópia, Guiné, Burundi, Tanzânia e Costa do Marfim) e **duas equipas de avaliação eleitoral** (Iraque e Afeganistão). As equipas de avaliação eleitoral são enviadas para países que preenchem os critérios de envio de missões de observação eleitoral (MOE) mas em que o envio de uma MOE completa é impedido por razões de segurança.

⁷³ Em 19 de Maio de 2010, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a Conferência de Revisão do Estatuto de Roma do TPI em Campala, Uganda (P7_TA-PROV(2010)0185).

Em 2010 foram enviadas oito **missões de peritos eleitorais** (Nicarágua, Ruanda, Zimbabué, Ilhas Salomão, Níger, Haiti, Kosovo e Zâmbia). A missão de peritos eleitorais no Kosovo foi financiada pelo IPA e não pela IEDDH. A missão de peritos eleitorais na Zâmbia concentrou-se na constituição dos cadernos eleitorais.

E. Mais eficácia, capacidade e coerência

Mais capacidade

Capacidades civis

Em Julho de 2010, realizou-se um seminário de alto nível consagrado ao modo de facilitar o destacamento de pessoal civil, em que participaram variadíssimas autoridades dos Estados-Membros. No final de 2010, observaram-se progressos em relação a uma série de questões, nomeadamente a uma maior facilidade de destacamento de pessoal civil dos Estados-Membros para as missões da PCSD e à condução do Objectivo Global Civil 2010. Em Dezembro desse ano, o Conselho decidiu prorrogar para além de 2010 a aplicação desse OGC.

Capacidades militares

No quadro do desenvolvimento das capacidades militares, prosseguiram em diversas instâncias, nomeadamente o Comité Militar da UE (CMUE) e a Agência Europeia de Defesa (AED), os trabalhos destinados a apoiar o desenvolvimento de capacidades dos Estados-Membros e a facilitar as suas escolhas nacionais. Registaram-se progressos em torno dos documentos conceptuais militares da UE, como o conceito de implementação de uma base aérea projectável da UE, acordado em Fevereiro de 2010. A realização de dois seminários (16 de Março e 13 de Julho) lançou a reflexão inicial sobre o estabelecimento da Cooperação Estruturada Permanente e sobre as implicações deste tipo de cooperação. Em 2010 foi também iniciada a reflexão sobre a necessidade de definir uma Estratégia de Segurança Marítima (conclusões do Conselho de Abril de 2010).

Em Dezembro de 2010, o Conselho dos Negócios Estrangeiros estabeleceu uma lista de objectivos no domínio das capacidades militares a atingir depois de 2010, que passam por uma maior capacidade de projecção, protecção e manutenção das forças destacadas para operações da UE e pelo preenchimento dos principais requisitos, como sejam a disponibilidade das forças, a superioridade da informação, a eficácia da intervenção e a formação especializada. O documento recordava a necessidade de aumentar a prontidão e as capacidades de resposta rápida ⁷⁴, nomeadamente a flexibilidade e a facilidade de utilização dos agrupamentos táticos da UE, incentivando o intercâmbio de informações e boas práticas em matéria de transformação de capacidades por forma a aumentar a interoperabilidade e optimizando as capacidades de planeamento e condução existentes a nível operacional, bem como a utilização das capacidades militares presentes.

Carta de Weimar

Na sequência de uma carta dos Estados-Membros da UE que formam o Triângulo de Weimar (DE, FR e PL) datada de 6 de Dezembro, o Conselho congratulou-se com a carta, que considerou um importante contributo para estimular a agenda para o desenvolvimento da PCSD, e convidou a Alta Representante a levar por diante os trabalhos no importante conjunto de questões levantadas na carta, nomeadamente, as capacidades de planeamento e condução, as relações UE-OTAN, os agrupamentos táticos da UE e a mutualização e partilha das capacidades.

Mutualização e partilha

Na reunião informal de Setembro de 2010, os Ministros da Defesa reconheceram a necessidade de intensificar a mutualização e partilha de capacidades militares, especialmente face à crise financeira, o que foi, aliás, reafirmado pelo Conselho nas suas conclusões de 9 de Dezembro sobre o desenvolvimento das capacidades militares. O Conselho exortou os Estados-Membros a analisarem, nessa perspectiva, as capacidades militares de que dispõem a nível nacional e instou a Agência Europeia de Defesa (AED) a intensificar os trabalhos destinados a facilitar a identificação das áreas em que se possa proceder a essa mutualização e partilha e a apoiar os Estados-Membros nos esforços que, a título voluntário, desenvolvem para pôr em prática essas iniciativas de cooperação.

⁷⁴ Em 14 de Dezembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre a criação de uma capacidade de resposta rápida da UE (P7_TA-PROV(2010)0465).

A Agência continuou, ao longo do ano, a apoiar os projectos existentes em domínios como a Frota Europeia de Transportes Aéreos, a Célula Europeia de Aquisição de Serviços de Comunicação por Satélite (SATCOM), a disponibilidade de helicópteros, o apoio logístico e o combate aos engenhos explosivos improvisados. Com base na análise dos mais de 80 projectos existentes, identificou também as boas práticas a seguir e continuou a trabalhar no sentido de encontrar novas oportunidades de cooperação.

Ensinamentos colhidos e boas práticas no domínio da PCSD

O relatório de 2010 sobre os ensinamentos retirados das missões civis da PCSD destaca duas práticas que deverão ser internalizadas: em primeiro lugar, uma melhor integração das missões na política globalmente seguida pela UE face à região e ao país anfitrião; em segundo lugar, um empenhamento mais forte do país anfitrião antes de a missão ser projectada. Diz isto respeito, muito em especial, às reformas ou outras medidas que o país anfitrião tenha de adoptar para garantir estabilidade e impedir que o país volte a entrar em conflito.

Além disso, a utilização crescente de padrões de referência deverá permitir que se avaliem com mais clareza os progressos realizados face aos objectivos acordados com o país anfitrião, facilitando também uma aprendizagem mais estruturada acerca do melhor modo de obter resultados estratégicos, designadamente graças ao uso de diversos instrumentos da UE.

Outra medida importantíssima para imprimir maior qualidade às missões passa pelo estreitamento da cooperação entre os intervenientes da PCSD e no quadro do espaço de liberdade, segurança e justiça da UE (dentro das fronteiras da UE) e com os países parceiros que mais pessoal destacam para as missões. Importará também tornar os processos de recrutamento mais transparentes. Por último, será necessário envidar esforços no sentido de garantir que os processos de aquisição no âmbito das missões sejam suficientemente flexíveis e adequados aos requisitos específicos dos cenários de projecção rápida, sem deixar de respeitar o regulamento financeiro aplicável ao orçamento da UE.

Formação e exercícios

Em 2010, envidaram-se esforços significativos para atingir os grandes objectivos definidos em termos de formação no domínio da PCSD, principalmente no intuito de dotar os Estados-Membros e as instituições da UE de pessoal (diplomático, civil – inclusive no quadro da polícia e de outros sectores responsáveis pela aplicação da lei – e militar) devidamente qualificado, capaz de trabalhar com eficiência em todas as áreas da PCSD. Importa também dar formação adequada ao pessoal destacado para as missões e operações da PCSD. Em Setembro de 2010, realizou-se um seminário em que se realçaram os progressos realizados e se identificaram as lacunas existentes. Em Dezembro do mesmo ano, foram estabelecidos elementos normativos mínimos na área da formação em direitos humanos/igualdade entre os sexos e protecção das crianças no contexto da PCSD.

A Academia Europeia de Segurança e Defesa (AESD) consolidou a sua posição enquanto principal interveniente a nível da UE na área da formação. A Academia constitui actualmente uma rede equilibrada que congrega cerca de 50 institutos – diplomáticos e civis – vocacionados para a política de segurança, universidades e institutos superiores de defesa de quase todos os Estados-Membros, bem como o Instituto de Estudos de Segurança da UE (IESUE). A configuração actual da rede permite formar anualmente, em conjunto, cerca de 1200 diplomatas, agentes de polícia e outros civis e militares em aproximadamente 30 acções de formação diferentes e apoiar projectos específicos da UE. A AESD contribui, pois, de modo significativo para a abordagem global da gestão de crises seguida pela UE e para reforçar a cultura europeia de segurança no quadro da PCSD.

Os Estados-Membros foram exortados a introduzir melhorias nos seus sistemas de formação anterior ao destacamento para missões civis da PCSD. Dada a crescente complexidade das missões de gestão de crises do âmbito da PCSD e a adversidade dos ambientes em que operam, o Conselho salientou a importância dessa formação.

A CCPC desenvolveu a cooperação estabelecida com a Academia Europeia de Polícia (CEPOL), assumindo a responsabilidade pela formação em planeamento operacional durante o curso destinado aos mais altos funcionários da polícia responsáveis pelo comando e planeamento das missões e operações da PCSD. Actualmente, está empenhada em desenvolver, juntamente com alguns institutos nacionais, uma formação-piloto dirigida aos chefes das missões da UE e aos mais altos dirigentes. Apoiar também uma série de iniciativas de formação lançadas pelos Estados-Membros, pela AESD e pela CEPOL, destacando peritos oriundos de Bruxelas e das missões para partilharem as experiências e conhecimentos desenvolvidos no terreno.

Como forma de dar apoio aos Quartéis-Generais de Operações (QGO), o EMUE tem-se empenhado em ministrar formação. Tendo em vista o núcleo principal de pessoal dos QGO e outros elementos de reforço, foi instituída a Fundação da PCSD para a Formação. A fim de educar e familiarizar o pessoal com os conceitos e instrumentos da UE, foram também destacadas para os QGO equipas móveis de formação.

O Exercício Militar da UE MILEX 10⁷⁵, que se centrou nos principais aspectos militares da gestão de crises, permitiu testar determinadas características operacionais tendo em vista o destacamento de uma força militar da UE constituída por elementos terrestres e aéreos, incidindo na interacção entre os Quartéis-Generais de Operações (QGO) da UE em Potsdam (Alemanha) e o Quartel-General da Força (QGF) da UE em Toulon (França).

Mais eficácia

Operações e missões

Em Dezembro de 2010, o mandato da **operação de luta contra a pirataria EU NAVFOR Atalanta** foi prorrogado até Dezembro de 2012. Em Setembro, a zona de operações foi alargada pela segunda vez. A operação permitiu que a ajuda alimentar fosse encaminhada, em condições de segurança, por navios do Programa Alimentar Mundial, escoltando mais de 100 navios comerciais de Mombaça até Mogadíscio, e prestar apoio à Missão da União Africana na Somália (AMISOM), escoltando 91 navios da AMISOM.

⁷⁵ Datas de realização do exercício: 16 a 25 de Junho de 2010, cf. comunicado de imprensa do Conselho 11083/10 (Presse 177), de 14 de Junho de 2010.

Com esta operação de combate à pirataria conseguiu-se também impedir e reprimir actos de pirataria ao largo da costa da Somália, embora não se tenha conseguido impedir que a ameaça crescesse, de um modo geral, na região, o que está a ter um impacto real a nível do comércio internacional. Com base no acordo de transferência com as Seicheles e com o Quénia, 22 pessoas suspeitas de actos de pirataria foram transferidas para as Seicheles e 79 para o Quénia para aí serem julgadas. A UE colaborou com o Gabinete da ONU para a Droga e a Criminalidade (GDC) a fim de, ao abrigo do Instrumento de Estabilidade, prestar apoio ao sistema judicial das Seicheles. Deu também início às negociações de um acordo de transferência com a Maurícia. Para além de procurar combater os efeitos da pirataria, a UE começou igualmente a trabalhar no sentido de contribuir para o desenvolvimento das capacidades marítimas regionais no quadro da estratégia regional subscrita pela Alta Representante durante uma conferência ministerial realizada em Outubro na República da Maurícia.

Em Janeiro de 2010, o Conselho, decidido a dar apoio ao sector da segurança somali, instituiu uma missão militar da UE a fim de contribuir para formar as forças de segurança somalis no Uganda (**Missão de Formação da UE – EUTM Somalia**), país onde as forças somalis estavam já a ser treinadas. Acordou também em que a missão militar da UE fosse conduzida em estreita coordenação com alguns dos seus parceiros, nomeadamente o Governo Federal de Transição da Somália, o Uganda, a UA, a ONU e os EUA. Foi reconhecida a necessidade de desenvolver essas acções de formação no âmbito de um esforço internacional alargado. A EUTM Somalia foi lançada em Abril de 2010.

A Missão tem por objectivo contribuir para desenvolver o sector da segurança somali de forma global e sustentável, reforçando-o por meio de formação militar específica e apoiando a formação ministrada no Uganda a 2000 recrutas somalis até ao nível de pelotão, incluindo formação modular adequada e especializada de funcionários, contratados e não contratados. A Missão formará, no total, 2000 soldados. A formação do primeiro grupo, que começou em Maio de 2010, teve por objectivo reenviar para a Somália, no princípio de 2011, um primeiro batalhão de soldados formados. A UE está agora a reflectir sobre um eventual prolongamento da Missão.

Durante o ano de 2010, a **Missão EUSEC RD Congo** desenvolveu com êxito diversas actividades de apoio à implementação dos planos congolese de reforma da defesa, que passam pela gestão dos recursos humanos, administração e logística e pelo combate à impunidade. Em Julho de 2010, o Conselho decidiu prorrogar o mandato da Missão até 30 de Setembro de 2012.

A Missão EUSEC ajudou as autoridades congolese a concluir o processo de integração do último grupo interno de rebeldes nas forças armadas nas três províncias situadas a Leste do país. Concluído esse processo, ficará também concluído o recenseamento das forças, o que permitirá gerir melhor o pessoal. Outro dos desafios a vencer passará pela redução dos efectivos das forças armadas.

A Missão EUSEC contribui também para harmonizar a formação ministrada às unidades de infantaria por agentes de ambas as partes, ajudando as autoridades locais a desenvolver e aplicar a doutrina de formação.

Em 2010, a **EUPOL RD Congo** continuou a apoiar a reforma do sector da segurança (RSS) na área do policiamento e sua interface com o sistema de justiça, desenvolvendo acções de acompanhamento, enquadramento e aconselhamento. Em 2010, o mandato foi prolongado até ao final de Setembro de 2011. Em Outubro de 2010, a EUPOL RD Congo começou a apoiar as autoridades congolese na implementação do Plano de Acção da Polícia. Para tal, centra-se em acções concretas e projectos de apoio à sua acção ao nível estratégico, no reforço das capacidades e no incremento da interacção entre a PNC e o nível mais geral do sector da justiça penal, com vista a melhorar o apoio ao combate à violência sexual e à impunidade. Contribuiu também para formar as forças policiais, sobretudo através da "formação de formadores". A Missão está também envolvida na assistência ao processo eleitoral, apoiando a criação de esquadras de polícia-modelo que possam em seguida ser utilizadas para manter a ordem durante o período eleitoral.

As relações entre a UE e a Guiné-Bissau foram reapreciadas após o levantamento militar de 1 de Abril de 2010 e a subsequente nomeação dos responsáveis para altos cargos do exército. A necessidade de reforçar a autoridade civil sobre o poder militar, o imperativo de lutar contra a impunidade e as detenções ilegais e a vontade de avançar com uma verdadeira reforma do sector da segurança continuaram a ser condições necessárias para que a UE se empenhe mais ainda neste processo. Uma vez que tais condições estão longe de ser preenchidas, a **Missão EU SSR GUINEA BISSAU** terminou em 30 de Setembro, embora a UE tenha continuado a prestar apoio à iniciativa da CEDEAO/UA/CPLP (e, designadamente, ao financiamento de 336 000 euros concedido à UA no quadro do MTC com vista à preparação de uma missão de consolidação da paz pós-conflito conduzida pela UA/CEDEAO). A UE acordou ainda em dar início ao processo previsto no artigo 96.º. A realização de novas consultas e o reforço do diálogo político ajudarão a definir em conjunto de que forma fazer avançar as nossas relações e honrar os compromissos futuros.

Desde 2005, foram destacadas duas missões civis da PCSD como parte de um compromisso alargado assumido pela UE no sentido de contribuir para a resolução do **conflito israelo-árabe**. A **EUPOL COPPS** passou a ser o principal parceiro da Autoridade Palestiniana em termos de criação de capacidades da polícia civil e de desenvolvimento de actividades conexas na área do Estado de direito. Em 2010, o mandato da Missão foi prorrogado por mais um ano. A **EUBAM Rafah** manteve a capacidade de, conforme solicitado por ambas as partes, se reposicionar no terreno e desempenhar o seu papel enquanto parte terceira no posto de passagem de Rafa, em conformidade com o Acordo de 2005 sobre a Circulação e o Acesso. Dada a situação em Gaza, desde 2007 que a EUBAM Rafah não consegue projectar-se novamente no terreno. Para manter essa capacidade, em 2010 o mandato da Missão foi prorrogado por mais um ano.

Em 2010, a **EUJUST LEX Iraq** foi prorrogada até 30 de Junho de 2012. No quadro do actual mandato, a Missão, que tem vindo a transferir gradualmente as suas actividades e estruturas para o Iraque (Bagdade, Erbil, Basra), limitará o seu raio de acção em Bruxelas graças à migração de grande parte do pessoal para o Gabinete de Bagdade. Bem acolhida pelas autoridades iraquianas, a Missão continuou a implementar com êxito um vasto programa de formação destinado a agentes dos aparelhos judicial, policial e prisional.

Em 2010, a **EUPOL Afghanistan** assumiu-se como líder na área do policiamento civil face a outros intervenientes, como a Missão de Formação da OTAN no Afeganistão. Embora haja ainda grandes desafios por vencer, evidenciou-se a necessidade de dispor de uma capacidade de policiamento civil devidamente treinada que, de um modo geral, centre a sua acção na aplicação da lei, e não no combate à insurreição. A maior ênfase dada à formação dos chefes da Polícia afegã no quadro da Academia de Polícia de Cabul, financiada pelo Instrumento de Estabilidade da CE, ilustra bem o contributo prestado pela EUPOL para todo este processo. A nomeação do Chefe da Delegação da UE/REUE em Cabul, que assume uma dupla função, permitiu também criar novas sinergias no terreno. Em Maio, o mandato da EUPOL Afghanistan foi prolongado por três anos, até ao final de Maio de 2013.

Em 2010, a **Missão Integrada da UE para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX Kosovo)** continuou a funcionar, de modo credível, como agente de estabilidade. As actividades que desenvolveu em 2010 ficaram marcadas, antes de mais, pelo início das investigações sobre casos altamente sensíveis, o normal funcionamento do tribunal distrital de Mitrovica e o aumento dos controlos aduaneiros no Norte do Kosovo. A EULEX instituiu com as autoridades kosovares uma parceria efectiva através do Conselho Conjunto de Coordenação do Estado de Direito, verificando-se que têm vindo a ser implementadas reformas de acordo com a abordagem programática.

No âmbito do seu limitado mandato executivo, a EULEX Kosovo continuou também a desempenhar o seu papel de garante da segurança de segundo nível, assistindo a Polícia do Kosovo, quando necessário, em colaboração com a KFOR. Em 2010, a EULEX mostrou-se capaz de responder a complicadas situações de segurança, nomeadamente em Mitrovica. No entanto, o mandato da EULEX continuou a centrar-se principalmente na prestação de apoio aos agentes de segurança locais através de acções de acompanhamento, orientação e aconselhamento. Em Junho, o Conselho prolongou a EULEX Kosovo por mais dois anos, até ao final de Junho de 2012.

Em 2010, a **Missão de Observação da UE na Geórgia (EUMM)** contribuiu com êxito para o trabalho de estabilização, normalização e criação de confiança no terreno. Embora a Missão não tenha acesso a todo o território da Geórgia, a UE continuou a sublinhar que essa será condição prévia para que a EUMM cumpra o seu mandato em todo o país.

Desde 1 de Janeiro de 2010, a **Missão de Polícia da UE na Bósnia-Herzegovina (EUPM)** passou a centrar a sua acção na luta desenvolvida contra o crime organizado e a corrupção pelos serviços bósnios responsáveis pela aplicação da lei, o que passa por incentivar a cooperação entre a Polícia e o Ministério Público e o desenvolvimento de interações entre a Polícia e os estabelecimentos prisionais. A consolidação do primado do direito na Bósnia-Herzegovina, enquanto forma de apoiar a sua perspectiva europeia, insere-se no esforço global desenvolvido pela UE. O actual mandato da Missão termina no final de 2011. A UE está a debater a sua futura acção de apoio às autoridades da Bósnia-Herzegovina neste domínio.

Em termos operacionais, a **EUFOR Althea** procurou sobretudo apoiar os esforços envidados pela Bósnia-Herzegovina para manter um clima de segurança e concretizar as acções de formação e desenvolvimento de capacidades cujo lançamento merecera, em Janeiro de 2010, a aprovação do Conselho. O Comandante da operação procedeu à revisão do CONOPS e do OPLAN aprovados pelo CPS em Setembro e Outubro de 2010, respectivamente. Em Outubro de 2010, o Conselho confirmou que, depois de 2010, a UE continuaria a desempenhar um papel militar executivo. Em 18 de Novembro de 2010, o Conselho de Segurança da ONU prorrogou por um ano o mandato executivo da EUFOR Althea (RCSNU 1948 (2010)).

A EUFOR Althea tem mantido uma estreita relação de trabalho, nomeadamente em questões operacionais, com outros instrumentos da UE e intervenientes internacionais presentes no terreno. Assinale-se, em especial, que a cooperação estabelecida com a EUPM em termos de apoio à luta contra o crime organizado continuou a ser uma realidade; o REUE e o Comandante da Força continuaram a consultar-se com regularidade e a cooperação com a OTAN prosseguiu dentro da normalidade.

Instrumentos

Em 2010, explorou-se todo o potencial do **Centro de Satélites da União Europeia (CSUE)** para apoiar as operações militares e missões civis lançadas pela UE no quadro da PCSD, em particular a EU NAVFOR Atalanta e a EUMM Georgia.

Os Estados-Membros apoiaram o CSUE facultando-lhe o acesso a imagens governamentais, tendo sido os países Helios a fornecer à EU NAVFOR Atalanta as primeiras imagens. A Alemanha e a Alta Representante assinaram um acordo de fornecimento de imagens do satélite SAR-Lupe à UE, enquanto que se definiram com a Itália as modalidades de aplicação do acordo COSMO-SkyMed.

Cooperação com os parceiros

Em Dezembro de 2010, o Conselho realçou a necessidade de se reforçar a cooperação na área da PCSD com os países terceiros e outras organizações internacionais, nomeadamente as Nações Unidas e a União Africana, o que passará por um reforço de capacidades e por uma maior facilidade de intervenção das missões e operações da UE no domínio da gestão de crises.

O Conselho salientou que, tendo em vista uma maior coerência com as acções levadas a cabo pela OTAN, o reforço mútuo da acção de ambas e uma maior eficácia em termos de custos, a UE intensificará a cooperação estabelecida com esta Organização no domínio do desenvolvimento de capacidades militares. Tal implica, se necessário for, que se adoptem medidas práticas e se estabeleçam estreitos contactos entre o pessoal respectivo, nomeadamente entre a AED e o Comando Aliado de Transformação (ACT), observando os princípios da inclusividade e da autonomia de decisão.

Cooperação UE-ONU

Em 2008, a ONU lançou um processo de reforma no intuito de melhorar a situação em termos de acções de manutenção da paz – a chamada iniciativa "Novo Horizonte" –, que desde o início mereceu o apoio da UE. Em 2010, dos debates realizados entre os Estados-Membros resultou um documento conjunto do Secretariado-Geral do Conselho e da Comissão em que se identificam os contributos possíveis para diversas acções – como sejam a transferência de responsabilidades operacionais e o planeamento precoce, o apoio ao reforço de capacidades e a interoperabilidade –, bem como os ensinamentos colhidos.

Prosseguiram, a todos os níveis, o diálogo e o processo de consultas intensivas à ONU. Em meados de 2010, foi lançado um debate interno no âmbito do Conselho sobre a forma de intensificar o apoio prestado pela UE, no quadro da PCSD, às operações de manutenção da paz conduzidas pela ONU. Os debates incidiram sobretudo na possibilidade de contribuir, com uma componente da UE, para uma operação da ONU e de a UE apoiar os Estados-Membros que desejem participar, na qualidade de entidades nacionais, em operações conduzidas pela ONU. Prevê-se que, numa segunda fase, os debates envolvam também o DOMP e outros departamentos relevantes da ONU.

UE-OTAN

Em 2010, foi prosseguida a cooperação UE-OTAN no quadro dos acordos de "Berlim Mais" para a operação EUFOR Althea na Bósnia-Herzegovina. No âmbito do Grupo UE-OTAN sobre as Capacidades, tiveram lugar trocas de informações sobre uma série de domínios de interesse comum em termos de capacidades militares em que se verifica uma coincidência de necessidades. Tal como indicado em relatórios anteriores, a participação dos 27 Estados-Membros da UE tornaria ainda mais fácil o intercâmbio de informações no domínio das capacidades militares.

Em 16 de Setembro de 2010, a Alta Representante foi convidada a desenvolver ideias sobre a forma como se poderá intensificar a cooperação no domínio da gestão de crises entre a UE e a OTAN, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança. Essa intensificação deverá nortear-se por um espírito de reforço mútuo e respeitar devidamente a autonomia de decisão de ambas as partes, de acordo com as recomendações sobre a adopção de medidas concretas transmitidas pela UE à OTAN em Fevereiro de 2010.

Em Fevereiro de 2010, a Alta Representante enviou ao Secretário-Geral da OTAN uma série de propostas concretas, enunciadas pelo Comité Político e de Segurança da UE, para fomentar as relações UE-OTAN com vista a um melhor relacionamento entre as organizações. A maioria das propostas foi implementada em 2010, criando oportunidades para debates informais sobre questões de interesse comum, bem como para mais diálogo político entre a UE e a OTAN e para mais cooperação em domínios concretos de desenvolvimento de capacidades.

Nesse contexto, continuaram a ser envidados esforços para desenvolver a cooperação entre a UE e a OTAN em matéria de reforço das capacidades militares, numa altura em que os orçamentos afectos ao sector da defesa sofrem pressões que tendem a reduzi-los. A UE e a OTAN propuseram, em conjunto, formas de reforçar a cooperação prática em duas áreas fundamentais em termos de protecção e sustentabilidade das tropas no terreno: a assistência médica e a luta contra os engenhos explosivos improvisados. Essas propostas mereceram o apoio dos Estados-Membros, e o Conselho de 9 de Dezembro sublinhou a necessidade de prosseguir os contactos entre o pessoal da UE e o da OTAN, por forma a que se possam identificar eventuais áreas de cooperação concreta, sob orientação política do CPS, com resultados que serão disponibilizados a todos os Estados-Membros. Continua a fazer-se sentir a necessidade de estabelecer mecanismos para facilitar a interacção no terreno sempre que as missões da PCSD e da OTAN no domínio da gestão de crises intervenham no mesmo teatro de operações.

UE-UA

O diálogo político entre a UE e a UA, e, assim, também a orientação sobre questões de segurança, foram garantidos através das duas reuniões anuais do Comité Político e de Segurança da UE com o Conselho de Paz e Segurança da UA. A UE continuou a apoiar os esforços de África para instaurar a APSA (Arquitectura de Paz e Segurança Africana). O Mecanismo de Apoio à Paz em África prestou assistência financeira para as operações da AMISOM e MICOPAX e para o desenvolvimento institucional. A UE manteve a sua colaboração com a UA e com as Comunidades Económicas Regionais em África (CER) para a total preparação das Forças Africanas de Alerta. A sólida cooperação entre a UE e a UA foi também atestada pelo êxito da conclusão do primeiro ciclo "Amani Africa".

Estados terceiros

No tocante à PCSD, a UE continuou a dialogar regularmente com os seus parceiros, especialmente com os países europeus membros da NATO não pertencentes à UE, com outros países candidatos à adesão à UE e com os EUA, o Canadá, a Rússia e a Ucrânia. Foi também lançado um processo de diálogo e consultas com outros parceiros importantes, como a China e o Japão.

Doze países (Albânia, ARJM, Canadá, Chile, Croácia, EUA, Montenegro, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, Turquia e Ucrânia) contribuíram de forma significativa para sete das missões e operações em curso no quadro da PCSD (EUFOR ALTHEA, EULEX Kosovo, EUPM BiH, EUPOL COPPS, EUPOL Afghanistan, EU NAVFOR ATALANTA e EUSEC RD Congo). No âmbito das acções de luta contra a pirataria, continuou a desenvolver-se com diversos outros parceiros uma interacção bastante profícua.

Em 26 de Abril de 2010, o Conselho autorizou a Alta Representante a abrir negociações com vinte países tendo em vista a celebração de acordos destinados a instituir um quadro de participação em operações de gestão de crises conduzidas pela UE. Nessa base, e para além dos acordos já existentes com o Canadá, a Islândia, a Noruega, a Turquia e a Ucrânia, foram – ou estão a ser – negociados acordos semelhantes com vários outros parceiros.

Mais coerência

Abordagem global

Em 2010, a UE redobrou esforços no sentido de conferir a maior eficácia possível à panóplia única de instrumentos ao seu dispor. De acordo com a abordagem global seguida pela UE em relação às situações de crise, os instrumentos da PCSD fazem parte integrante das ferramentas de que a UE se serve para apoiar os seus objectivos políticos mais vastos, nomeadamente a necessidade de combater as causas profundas de um dado conflito. Continuaram os trabalhos de implementação do Tratado de Lisboa e de efectivação reforçada da necessária coordenação entre instrumentos militares, civis, diplomáticos e de desenvolvimento da UE⁷⁶.

⁷⁶ Em 23 de Novembro de 2010, o Parlamento Europeu adoptou uma Resolução sobre a cooperação civil e militar e o desenvolvimento de capacidades civis e militares (P7_TA-PROV(2010)0419).

Desenvolvimento das capacidades civis e militares da UE depois de 2010

Em Dezembro de 2010, o Conselho aprovou orientações sobre o desenvolvimento das capacidades civis e militares da UE depois de 2010, modelo de referência dos dois Objectivos Globais existentes – Militar e Civil –, e reafirmou o seu empenhamento no nível global de ambição civilo-militar estabelecido em 2008 na Declaração sobre o Reforço das Capacidades.

O Conselho reiterou a vontade de continuar a envidar esforços para suprir as falhas que persistem. Com base nos respectivos relatórios finais, prorrogou para além de 2010 a implementação dos Objectivos Globais nos domínios militar e civil e reconheceu que a UE e os Estados-Membros deverão centrar a sua acção nos aspectos qualitativos do desenvolvimento de capacidades.

Estabeleceu objectivos no plano civilo-militar e no das capacidades civis e militares, a reavaliar, se necessário, com base na evolução do contexto de segurança, nos progressos realizados em termos de desenvolvimento de capacidades e na implementação do Tratado de Lisboa. Caberá à Alta Representante, sob a autoridade do Conselho, coordenar a aplicação dessas orientações.

Sinergias civilo-militares no domínio do desenvolvimento de capacidades

A possibilidade de a UE recorrer às capacidades civis e militares disponibilizadas pelos Estados-Membros, conforme salientado no Tratado de Lisboa, constitui um requisito operacional da maior importância. Promover sinergias civilo-militares no âmbito do desenvolvimento das suas capacidades é para a UE simultaneamente uma necessidade e uma prioridade política. Em Abril e Dezembro de 2010, o Conselho chamou a atenção para as vantagens potenciais daí advindas, tendo salientado a necessidade de se insistir na disponibilização concreta de capacidades susceptíveis de ocasionar melhorias no plano operacional.

Nessa perspectiva, a UE e seus Estados-Membros têm tentado encontrar formas de conferir a maior coerência, eficácia e abrangência possíveis ao desenvolvimento de capacidades da UE e de incentivar a criação de sinergias civilo-militares sempre que estas possam constituir uma mais-valia. Esta iniciativa, lançada pela Presidência Sueca e subscrita pelo Conselho em Novembro de 2009, tem desde então sido levada à prática sob a orientação política do CPS, envolvendo todos os intervenientes da UE relevantes no plano do desenvolvimento de capacidades e os Estados-Membros, que colaboram em diversos domínios⁷⁷, preservando simultaneamente as especificidades dos processos de desenvolvimento de capacidades civis e militares.

O trabalho desenvolvido destina-se a submeter à consideração do CPS propostas de acções concretas, que vão desde as modalidades práticas de dupla utilização das capacidades civis ou militares a conceitos inovadores, graças à realização de acções de formação e à adopção de procedimentos civilo-militares conjuntos.

Este trabalho foi coadjuvado por outras actividades, como a Conferência Anual da AED, realizada em Fevereiro de 2010 e subordinada ao tema "Unir esforços: ligar a segurança civil e o desenvolvimento de capacidades militares", ou o seminário organizado, em Fevereiro de 2010, pela Presidência Espanhola sobre "Sinergias entre o desenvolvimento das capacidades civis e militares da UE no domínio da gestão de crises".

⁷⁷ Transporte estratégico e tático, apoio logístico, sistemas de comunicação e informação, assistência médica, segurança e protecção das forças, utilização das capacidades espaciais, veículos não tripulados, entrepostos e sistemas centralizados de apoio, partilha de dados e informações, formação, exercícios, interligação dos processos de desenvolvimento de capacidades civis e militares, ensinamentos colhidos.

ANNEX I: ACTES JURIDIQUES PESC 2010

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
I. MESURES RESTRICTIVES			
I.1 BALKANS OCCIDENTAUX			
07.10.2010	Nouvelles mesures définies à l'appui d'une mise en oeuvre effective du mandat du Tribunal pénal international pour l'ex-Yougoslavie (TPIY)	art. 29	2010/603/PESC L 265 (08.10.2010)
08.03.2010	Renouvellement des mesures définies à l'appui d'une mise en oeuvre effective du mandat du Tribunal pénal international pour l'ex-Yougoslavie (TPIY)	art. 29	2010/145/PESC L 58 (09.03.2010)
I.2 AFRIQUE			
CÔTE D'IVOIRE			
22.12.2010	Modification de la décision du Conseil 2010/656/PESC renouvelant les mesures restrictives instaurées à l'encontre de la Côte-d'Ivoire	art. 29	2010/801/PESC L 341 (23.12.2010)
29.10.2010	Renouvellement des mesures restrictives instaurées à l'encontre de la Côte d'Ivoire	art. 29	2010/656/PESC L 285 (30.10.2010)
REPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO			
20.12.2010	Adoption de mesures restrictives à l'encontre de la République démocratique du Congo et abrogeant la position commune 2008/369/PESC	art. 29	2010/788/PESC L 336 (21.12.2010)
ÉRYTHRÉE			
26.07.2010	Modification la décision 2010/127/PESC concernant des mesures restrictives à l'encontre de l'Érythrée	art. 29	2010/414/PESC L 195 (27.07.2010)
01.03.2010	Mesures restrictives à l'encontre de l'Érythrée	art. 29	2010/127/PESC L 51 (02.03.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
LIBERIA			
01.03.2010	Modification de la position commune 2008/109/PESC concernant des mesures restrictives instituées à l'encontre du Liberia	art. 29	2010/129/PESC L 51 (02.03.2010)
REPUBLIQUE DE GUINÉE			
25.10.2010	Mesures restrictives à l'encontre de la République de Guinée	art. 29	2010/638/PESC L 280 (26.10.2010)
29.03.2010	Modification de la position commune 2009/788/PESC concernant des mesures restrictives à l'encontre de la République de Guinée	art. 29	2010/186/PESC L 83 (30.03.2010)
SIERRA LEONE			
08.11.2010	Abrogation de la position commune 98/409/PESC relative à la Sierra Leone	art. 29	2010/677/PESC L 292 (10.11.2010)
SOMALIE			
26.04.2010	Mesures restrictives à l'encontre de la Somalie et abrogeant la position commune 2009/138/PESC	art. 29	2010/231/PESC L 105 (27.04.2010) + C 107 (27.04.2010)
01.03.2010	Modification de la position commune 2009/138/PESC concernant des mesures restrictives à l'encontre de la Somalie	art. 29	2010/126/PESC L 51 (02.03.2010)
ZIMBABWE			
25.02.2010	Modification de l'annexe de la position commune 2004/161/PESC renouvelant les mesures restrictives à l'encontre du Zimbabwe	art. 29	2010/121/PESC L 49 (26.02.2010)
15.02.2010	Prorogation des mesures restrictives à l'encontre du Zimbabwe	art. 29	2010/92/PESC L 41 (16.02.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
I.3 ASIE / OCÉANIE			
BIRMANIE / MYANMAR			
26.04.2010	Renouvellement des mesures restrictives à l'encontre de la Birmanie/du Myanmar	art. 29	2010/232/PESC L 105 (27.04.2010) + C 107 (27.04.2010)
RÉPUBLIQUE POPULAIRE DÉMOCRATIQUE DE CORÉE			
22.12.2010	Mesures restrictives à l'encontre de la République populaire démocratique de Corée et abrogeant la position commune 2006/795/PESC	art. 29	2010/800/PESC L 341 (23.12.2010)
I.4 MOYEN-ORIENT / GOLFE			
IRAN			
25.10.2010	Modification de la décision 2010/413/PESC concernant des mesures restrictives à l'encontre de l'Iran et abrogeant la position commune 2007/140/PESC	art. 29 décision 2010/413/PESC art. 23 §2	2010/644/PESC L 281 (27.10.2010)
26.07.2010	Mesures restrictives à l'encontre de l'Iran et abrogeant la position commune 2007/140/PESC	art. 29	2010/413/PESC L 195 (27.07.2010) + rectificatif L 197 (29.07.2010)
IRAQ			
01.03.2010	Modification de la position commune 2003/495/PESC sur l'Iraq	art. 29	2010/128/PESC L 51 (02.03.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
I.5 EUROPE ORIENTALE ET ASIE CENTRALE			
BIÉLORUSSIE			
25.10.2010	Mesures restrictives à l'encontre de certains fonctionnaires de Biélorussie	art. 29	2010/639/PESC L 280 (26.10.2010)
RÉPUBLIQUE DE MOLDAVIE			
27.09.2010	Mesures restrictives à l'encontre des dirigeants de la région de Transnistrie (République de Moldavie)	art. 29	2010/573/PESC L 253 (28.09.2010)
22.02.2010	Prorogation des mesures restrictives à l'encontre des dirigeants de la région de Transnistrie (République de Moldavie)	art. 29	2010/105/PESC L 46 (23.02.2010)
II. PESD			
II.1 BALKANS OCCIDENTAUX			
06.12.2010	Modification de la décision 2009/906/PESC concernant la mission de police de l'Union européenne (MPUE) en Bosnie-et-Herzégovine	art. 28, art. 43 §2	2010/755/PESC L 320 (07.12.2010)
30.11.2010	Prorogation du mandat du chef de la mission de police de l'Union européenne (MPUE) en Bosnie-et-Herzégovine	art. 38, décision 2009/906/PESC art. 10 §1	2010/754/PESC MPUE/1/2010 L 320 (07.12.2010)
15.10.2010	Modification de l'action commune 2008/124/PESC relative à la mission «État de droit» menée par l'Union européenne au Kosovo ⁷⁸ , EULEX KOSOVO	art. 28, art. 43 §2	2010/619/PESC L 272 (16.10.2010)
27.07.2010	Nomination d'un chef de la mission «État de droit» menée par l'Union européenne au Kosovo, EULEX KOSOVO	art. 38, action commune 2008/124/PESC art. 12§2	2010/431/PESC EULEX/1/2010 OJ L 202 (04.08.2010)

⁷⁸ Under United Nations Security Council Resolution 1244 (1999) - SK

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
15.06.2010	Nomination du chef de l'élément de commandement de l'Union européenne à Naples, dans le cadre de l'opération militaire de l'Union européenne en Bosnie-et-Herzégovine	art. 38, action commune 2004/570/PESC art. 6	2010/344/PESC BiH/16/2010 L 155 (22.06.2010)
08.06.2010	Modification et prorogation de l'action commune 2008/124/PESC relative à la mission «État de droit» menée par l'Union européenne au Kosovo (1), EULEX KOSOVO	art. 28, art. 43 §2	2010/322/PESC L 145 (11.06.2010)
II.2 AFRIQUE			
07.12.2010	Modification de l'action commune 2008/851/PESC concernant l'opération militaire de l'Union européenne en vue d'une contribution à la dissuasion, à la prévention et à la répression des actes de piraterie et de vols à main armée au large des côtes de la Somalie	art. 28, art. 43 §2	2010/766/PESC L 327 (11.12.2010)
26.11.2010	Nomination d'un commandant de la force de l'Union européenne pour l'opération militaire de l'Union européenne en vue d'une contribution à la dissuasion, à la prévention et à la répression des actes de piraterie et de vols à main armée au large des côtes de la Somalie (Atalanta)	art. 38 action commune 2008/851/PESC art. 6	2010/753/PESC ATALANTA/5/2010 L 320 (07.12.2010)
08.10.2010	Nomination du chef de la mission de conseil et d'assistance de l'Union européenne en matière de réforme du secteur de la sécurité en République démocratique du Congo (EUSEC RD Congo)	art. 38 décision 2010/565/PESC art. 8	2010/610/PESC EUSEC/2/2010 L 266 (09.10.2010)
08.10.2010	Nomination du chef de la mission EUPOL RD Congo	art. 38, décision 2010/576/PESC art. 10 §1	2010/609/PESC EUPOL RD CONGO/1/2010 L 266 (09.10.2010) + Rectificatif L 272 (16.10.2010)
23.09.2010	Mission de police de l'Union européenne menée dans le cadre de la réforme du secteur de la sécurité (RSS) et son interface avec la justice en République démocratique du Congo (EUPOL RD Congo)	art. 28, art. 43 §2	2010/576/PESC L 254 (29.09.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
21.09.2010	Mission de conseil et d'assistance de l'Union européenne en matière de réforme du secteur de la sécurité en République démocratique du Congo (EUSEC RD Congo)	art. 28, art. 43	2010/565/PESC L 248 (22.09.2010)
06.08.2010	Signature et à la conclusion de l'accord entre l'Union européenne et la République d'Ouganda concernant le statut de la mission placée sous la direction de l'Union européenne en Ouganda	art. 37 (TUE) art. 218 §5 + §6 premier alinéa (TFUE)	2010/464/PESC L 221 (24.08.2010)
30.07.2010	Modification de l'action commune 2008/851/PESC concernant l'opération militaire de l'Union européenne en vue d'une contribution à la dissuasion, à la prévention et à la répression des actes de piraterie et de vols à main armée au large des côtes de la Somalie	art. 28, art. 43 §2	2010/437/PESC L 2010 (11.08.2010)
19.07.2010	Nomination d'un commandant de la force de l'Union européenne pour l'opération militaire de l'Union européenne en vue d'une contribution à la dissuasion, à la prévention et à la répression des actes de piraterie et de vols à main armée au large des côtes de la Somalie (Atalanta)	art. 38 action commune 2008/851/PESC art. 6	2010/423/PSC ATALANTA/4/2010 L 199 (31.07.2010)
15.06.2010	Nomination du chef de la mission de l'Union européenne visant à soutenir la réforme du secteur de la sécurité en République de Guinée-Bissau (UE RSS GUINÉE-BISSAU)	art. 38 action commune 2008/112/PESC art. 8, § 1, deuxième alinéa	2010/334/PESC UE RSS GUINÉE- BISSAU/1/2010 L 151 (17.06.2010)
14.06.2010	Modification et prolongation de l'action commune 2007/405/PESC relative à la mission de police de l'Union européenne menée dans le cadre de la réforme du secteur de la sécurité (RSS) et son interface avec la justice en République démocratique du Congo (EUPOL RD Congo)	art. 28, art. 43 §2	2010/329/PESC L 149 (15.06.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
28.05.2010	Nomination d'un commandant de l'opération de l'Union européenne pour l'opération militaire de l'Union européenne en vue d'une contribution à la dissuasion, à la prévention et à la répression des actes de piraterie et de vols à main armée au large des côtes de la Somalie (Atalanta)	art. 38 action commune 2008/851/PESC art. 6 §1	2010/317/PESC ATALANTA/3/2010 L 142 (10.06.2010) + Rectificatif L 205 (06.08.2010)
25.05.2010	Modification et prolongation de l'action commune 2008/112/PESC relative à la mission de l'Union européenne visant à soutenir la réforme du secteur de la sécurité en République de Guinée- Bissau (UE RSS GUINÉE-BISSAU)	art. 28, art. 43 §2	2010/298/PESC L 127 (26.05.2010)
18.05.2010	Établissement du Comité des contributeurs pour la mission de conseil et d'assistance de l'Union européenne en matière de réforme du secteur de la sécurité en République démocratique du Congo (EUSEC RD Congo)	art. 38 action commune 2009/709/PESC art. 10 §3	2010/297/PESC EUSEC/1/2010 L 127 (26.05.2010)
23.03.2010	Nomination du commandant de la force de l'Union européenne pour l'opération militaire de l'Union européenne en vue d'une contribution à la dissuasion, à la prévention et à la répression des actes de piraterie et de vols à main armée au large des côtes de la Somalie (Atalanta)	art. 38 action commune 2008/851/PESC art. 6	2010/185/PESC ATALANTA/2/2010 L 83 (30.03.2010)
05.03.2010	Modification de la décision Atalanta/2/2009 du Comité politique et de sécurité relative à l'acceptation de contributions d'États tiers à l'opération militaire de l'Union européenne en vue d'une contribution à la dissuasion, à la prévention et à la répression des actes de piraterie et de vols à main armée au large des côtes de la Somalie (Atalanta), ainsi que la décision Atalanta/3/2009 du Comité politique et de sécurité établissant le Comité des contributeurs pour l'opération militaire de l'Union européenne en vue d'une contribution à la dissuasion, à la prévention et à la répression des actes de piraterie et de vols à main armée au large des côtes de la Somalie (Atalanta)	art. 38 action commune 2008/851/PESC art. 10	2010/184/PESC ATALANTA/1/2010 L 83 (30.03.2010)
15.02.2010	Mission militaire de l'Union européenne visant à contribuer à la formation des forces de sécurité somaliennes	art. 28, art. 43 §2	2010/96/PESC L 44 (19.02.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
II.3 ASIE / OCÉANIE			
13.09.2010	Signature et conclusion de l'accord entre l'Union européenne et la République islamique d'Afghanistan concernant le statut de la mission de police de l'Union européenne en Afghanistan (EUPOL AFGHANISTAN)	art. 37 (TUE) art. 218 §5+6 premier alinéa (TFUE)	2010/686/PESC L 294 (12.11.2010)
11.06.2010	Nomination du chef de la Mission EUPOL Afghanistan	art. 38 décision 2010/279/PESC art. 10§1	2010/341/PESC AFGHANISTAN/2/2 010 L 154 (19.06.2010)
18.05.2010	Nomination du chef par intérim de la Mission EUPOL Afghanistan	art. 38 3ème alinéa décision 2010/279/PESC art. 10§1	2010/292/PESC AFGHANISTAN/1/2 010 L 125 (21.05.2010)
18.05.2010	Mission de police de l'Union européenne en Afghanistan (EUPOL AFGHANISTAN)	art. 28, art. 43 §2	2010/279/PESC L 123 (19.05.2010)
II.4 MOYEN-ORIENT / GOLFE			
21.12.2010	Prolongation du mandat du chef de la mission de police de l'Union européenne pour les territoires palestiniens (EUPOL COPPS)	art. 38 décision 2010/784/PESC art. 10 §1	2010/796/PESC L 338 (22.12.2010)
17.12.2010	Mission de police de l'Union européenne pour les territoires palestiniens (EUPOL COPPS)	art. 28, art. 43 §2	2010/784/PESC L 335 (18.12.2010)
02.12.2010	Modification de l'action commune 2005/797/PESC et la décision 2009/955/PESC du Conseil concernant la mission de police de l'Union européenne pour les territoires palestiniens	art. 28, art. 43 §2	2010/747/PESC L 318 (04.12.2010)
22.06.2010	Prorogation du mandat du chef de la mission intégrée «État de droit» de l'Union européenne pour l'Iraq, EUJUST LEX-IRAQ	art. 38 décision 2010/330/PESC art. 9 §2	2010/351/PESC EUJUST LEX IRAQ/1/2010 L 160 (26.06.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
14.06.2010	Mission intégrée «État de droit» de l'Union européenne pour l'Iraq, EUJUST LEX-IRAQ	art. 28, art. 43 §2	2010/330/PESC L 149 (15.06.2010)
21.05.2010	Prorogation du mandat du chef de la mission de l'Union européenne d'assistance à la frontière au point de passage de Rafah	art. 38 action commune 2005/889/PESC art. 10 §2	2010/295/PESC EU BAM Rafah/1/2010 L 126 (22.05.2010)
12.05.2010	Modification et prorogation de l'action commune 2005/889/PESC établissant une mission de l'Union européenne d'assistance à la frontière au point de passage de Rafah (EU BAM Rafah)	art. 28, art. 43 §2	2010/274/PESC L 119 (13.05.2010)
II.5 EUROPE ORIENTALE ET ASIE CENTRALE			
03.09.2010	Prorogation du mandat du chef de la mission d'observation de l'Union européenne en Géorgie, EUMM Georgia	action commune 2008/736/PESC art. 10 §1	2010/480/PESC EUMM Georgia/1/2010 L 234 (04.09.2010)
12.08.2010	Mission d'observation de l'Union européenne en Géorgie (EUMM Georgia)	art. 28 art. 43 §2	2010/452/PESC L 213 (13.08.2010)
26.07.2010	Modification l'action commune 2008/736/PESC concernant la mission d'observation de l'Union européenne en Géorgie, EUMM Georgia	art. 28 art. 43 §2	2010/424/PESC L 199 (31.07.2010)
III. REPRÉSENTANTS SPÉCIAUX DE L'UNION EUROPÉENNE			
III.1 AFGHANISTAN			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour l'Afghanistan	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/439/PESC L 211 (12.08.2010)
22.03.2010	Nomination du représentant spécial de l'Union européenne pour l'Afghanistan	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/168/PESC L 75 (23.03.2010)
25.02.2010	Prorogation et modification du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour l'Afghanistan et le Pakistan	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/120/PESC L 49 (26.02.2010)
III.2 ANCIENNE RÉPUBLIQUE YUGOSLAVE DE MACÉDOINE (ARYM)			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne dans l'ancienne République yougoslave de Macédoine	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/444/PESC L 211 (12.08.2010)
16.03.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne dans l'ancienne République yougoslave de Macédoine	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/156/PESC L 67 (17.03.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
III.3 ASIE CENTRALE			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour l'Asie centrale	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/443/PESC L 211 (12.08.2010)
22.02.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour l'Asie centrale	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/112/PESC L 46 (23.02.2010)
III.4 BOSNIE-HERZÉGOVINE			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne en Bosnie-et-Herzégovine	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/442/PESC L 211 (12.08.2010)
22.02.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne en Bosnie-et-Herzégovine	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/111/PESC L 46 (23.02.2010)
III.5 CAUCASE DU SUD			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour le Caucase du Sud	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/449/PESC L 211 (12.08.2010)
22.02.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour le Caucase du Sud	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/109/PESC L 46 (23.02.2010)
III.6 GÉORGIE			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour la crise en Géorgie	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/445/PESC L 211 (12.08.2010)
22.02.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour la crise en Géorgie	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/106/PESC L 46 (23.02.2010)
III.7 KOSOVO			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne au Kosovo	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/446/PESC L 211 (12.08.2010)
25.02.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne au Kosovo	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/118/PESC L 49 (26.02.2010)
III.8 PROCESSUS DE PAIX AU MOYEN-ORIENT			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour le processus de paix au Moyen-Orient	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/447/PESC L 211 (12.08.2010)
22.02.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour le processus de paix au Moyen-Orient	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/107/PESC L 46 (23.02.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
III.9 RÉGION DES GRANDS LACS AFRICAINS			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour la région des Grands Lacs africains	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/440/PESC L 211 (12.08.2010)
22.02.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour la région des Grands Lacs africains	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/113/PESC L 46 (23.02.2010)
III.10 RÉPUBLIQUE DE MOLDAVIE			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne en République de Moldavie	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/448/PESC L 211 (12.08.2010)
22.02.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne en République de Moldavie	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/108/PESC L 46 (23.02.2010)
III.11 SOUDAN			
11.08.2010	Nomination du représentant spécial de l'Union européenne pour le Soudan	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/450/PESC L 211 (12.08.2010)
22.02.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne pour le Soudan	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/110/PESC L 46 (23.02.2010)
III.12 UNION AFRICAINE			
11.08.2010	Prorogation du mandat du représentant spécial de l'Union européenne auprès de l'Union africaine	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/441/PESC L 211 (12.08.2010)
25.02.2010	Prorogation et modification du mandat du représentant spécial de l'Union européenne auprès de l'Union africaine	art. 28, art. 31(2), art. 33	2010/119/PESC L 49 (26.02.2010)
IV. NON-PROLIFERATION			
13.12.2010	Soutien au processus d'instauration d'un climat de confiance conduisant à la création d'une zone exempte d'armes de destruction massive et de leurs vecteurs au Moyen-Orient, à l'appui de la mise en oeuvre de la stratégie de l'Union européenne contre la prolifération des armes de destruction massive	art. 26 §2	2010/799/PESC L 341 (23.12.2010)
02.12.2010	Action de l'Union européenne contre le commerce illicite d'armes légères et de petit calibre (ALPC) par voie aérienne	art. 26 §2	2010/765/PESC L 327 (11.12.2010)

DATE	OBJET	BASE JURIDIQUE	RÉFÉRENCE J.O.
27.09.2010	Soutien aux activités de l'AIEA dans les domaines de la sécurité et de la vérification nucléaires et dans le cadre de la mise en oeuvre de la stratégie de l'Union européenne contre la prolifération des armes de destruction massive	art. 26 §2 art. 31§ 1	2010/585/PESC L 259 (01.10.2010)
26.07.2010	Soutien aux activités de la commission préparatoire de l'Organisation du traité d'interdiction complète des essais nucléaires (OTICE) afin de renforcer ses capacités en matière de surveillance et de vérification et dans le cadre de la mise en oeuvre de la stratégie de l'Union européenne contre la prolifération des armes de destruction massive	art. 26 §2 art. 31§ 1	2010/461/PESC L 219 (20.08.2010)
26.07.2010	Établissant d'un réseau européen de groupes de réflexion indépendants sur la non-prolifération à l'appui de la mise en oeuvre de la stratégie de l'Union européenne contre la prolifération des armes de destruction massive	art. 26 §2 art. 31§ 1	2010/430/PESC L 202 (04.08.2010)
14.06.2010	Activités de l'Union européenne en faveur du traité sur le commerce des armes, dans le cadre de la stratégie européenne de sécurité	art. 26 §2 art. 31§ 1	2010/336/PESC L 152 (18.06.2010)
29.03.2010	Position de l'Union européenne en vue de la conférence d'examen de 2010 des parties au traité sur la non-prolifération des armes nucléaires	art. 29	2010/212/PESC L 90 (10.04.2010)
V. LUTTE CONTRE LE TERRORISME			
12.07.2010	Mise à jour de la liste des personnes, groupes et entités auxquels s'appliquent les articles 2, 3 et 4 de la position commune 2001/931/PESC relative à l'application de mesures spécifiques en vue de lutter contre le terrorisme	art. 29	2010/386/PESC L 178/28 (13.07.2010)
VI. AUTRES ACTES JURIDIQUES			
PROCESSUS DE PAIX AU MOYEN-ORIENT			
17.11.2010	Accueil temporaire de certains Palestiniens par des États membres de l'Union européenne	art. 29	2010/694/PESC L 303 (19.11.2010)

ANNEX II: MAIN APPEARANCES IN THE EUROPEAN PARLIAMENT IN THE FIELD OF CFSP/CSDP IN 2010

I. HIGH REPRESENTATIVE:

No	DATE	PERSON/ SUBJECT	PLACE
1	11.01	Hearing for appointment	AFET, Brussels
2	19.01	HR on the earthquake in Haiti, the situation in Iran, the situation in Yemen and the situation in Iraq	EP Plenary, Strasbourg
3	10.03	HR on the two annual EP reports on CFSP (Rapporteur Albertini) and ESDP (Rapporteur Danjean), the review of the NPT and statement on EU policy on Arctic issues	EP Plenary, Strasbourg
4	10.03	HR on EEAS	Conference of Presidents
5	23.03	HR on the setting-up of EEAS and debriefing of FAC (22-23/3)	AFET, Brussels
6	20.04	HR on the EU strategy for the relations with Latin America, Kyrgyzstan and the EU-Canada summit	EP Plenary, Strasbourg
7	16.06	HR on the EU-Russia summit, the Israeli military operation against the humanitarian flotilla and the Gaza blockade, on the Annual report on human rights, the Situation in the Korean Peninsula and on Bosnia and Herzegovina	EP Plenary, Strasbourg
8	07.07	HR statements on EP report on EEAS, Kyrgyzstan, AIDS/HIV and on Convention on Cluster Munition	EP Plenary, Strasbourg
9	19.10	HR on EEAS	EP Plenary, Strasbourg
10	27.10	HR: exchange of views with AFET	AFET, Brussels
11	08.11	HR on development-related aspects of the EEAS	DEVE, Brussels
12	15.12	HR statements on Afghanistan, Human Rights, NATO Summit in Lisbon (19-20/11) and situation in Côte d'Ivoire	EP Plenary, Strasbourg

II. APPEARANCES AS PART OF THE 2006 I.I.A. (JOINT CONSULTATION MEETINGS ON THE FINANCING OF CFSP) ⁷⁹:

No	DATE	PERSON/ SUBJECT	PLACE
1	03.02	PSC Chair Fernandez-Arias	AFET/BUDG bureaux, EP
2	14.04	PSC Chair Fernandez-Arias	AFET/BUDG bureaux, EP
3	13.07	PSC Chair Stevens	AFET/BUDG bureaux, EP
4	17.11	PSC Chair Stevens	AFET/BUDG bureaux, EP

III. EUROPEAN UNION SPECIAL REPRESENTATIVES (EUSRS):

No	DATE	PERSON/ SUBJECT	PLACE
1	26.01	EUSR Inzko on the situation in Bosnia and Herzegovina - in camera	AFET, Brussels
2	26.01	EUSR Fouéré on FYROM	AFET, Brussels
3	27.04	EUSR Morel on Kyrgyzstan and Georgia	AFET, Brussels
4	27.04	EUSR Semneby on Report by the EU-Georgia PCC delegation visit to Tbilisi (29-31/3)	AFET, Brussels
5	22.06	EUSR Feith on Kosovo	AFET, Brussels
6	23.06	EUSR Morel on Kyrgyzstan	AFET, Brussels
7	13.07	EUSR Brylle on Sudan-post elections	AFET, Brussels
8	28.09	EUSR Ušackas on the EU in Afghanistan	AFET, Brussels
9	02.12	EUSR Feith on Kosovo	AFET, Brussels

⁷⁹ In accordance with the 2006 I.I.A. (OJ C 139/01, 14.6.2006) and the Declaration by the High Representative on political accountability on the adoption of the Council decision establishing the organisation and functioning of the EEAS (OJ C 210/01, 03.08.2010).

IV. EXCHANGE OF VIEWS WITH NEWLY APPOINTED EU SPECIAL REPRESENTATIVES (EUSRS)⁸⁰:

No	DATE	PERSON/ SUBJECT	PLACE
1	23.03	Exchange of views with EUSR Ušackas on Afghanistan (in camera)	AFET, Brussels
2	29.09	Exchange of views with EUSR Marsden on Sudan	AFET, Brussels

V. EXCHANGE OF VIEWS WITH NEWLY APPOINTED EU HEADS OF DELEGATIONS (HOD)⁸¹:

No	DATE	PERSON/ SUBJECT	PLACE
1	08.04	Exchange of views with de Almeida, newly appointed HoD in Washington (in camera)	AFET, Brussels
2	30.11	Exchange of views with Dimitrov, newly appointed EU HoD in Georgia (in camera)	AFET, Brussels
3	01.12	Exchange of views with Ederer, newly appointed EU HoD in China (in camera)	AFET, Brussels
4	01.12	Exchange of views with Schweisgut, newly appointed EU HoD in Japan (in camera)	AFET, Brussels
5	09.12	Exchange of views with Eichhorst, newly appointed EU HoD in Lebanon (in camera)	AFET, Brussels

⁸⁰ In accordance with the Declaration by the High Representative on political accountability on the adoption of the Council decision establishing the organisation and functioning of the EEAS (OJ C 210/01, 03.08.2010).

⁸¹ In accordance with the Declaration by the High Representative on political accountability on the adoption of the Council decision establishing the organisation and functioning of the EEAS (OJ C 210/01, 03.08.2010).

ANNEX III: CFSP BUDGET 2010 - COMMITMENT APPROPRIATIONS

Actions financed in 2010:

19.0301 MONITORING AND IMPLEMENTATION OF PEACE AND SECURITY PROCESSES

DECISION NO AND DESCRIPTION	COST €
2009/572/CFSP EUMM Georgia (prolongation until 14 September 2010, €12.500.000)	3.500.000
2010/274/CFSP EUBAM RAFAH (prolongation until 24 May 2011)	1.950.000
2010/424/CFSP EUMM Georgia (budget top up period until 14 September 2010)	2.500.000
2010/452/CFSP EUMM Georgia (15 September 2010 - 14 September 2011)	26.600.000

19.0302 NON-PROLIFERATION AND DISARMAMENT

DECISION NO AND DESCRIPTION	COST €
2009/1012/CFSP Support of EU activities to promote the Control of arms exports	787.000
2010/179/CFSP Support of SEESAC arms control activities in Western Balkans	1.600.000
2010/336/CFSP EU activities in support of the Arms Trade Treaty (ATT-UNIDIR)	1.520.000
2010/461/CFSP on EU activities in support of the CTBTO	5.280.000
2010/430/CFSP establishing a European network of independent think tanks	2.182.000
2010/585/CFSP EU support for the IAEA activities in the area of nuclear security ... (IAEA V)	9.966.000
2010/765/CFSP EU action to counter the illicit trade of SALW by air (SIPRI)	900.000

19.0303 CONFLICT RESOLUTION AND OTHER STABILISATION MEASURES

DECISION NO AND DESCRIPTION	COST €
2010/330/CFSP EUJUST LEX IRAQ (1 July 2010 - 30 June 2011)	17.500.000
2010/322/CFSP amending JA 2009/124/CFSP EULEX Kosovo (2009 budget extension until 14 October 2010)	19.164.882
2010/565/CFSP EUSEC DR Congo (1 October 2010 - 30 September 2011)	12.600.000
2010/619/CFSP EULEX Kosovo (15 October 2010 - 14 October 2011- first instalment - budget €165 Mio)	70.000.000

19.0305 PREPARATORY AND FOLLOW-UP MEASURES

DECISION NO AND DESCRIPTION	COST €
External Audits (5 audit assignments and 2 FR Art. 56 assessments)	273.365
Specific audit	22.600
Equipment for preparatory measures	32.000

19.0306 EUROPEAN UNION SPECIAL REPRESENTATIVES

DECISION NO AND DESCRIPTION	COST €
2010/106/CFSP EUSR for the crisis in Georgia (€502.000)	419.753
2010/107/CFSP EUSR for the Middle East Peace process (€730.000)	608.847
2010/108/CFSP EUSR in the Republic of Moldova (€1.025.000)	863.000
2010/109/CFSP EUSR for the South Caucasus (€1.855.000)	1.549.094
2010/110/CFSP EUSR for Sudan (€1.410.000)	1.175.258

2010/111/CFSP EUSR in Bosnia and Herzegovina (€2.350.000)	1.950.000
2010/112/CFSP EUSR for Central Asia (€800.000)	700.000
2010/113/CFSP EUSR for the African Great Lakes (€1.065.000)	894.660
2010/118/CFSP EUSR in Kosovo (€1.660.000)	1.360.000
2010/119/CFSP EUSR to the African Union (no cost extension until 31.08.2010)	0
2010/120/CFSP EUSR for Afghanistan and Pakistan (no cost extension until 31.03.2010)	0
2010/156/CFSP EUSR in FYROM (€340.000)	290.000
2010/168/CFSP EUSR in Afghanistan (€2.500.000)	2.090.000
2010/439/CFSP EUSR in Afghanistan (12 month extension)	4.515.000
2010/440/CFSP EUSR for the African Great Lakes (12 month extension)	1.520.000
2010/441/CFSP EUSR to the African Union (12 month extension)	1.280.000
2010/442/CFSP EUSR in Bosnia and Herzegovina (12 month extension)	3.700.000
2010/443/CFSP EUSR for Central Asia (12 month extension)	1.250.000
2010/444/CFSP EUSR in FYROM (6 month extension)	310.000
2010/445/CFSP EUSR for the crisis in Georgia (12 month extension)	700.000
2010/446/CFSP EUSR in Kosovo (6 month extension)	1.230.000
2010/447/CFSP EUSR for the Middle East peace process (6 month extension)	585.000
2010/448/CFSP EUSR in the Republic of Moldova (6 month extension)	830.000
2010/449/CFSP EUSR for the South Caucasus (6 month extension)	1.410.000
2010/450/CFSP EUSR for Sudan (12 month mandate)	1.820.000

19.0307 POLICE MISSIONS

Decision no and description	COST €
2010/279/CFSP EUPOL Afghanistan (31 May 2010 - 31 May 2011)	54.600.000
2010/298/CFSP EUSSR Guinea-Bissau (no-cost ext. and extension 1 July - 30 September 2010)	630.000
2010/329/CFSP EUPOL Congo (extension 1 July - 30 September 2010)	2.020.000
2010/576/CFSP EUPOL Congo (extension 1 October 2010 - 30 September 2011)	6.430.000
2010/755/CFSP EUPM Bosnia Herzegovina (extension 1 January - 31 December 2011; 17,6 Mio)	7.470.013
2010/747/CFSP EUPOL COPPS (Budget top up January - December 2010)	220.000
2010/784/CFSP EUPOL COPPS (extension 1 January - 31 December 2011)	8.250.000

ANNEX IV: 2010 OVERVIEW OF HR / VP DECLARATIONS ON BEHALF OF THE EU, HR / VP STATEMENTS, STATEMENTS BY THE HR / VP SPOKESPERSON AND LOCAL STATEMENTS

Declarations on behalf of the EU

11/01/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the EU on 5th anniversary of signature of Comprehensive Peace Agreement for Sudan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/112203.pdf

12/01/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the EU on the trial against seven Baha'i leaders in Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/112212.pdf

14/01/2010

Declaration by the High Representative, Catherine Ashton, on behalf of the EU on the moratorium on the death penalty in Mongolia

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=PESC/10/3&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

27/01/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the EU on the situation in Honduras: inauguration of Mr. Porfirio Lobo

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/112630.pdf

05/02/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the EU on the ratification of Protocol 14 to the European Convention on Human Rights by the Russian Federation

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/112765.pdf

08/02/2010

Joint Statement by EU and USA calling on Iranian government to fulfil its human rights obligations

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/112843.pdf

19/02/2010

Statement by HR C. Ashton, on behalf of the EU welcoming the ceasefire in the North of Yemen

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/112936.pdf

02/03/2010

Statement by HR C. Ashton, on behalf of the EU on Côte d'Ivoire

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/113132.pdf

10/03/2010

Statement by HR C. Ashton, on behalf of the EU on the decision by the Government of Israel to build new housing units in East Jerusalem

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/113283.pdf

10/03/2010

Declaration by HR Ashton on behalf of the EU on the Georgian strategy on Abkhazia and South Ossetia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/113293.pdf

17/03/2010

Declaration by HR Catherine Ashton on behalf of the EU on parliamentary and presidential approval of Kyrgyz law on accession to Second Optional Protocol to ICCPR on abolition of death penalty

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/113417.pdf

21/03/2010

Declaration by HR Ashton on International Day for Elimination of Racial Discrimination

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/113458.pdf

22/03/2010

Declaration by HR Catherine Ashton on behalf of the EU to commemorate the World Water Day

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/113472.pdf

31/03/2010

Speech by EU HR Catherine Ashton on Behalf of the European Union, to the International Conference on Haiti

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113648.pdf

31/03/2010

HR's Declaration on behalf of the EU on the situation in Belarus

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/113643.pdf

09/04/2010

Declaration by HR Catherine Ashton on behalf of the European Union on decision by Pre-Trial Chamber of the International Criminal Court to investigate the 2007-2008 post-election violence in Kenya

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/113679.pdf

14/04/2010

Declaration by HR Ashton on behalf of the EU on the situation after the national elections in Iraq

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/113787.pdf

27/04/2010

Declaration by HR Catherine Ashton on behalf of the EU on the situation in the Middle East

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/114051.pdf

30/04/2010

Declaration by HR Catherine Ashton on behalf of the EU on Djibouti's introduction of the abolition of the death penalty in its Constitution

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/114089.pdf

03/05/2010 - Declaration by the HR Catherine Ashton on behalf of the EU on World Press Freedom Day, 3 May 2010

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/114167.pdf

10/05/2010

Declaration on the launch of proximity talks between Israel and the Palestinians

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/114343.pdf

11/05/2010

Declaration on the alignment of certain third countries concerning the Council Decision 2009/969/CFSP

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/114386.pdf

12/05/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the execution of five individuals in Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/114457.pdf

17/05/2010

Declaration by HR Catherine Ashton on behalf of the EU on International Day against Homophobia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/114473.pdf

20/05/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the publication of the report on the sinking of the Republic of Korea Ship 'Cheonan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114589.pdf

21/05/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the EU on the human rights of LGBT people in Malawi

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/114600.pdf

26/05/2010

Declaration by the High Representative on behalf of the European Union on the alignment of certain third countries with the Council Decision 2010/92/CFSP extending restrictive measures against Zimbabwe

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/114649.pdf

31/05/2010

Declaration - Council decisions on the Republic of Guinea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/114723.pdf

31/05/2010

Declaration by HR Catherine Ashton on behalf of the EU on the Israeli military operation against the Flotilla

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/114730.pdf

02/06/2010

Declaration by the High Representative on behalf of the European Union on the alignment of certain third countries with the Council Decision 2010/129/CFSP amending Common Position 2008/109/CFS

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/114791.pdf

03/06/2010

Myanmar/Burma: Declaration by HR Ashton on behalf of EU on alignment of third countries with Council Decision renewing restrictive measures

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/114843.pdf

03/06/2010

Democratic People's Republic of Korea: Declaration by HR Ashton on behalf of EU on alignment of third countries with Council Decision concerning restrictive measures

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/114844.pdf

09/06/2010

Declaration by the High Representative on behalf of the European Union on the alignment of certain third countries with Council Decision 2010/127/CFSP concerning restrictive measures against Eritrea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/115023.pdf

11/06/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the EU on human rights in China
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/115142.pdf

12/06/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on Iran
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/115144.pdf

15/06/2010

Declaration by the High Representative on behalf of the European Union on the alignment of certain third countries with Council Decision 2010/231/CFSP concerning restrictive measures against Somalia
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/115190.pdf

25/06/2010

Joint Declaration by the African Union and by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the EU on the UN International Day in support of victims of torture
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/115506.pdf

30/06/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on Femicide
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115578.pdf

01/07/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the Appointment of a UN Panel of Experts on accountability Issues in Sri Lanka
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/115592.pdf

15/07/2010

Declaration by HR Ashton on behalf of the EU on the situation of Human Rights Defenders in the North Caucasus
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/115805.pdf

22/07/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the ICJ advisory opinion
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115902.pdf

26/07/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on Syria Human rights cases

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/115970.pdf

01/08/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the Convention on Cluster Munitions

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/116071.pdf

05/08/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the approval of a new Constitution in Kenya

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/116100.pdf

09/08/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the International Day of the World's Indigenous People

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/116122.pdf

10/08/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the General Election in the Solomon Islands

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/10/365&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

12/08/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the sentencing of seven Baha'i leaders

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/116157.pdf

15/08/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the fifth Anniversary of the signature of the Aceh MoU and Aceh's peaceful evolution

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/116168.pdf

19/08/2010

EU Statement on the Occasion of the General Assembly Plenary Meeting on the Humanitarian Situation resulting from the Floods in Pakistan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116223.pdf

20/08/2010

Statement by the Middle East Quartet - European Union, United Nations, Russian Federation, United States

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116226.pdf

08/09/2010

Declaration by the High Representative on behalf of the European Union on the alignment of certain third countries with Council Decision 2010/414/CFSP amending Decision 2010/127/CFSP concerning restrictive measures against Eritrea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/116333.pdf

17/09/2010

Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on political prisoners in Eritrea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/116600.pdf

28/09/2010

Declaration by the High Representative on behalf of the European Union on the elections in the Bolivarian Republic of Venezuela

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/116787.pdf

06/10/2010

Declaration by HR Ashton on behalf of the EU on the OHCHR Report of the Mapping Exercise documenting the most serious violations of human rights and international humanitarian law committed within the territory of the Democratic Republic of the Congo between March 1993 and June 2003

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/116903.pdf

20/10/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on recent legislative developments in Guatemala concerning the death penalty

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/117228.pdf

07/11/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the elections in Burma/Myanmar

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/117548.pdf

08/11/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on the publication of the Final Report of the EU Election Observation Mission to Ethiopia 2010

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/117578.pdf

16/11/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton on behalf of the European Union on violence against journalists in the Russian Federation

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/117735.pdf

19/11/2010

Declaration by the High Representative Catherine Ashton, on behalf of the European Union, on the political situation in Madagascar

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/117904.pdf

25/11/2010

Declaration by the High Representative, Catherine Ashton, on behalf of the European Union on the International Day for the Elimination of Violence against Women

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/117997.pdf

30/11/2010 - Declaration by High Representative Catherine Ashton on behalf of the EU in support of ratification of new strategic arms reduction treaty (START)

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/cfsp/118094.pdf

10/12/2010 - Declaration by the High Representative, Catherine Ashton, on behalf of the European Union on the Human Rights Day, 10 December 2010

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/118390.pdf

Statements by the High Representative

01/01/2010

Statement by High Representative on the brutal bomb attack in Lakki Marwat, Pakistan

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/10/1&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

14/01/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton: Haiti situation - press conference

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/10/2&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

19/01/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the situation in Haiti

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/10/3&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

19/01/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Yemen

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/10/6&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

19/01/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Iran

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/10/4&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

19/01/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Iraq

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/10/5&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

20/01/2010

Sri Lanka's pre-election situation: statement by High Representative Catherine Ashton

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/37&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

20/01/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Guinea

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/38&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

29/01/2010

Joint statement on Nigeria

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/105&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

29/01/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the Holocaust Remembrance Day

<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/100127-Holocaust-remembrance.pdf>

29/01/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the Presidential elections in Sri Lanka

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/106&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

29/01/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/112714.pdf

04/02/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the pre-electoral situation in Ukraine

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/112764.pdf

05/02/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton, on imminent executions in Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/112772.pdf

08/02/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Ukrainian presidential elections, January 17 and February 7, 2010

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/112805.pdf

09/02/2010

Statement by HR Catherine Ashton, on human rights in China

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/112848.pdf

09/02/2010

Statement by HR Catherine Ashton, on Iranian nuclear activities

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/112849.pdf

11/02/2010

Statement by HR Catherine Ashton, on demonstrations in Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/112858.pdf

12/02/2010

Statement by HR Catherine Ashton, on human rights in China

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/112890.pdf

17/02/2010

Statement by HR Ashton on the situation of the Union of Poles in Belarus

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/112913.pdf

22/02/2010

Statement by HR Catherine Ashton, on Guinea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/112946.pdf

23/02/2010

EU roundly condemns fraudulent use of European passports in Dubai assassination

http://www.eu2010.es/en/documentosynoticias/noticias/feb22_consejoexteriores.html

25/02/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the India-Pakistan meeting in New Delhi

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113059.pdf

27/02/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the earthquake in Chile

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113081.pdf

27/02/2010

Statement by HR Catherine Ashton following telephone conversation with Chile's Foreign Minister Mariano Fernandez

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/204&format=HTML&aged=0&language=en&quiLanguage=en>

07/03/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the Iraqi elections

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113202.pdf

08/03/2010

International Women's Day – 8 March 2010

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/245&format=HTML&aged=0&language=en&quiLanguage=en>

09/03/2010

Déclaration de la Haute Représentante Catherine Ashton et du Commissaire en charge du développement
Andris Piebalgs sur les élections présidentielles au Togo

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/FR/foraff/113231.pdf

15/03/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the Agreement between the Transitional Federal Government of
Somalia and Ahlu Sunna Waljama'a

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/cfsp/113371.pdf

18/03/2010

Statement by HR Catherine Ashton at Erez crossing

<http://www.delisr.ec.europa.eu/english/whatsnew.asp?id=1161>

23/03/2010

Statement by HR Catherine Ashton following meeting with President Mbeki

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113529.pdf

24/03/2010

Declaration by HR Catherine Ashton on the decision by the Israeli authorities on the Shepherd Hotel

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113542.pdf

26/03/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the violence in and around Gaza

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113629.pdf

26/03/2010

Statement by HR Catherine Ashton on ratification of Rome Statute of International Criminal Court by
Bangladesh

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113593.pdf

28/03/2010

Statement by HR Catherine Ashton on agreement between United States and Russia on new strategic arms reduction treaty (START)

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113631.pdf

29/03/2010

Statement by HR Catherine Ashton on metro explosions in Moscow

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113634.pdf

31/03/2010

Joint statement by HR Catherine Ashton and Commissioner Štefan Füle on the Serbian Declaration on Srebrenica

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113647.pdf

01/04/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Guinea Bissau

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113649.pdf

07/04/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the Opposition unrests in Kyrgyzstan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113660.pdf

08/04/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the political situation in Thailand

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113665.pdf

08/04/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the situation in Kyrgyzstan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113664.pdf

09/04/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the upcoming elections in Sudan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113666.pdf

10/04/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Polish plane crash

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113681.pdf

13/04/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the Parliamentary Elections in Sri Lanka

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113711.pdf

13/04/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the political situation in Thailand

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113710.pdf

17/04/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the helicopter crash in Haiti

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113884.pdf

19/04/2010

Statement by HR/VP Catherine Ashton on elections in Sudan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113893.pdf

20/04/2010

Statement by HR Catherine Ashton on adoption of Constitutional Amendment in Pakistan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113904.pdf

11/05/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the adoption of negotiating directives for Association Agreements between the EU and Armenia, Azerbaijan and Georgia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114367.pdf

12/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the State of Emergency in Egypt

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114450.pdf

14/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Kyrgyzstan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114462.pdf

17/05/2010

Statement by HR/VP Catherine Ashton, on Moldova/Transnistria

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/114472.pdf

18/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton recalling the EU position on the Falkland Islands

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114503.pdf

21/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton and Commissioner Stefan Füle on Albania

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/114591.pdf

21/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Nagorno Karabakh

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114603.pdf

21/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the political situation in Thailand

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114598.pdf

22/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114609.pdf

24/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the Federal Republic of Nigeria

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114610.pdf

25/05/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the Legislative Elections in Ethiopia

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/607&format=HTML&aged=0&language=en&quiLanguage=en>

25/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the UNRWA attack

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114630.pdf

25/05/2010

Statement by HR Catherine Ashton on 10th anniversary of Optional Protocols to UN Convention on the Rights of the Child on the involvement of children in armed conflict

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114629.pdf

28/05/2010

Burundi: Statement by HR/VP Ashton and Commissioner Piebalgs on the communal elections of 24 May
<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/633&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

28/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the Lahore attacks
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114695.pdf

29/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the outcome of the NPT Review Conference
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114696.pdf

30/05/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on train derailment in India
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114697.pdf

31/05/2010

Reaction of High Representative Catherine Ashton on Israel's military operation against Gaza flotilla
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114726.pdf

01/06/2010

Joint statement by High Representative Catherine Ashton and Minister for Foreign Affairs of the Russian Federation Sergey Lavrov
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/114733.pdf

02/06/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the publication of the certified results of the Iraqi elections
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114787.pdf

09/06/2010

Statement by the E3+3 with the support of the EU High Representative following the adoption of UN Security Council Resolution 1929 on the Iranian nuclear programme
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115039.pdf

11/06/2010

Joint statement by High Representative / Vice President Catherine Ashton and Home Affairs Commissioner Cecilia Malmström on the release of Max Göldi
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115109.pdf

11/06/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the new clashes in Kyrgyzstan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115125.pdf

28/06/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the constitutional referendum in Kyrgyzstan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115525.pdf

30/06/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Israel-Palestinian proximity peace talks

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115546.pdf

01/07/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the Presidential Elections in the Republic of Guinea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115586.pdf

02/07/2010

Déclaration de Madame Catherine Ashton, Haute Représentante, sur les élections présidentielles au Burundi

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/FR/foraff/115597.pdf

05/07/2010

Statement by Catherine Ashton, High Representative of the European Union for Foreign Affairs and Security Policy/European Commission Vice-President on announcement by Israel on Gaza blockade

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115675.pdf

06/07/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on imminent executions in Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115714.pdf

08/07/2010

Statement by HR Catherine Ashton following the vote in the European Parliament on the European Union External Action Service

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115736.pdf

08/07/2010

Statement by HR Catherine Ashton on the announcement of the liberation of 52 political prisoners in Cuba

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115737.pdf

09/07/2010

Statement by HR Catherine Ashton on further ships carrying humanitarian aid to Gaza
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115755.pdf

11/07/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton and EU Commissioner for Enlargement and Neighbourhood Policy Stefan Füle on the occasion of the 15th commemoration of Srebrenica
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115756.pdf

12/07/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the attacks in Uganda
http://consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115768.pdf

19/07/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the national dialogue process in Yemen
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115882.pdf

28/07/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the death penalty in Japan
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116068.pdf

03/08/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Israel-Lebanon border incident
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116096.pdf

11/08/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton following phone call with Russian Foreign Minister Sergey Lavrov to offer support in wake of recent fires in Russia
<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/10/367&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

11/08/2010

Statement by the High Representative Catherine Ashton and EU Commissioner for Development Andris Piebalgs on the Presidential Elections in Rwanda
<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/10/366&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

11/08/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the recent mudslides in China
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116136.pdf

12/08/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the ratification of the Rome Statute of the International Criminal Court by Seychelles

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116138.pdf

13/08/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on Russian plans on missile deployment in Abkhazia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116161.pdf

18/08/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton following her call with UN Secretary-General Ban Ki-moon

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116221.pdf

19/08/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on the ratification of the Rome Statute of the International Criminal Court by Saint Lucia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116222.pdf

20/08/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton on resumption of direct talks between Israel and the Palestinians

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116227.pdf

24/08/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on Azerbaijan's Supreme Court judgment of 19 August concerning the two youth organization members

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116230.pdf

24/08/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on terrorist attack in Somalia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116231.pdf

27/08/2010

Joint statement by Catherine Ashton, the High Representative, and Andris Piebalgs, the EU Development Commissioner, on the resurgence of violence in North Kivu, DRC.

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/1074&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

01/09/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the attack in the Middle East
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116258.pdf

02/09/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the launch of direct talks on the Middle East
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116267.pdf

08/09/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the next steps at the UN concerning the advisory opinion on Kosovo
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116353.pdf

10/09/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the adoption of the UN General Assembly resolution on the ICJ opinion on Kosovo
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116439.pdf

17/09/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton ahead of the parliamentary elections in Afghanistan
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116588.pdf

22/09/2010

Middle East Quartet Statement
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116664.pdf

22/09/2010

Human rights failures in the Democratic Republic of Congo
<http://www.eutrio.be/pressrelease/olivier-chastel-human-rights-failures-democratic-republic-congo>

22/09/2010

Statement delivered by EU High Representative Catherine Ashton on behalf on the E3+3
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116679.pdf

24/09/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on remarks made by Iranian President Mahmoud Ahmadinejad at the UN General Assembly
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116685.pdf

25/09/2010

Remarks by High Representative Catherine Ashton at the informal meeting of EU Defence Ministers
Ghent, 23 and 24 September 2010

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116710.pdf

27/09/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the Middle East peace talks

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116778.pdf

30/09/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on events in Ecuador

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116856.pdf

01/10/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton following her visit to the Middle East

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116860.pdf

05/10/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on elections in Bosnia and Herzegovina

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116889.pdf

05/10/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the 10th anniversary of democratic changes in
Serbia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116890.pdf

07/10/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the pardon of Ethiopian opposition leader
Birtukan Midekssa

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116917.pdf

08/10/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on Nobel Peace Prize being awarded to Liu
Xiaobo

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116987.pdf

11/10/2010

Nouveau Chef de mission pour EUSEC RD Congo

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/FR/foraff/116991.pdf

11/10/2010

Nouveau chef de mission pour EUPOL RD Congo

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/FR/foraff/116990.pdf

11/10/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the Kyrgyzstan elections

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116989.pdf

14/10/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the ratification of the Rome Statute of the International Criminal Court by the Republic of Moldova

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117068.pdf

18/10/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the removal of the Russian checkpoint from the village of Perevi in Georgia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117147.pdf

20/10/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton and European Commissioner for Enlargement Stefan Füle on Ukraine before the European Parliament

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117230.pdf

25/10/2010

High Representative Catherine Ashton nominates the top management of the External Action Service

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/117313.pdf

01/11/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the referendum in Niger

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117525.pdf

02/11/2010

Statement by High Representative / Vice-president Mrs Catherine Ashton on the Côte d'Ivoire elections

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/1457&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

02/11/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the General Elections in the United Republic of Tanzania

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117530.pdf

08/11/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the Presidential Elections in the Republic of Guinea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117582.pdf

08/11/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the Parliamentary elections in Azerbaijan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117582.pdf

12/11/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the election of the speaker of the Iraqi Parliament

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117700.pdf

13/11/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the release of Aung San Suu Kyi

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117708.pdf

16/11/2010

EU High Representative Catherine Ashton appoints the Permanent Chair of the Political and Security Committee Policy

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117740.pdf

20/11/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the occasion of the Universal Children's Day

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117891.pdf

23/11/2010

Statement by EU High Representative for Foreign Affairs and Security Policy Catherine Ashton on North Korean attack on South Korean Island

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117954.pdf

23/11/2010

EU HR/VP Catherine Ashton appoints new Head of EU Delegation to WTO

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/10/606&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

25/11/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the non-use of force commitment announced by Georgian President Saakashvili

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/118001.pdf

30/11/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton and Commissioner Stefan Füle on the parliamentary elections in the Republic of Moldova

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/118093.pdf

01/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the second round of presidential elections in Côte d'Ivoire

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/118116.pdf

02/12/2010

EU High Representative Catherine Ashton appoints EEAS Managing Director for Crisis Response

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118159.pdf

03/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the forest fires in northern Israel

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118198.pdf

04/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on Ivory Coast election results

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118213.pdf

05/12/2010

Statement by High Representative Catherine Ashton welcoming the IAEA nuclear fuel bank

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118216.pdf

06/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the elections to the People's Assembly of Egypt

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118243.pdf

06/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton and EU Commissioner for Development Andris Piebalgs on the Presidential Elections in Guinea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118252.pdf

07/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on behalf of E3+3 after the talks with Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/118263.pdf

08/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the announcement of preliminary results of elections in the Republic of Haiti

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118345.pdf

08/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the Middle East Peace Process

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118344.pdf

10/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on Nobel Peace Prize winner Liu Xiaobo

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118406.pdf

13/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton and European Commissioner for Enlargement Štefan Füle on Kosovo elections

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118432.pdf

14/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the passing of Ambassador Holbrooke

http://consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118462.pdf

14/12/2010

EU High Representative Catherine Ashton appoints two Managing Directors for the External Action Service

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118477.pdf

15/12/2010

EU HR/VP Catherine Ashton - Statement on Ivory Coast, European Parliament Strasbourg, 15 December 2010

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/10/758&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

15/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on Sakharov Prize

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118505.pdf

15/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on recent bomb attacks in Chabahar

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118537.pdf

16/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the Middle East

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/118541.pdf

17/12/2010

EU High Representative Catherine Ashton appoints Director of the European Union Situation Centre (SITCEN) for the External Action Service

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/esdp/118626.pdf

18/12/2010

EU High Representative Catherine Ashton welcomes the establishment of new coalition government in the Kyrgyz Republic

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118630.pdf

20/12/2010

SUDAN: EU to observe the South Sudan Referendum

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/1755&format=HTML&aged=0&language=en&guiLanguage=en>

20/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the presidential elections in Belarus

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/118650.pdf

21/12/2010

EU High Representative Catherine Ashton appoints two new Managing Directors for the External Action Service

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118656.pdf

21/12/2010

Statement by the High Representative, Catherine Ashton on the formation of a new Government of Iraq

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118659.pdf

23/12/2010

EU High Representative Catherine Ashton appoints the permanent chairs of several Working Groups in the Council

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118693.pdf

23/12/2010

Statement by Catherine Ashton, EU High Representative for Foreign Affairs, on ratification by the U.S. Senate of the START Treaty

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118696.pdf

23/12/2010

Joint Statement by EU High Representative Catherine Ashton and US Secretary of State Hillary Clinton on the post-Presidential Elections situation in Belarus

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118697.pdf

30/12/2010

Statement by EU High Representative Catherine Ashton on the Khodorkovskii/Lebedev case

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118699.pdf

Statements by the Spokesperson

19/01/2010

Chile Presidential elections, statement by spokesperson of High Representative Catherine Ashton

http://eeas.europa.eu/chile/docs/statement_ashton_210110_en.pdf

10/02/2010

Statement by the Spokesperson of the High Representative / Vice President Catherine Ashton on the situation in Sri Lanka

http://eeas.europa.eu/statements/docs/statement_ashton_sri_lanka_en.pdf

19/02/2010

Statement by the Spokesperson of the High Representative / Vice President Catherine Ashton on Niger

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/112931.pdf

25/02/2010

Statement by the Spokesperson of HR Catherine Ashton, on the death of Mr Tamayo in Cuba

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113057.pdf

26/02/2010

Statement by the Spokesperson of HR Catherine Ashton, on acts of violence in Chittagong Hill Tracts, Bangladesh

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113070.pdf

26/02/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton, on heritage sites in Hebron and Bethlehem

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113080.pdf

01/03/2010

Statement by the Spokesperson of HR Catherine Ashton, on Nigeria

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113083.pdf

01/03/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton, on the rejection of Aung San Suu Kyi's appeal by the Supreme Court of Burma/Myanmar

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113102.pdf

18/03/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton, on Sahel region

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/113427.pdf

04/04/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton, on the car bomb attacks in Iraq

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113654.pdf

05/04/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton, on the attacks in Pakistan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113655.pdf

09/04/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton, on Kyrgyzstan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113669.pdf

23/04/2010

Statement by the spokesperson of HR Ashton on New Zealand joining the UN Declaration on the Rights of Indigenous People

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/113952.pdf

26/04/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton, on the normalisation of relations between Turkey and Armenia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/114008.pdf

30/04/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the political situation in Nepal

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114126.pdf

01/05/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the resumption of executions in Taiwan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114127.pdf

04/05/2010

Statement by the Spokesperson of HR Catherine Ashton, on the recent attacks against mosques in Somalia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/114173.pdf

11/05/2010

Statement by the Spokesperson of HR Catherine Ashton on attacks in Iraq

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114396.pdf

28/05/2010

Statement by the spokesperson of High Representative Catherine Ashton on the flotilla sailing to Gaza

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114694.pdf

02/06/2010

Déclaration par la Porte-parole de la Haute Représentante Catherine Ashton sur la situation politique aux Comores

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/114806.pdf

04/06/2010

Statement by the spokesperson of High Representative Catherine Ashton on the death of Floribert Chebeya Bahizire, Executive Director of the organisation "La Voix des Sans Voix"

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115001.pdf

09/06/2010

Statement by the spokesperson of High Representative Catherine Ashton on the Qatari mediation between Djibouti and Eritrea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115019.pdf

22/06/2010

Statement by the Spokesperson of High Representative Catherine Ashton on Nagorno-Karabakh

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115451.pdf

23/06/2010

Statement by the Spokesperson of High Representative Catherine Ashton on terrorist attacks in Turkey

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115450.pdf

25/06/2010

Statement by the spokesperson of High Representative Catherine Ashton on Hong Kong

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115504.pdf

30/06/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the signature of the ECFA agreement between China and Taiwan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115548.pdf

02/07/2010

Statement by the spokesperson of High Representative Catherine Ashton on the attack against the Data Darbar Sufi shrine in Lahore

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115611.pdf

02/07/2010

Statement by the Spokesperson of High Representative Catherine Ashton on the incident in Kosovo

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115647.pdf

06/07/2010

Statement by the Spokesperson of High Representative Catherine Ashton on Guinea Bissau

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/115676.pdf

08/07/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the adoption of the Georgian Action Plan for Engagement for Abkhazia and South Ossetia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115731.pdf

16/07/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the attacks in Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115843.pdf

16/07/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the Political Crisis in the Maldives

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115849.pdf

16/07/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the murder of Rwandan politician

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115851.pdf

16/07/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on death sentence in Gambia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115852.pdf

16/07/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the expulsion of the acting Australian High Commissioner by Fiji

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115853.pdf

19/07/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on suicide bombings in Iraq on Sunday 18 July 2010

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115881.pdf

22/07/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on President Al-Bashir

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/115899.pdf

02/08/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the Referendum on the formation of the Government of National Unity in Zanzibar

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116076.pdf

03/08/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton in support of U.N. international Gaza flotilla probe

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116097.pdf

13/08/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the bomb attack in Bogota

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116160.pdf

24/08/2010

Statement by the Spokesperson of High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy on conviction of human rights defender Abdallah Abu Rahma

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116232.pdf

25/08/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on explosions in Iraq

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116234.pdf

27/08/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on President Al-Bashir's visit to Kenya

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116239.pdf

02/09/2010

Statement by the spokesperson of the HR Catherine Ashton on the attacks in Lahore

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116270.pdf

03/09/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the outcome of the launch of Middle East peace talks

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116277.pdf

04/09/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the murder of police officers in Colombia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116278.pdf

10/09/2010

Statement by the spokesperson of the HR Catherine Ashton on the suicide bombing in Vladikavkaz

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116426.pdf

10/09/2010

Statement by the spokesperson of the HR Catherine Ashton on Georgian prisoner in Abkhazia

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116458.pdf

14/09/2010

Statement by the spokesperson of the HR Catherine Ashton on the occasion of the appointment of Michelle Bachelet as the head of UN Women

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116496.pdf

17/09/2010

Statement by the spokesperson of the HR Catherine Ashton on Guinea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116564.pdf

18/09/2010

Statement by the Spokesperson of the High Representative Catherine Ashton on the conviction of human rights defender Azimjan Askarov

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/116602.pdf

24/09/2010

Statement by the spokesperson of High Representative Catherine Ashton on the bombing in Mahabad, Iran

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116684.pdf

01/10/2010

Statement by the spokesperson of High Representative Catherine Ashton on the bombing in Abuja, Nigeria

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116866.pdf

08/10/2010

Statement by the spokesperson of High Representative Catherine Ashton on the appointment of Admiral Bubu Na Tchuto

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116986.pdf

09/10/2010

Statement by the spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton on the attack in Afghanistan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/116988.pdf

19/10/2010

Statement by the spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton on the attack in Parliament in Chechnya

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/117180.pdf

20/10/2010

Statement by the spokesperson of the HR Catherine Ashton on the attack on the convoy of the UN Secretary General's Special Representative in Iraq

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117226.pdf

01/11/2010

Statement by the spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton following the attack against worshipers at Our Lady of Salvation Church in Baghdad, Iraq

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117529.pdf

02/11/2010

Statement by the spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton on possible execution of Sakineh Mohammadi-Ashtiani

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117531.pdf

03/11/2010

Statement by the spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton on the recent bomb attacks in Iraq

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117535.pdf

05/11/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the attacks in Pakistan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117546.pdf

08/11/2010

Statement by the spokesperson of Catherine Ashton, EU High Representative/Commission Vice-President on the human rights situation in Sudan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117574.pdf

09/11/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton on the announcement by Israel of a plan for the construction of new housing in East Jerusalem

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117590.pdf

10/11/2010

Statement by the Spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton, on Western Sahara

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117686.pdf

12/11/2010

Statement by the Spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton on a death penalty case in Pakistan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117707.pdf

16/11/2010

Statement by the Spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton, on Sudan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117732.pdf

18/11/2010

Statement by the Spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton, on Canada joining the UN Declaration on the Rights of Indigenous peoples

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/117804.pdf

19/11/2010

Statement by the Spokesperson of Catherine Ashton, EU HR on the Presidential elections in Guinea

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117858.pdf

19/11/2010

Statement by the Spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton, on the release of bloggers in Azerbaijan

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/117884.pdf

25/11/2010

Statement by the Spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton, on second round of presidential elections in Côte d'Ivoire

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/118008.pdf

01/12/2010

Statement by the spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton on the second round of presidential elections in Côte d'Ivoire

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118132.pdf

09/12/2010

Statement by the spokesperson of Catherine Ashton, EU High Representative, on exports from Gaza

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118351.pdf

17/12/2010

Statement by the spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton on the situation in Côte d'Ivoire

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118573.pdf

20/12/2010

Statement by the spokesperson of Catherine Ashton, EU High Representative, on the post-electoral situation in Belarus

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/118638.pdf

22/12/2010

Statement by the spokesperson of HR Catherine Ashton, on the United States of America joining the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118689.pdf

23/12/2010

Statement by the spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton on the situation in Côte d'Ivoire

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118694.pdf

27/12/2010

Statement by the spokesperson of EU High Representative Catherine Ashton on the second prosecution of Mikhail Khodorkovskii and Platon Lebedev

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/118698.pdf

Local Statements

20/01/2010

EU Local Statement by EU Heads of Mission on the trial of Mr Le Cong Dinh, Mr Nguyen Tien Trung, Mr Tran Huynh Duy Thuc and Mr Le Thang Long on 20 January 2010

<http://www.ambhanoi.um.dk/en/menu/AboutUs/News/Statement>

28/01/2010

Joint statement by the Heads of Mission of the EU, NATO, OSCE and the United States in Skopje

http://www.osce.org/skopje/item_1_42501.html

18/02/2010

EU statement on Eritrea's relations with the African Union

http://eeas.europa.eu/statements/local/eu_statement_eritrea_au_en.pdf

25/03/2010

Local EU Statement on Sudan

http://ec.europa.eu/delegations/delsdn/en/eu_and_sudan/news18.htm

01/04/2010

EU Local Statement on the sinking of the South Korean ship

http://eeas.europa.eu/statements/local/2010_0401_korea_en.pdf

15/04/2010

EU local statement on homophobia and gender in education

http://ec.europa.eu/delegations/albania/press_corner/all_news/news/2010/20100415_01_en.htm

16/04/2010

Déclaration des Chefs de Mission de l'Union européenne au Niger

<http://www.delner.ec.europa.eu/documents/Communique160410.pdf>

21/04/2010

EU Local Statement on the case of journalist Ernest Vardanyan

http://www.delmda.ec.europa.eu/whatsnew/press_releases_en.shtml#21042010

22/04/2010

EU Local Statement on the breach of the de facto moratorium on the death penalty in Gaza

<http://www.maec.es/subwebs/Consulados/Jerusalen/es/Home/Documents>

27/04/2010

Joint statement by the Heads of Mission of the EU, NATO, OSCE and the United States in Skopje

http://www.osce.org/skopje/item_1_43658.html

06/05/2010

EU statement on the report by the High Commissioner on National Minorities on his recent visit to Kyrgyzstan

http://www.delvie.ec.europa.eu/en/eu_osce/eu_statements/2010/May

06/05/2010

EU statement on the railway shipment dispute between Tajikistan and Uzbekistan

http://www.delvie.ec.europa.eu/en/eu_osce/eu_statements/2010/May

06/05/2010

EU statement on the case against human rights defender Evgeniy Zhovtis

http://www.delvie.ec.europa.eu/en/eu_osce/eu_statements/2010/May

06/05/2010

EU statement on the detention of Nematillo Botakuziev by the authorities in Tajikistan

http://www.delvie.ec.europa.eu/en/eu_osce/eu_statements/2010/May

12/05/2010

Local EU Statement on the death in custody of PUDEMO member Sipho Jele

<http://www.delswz.ec.europa.eu/whatsnew>

13/05/2010

EU statement on Uzbekistan

http://www.delvie.ec.europa.eu/en/eu_osce/eu_statements/2010/May/PC%20no.809%20-%20EU%20reply%20to%20Amb.Venczel,%20Project%20Co-ordinator%20UZB.pdf

13/05/2010

EU statement in response to Amb. Venczel, OSCE Project Co-ordinator in Uzbekistan

http://www.delvie.ec.europa.eu/en/eu_osce/eu_statements/2010/May

18/05/2010

Statement by the EU Special Representative and Head of Delegation to Afghanistan, Ambassador Vygaudas Usackas

http://www.delafg.ec.europa.eu/en/downloadable_documents/Nov_2008/Press_Release/PR_1

18/05/2010

EU local statement on the executions in Gaza

<http://ukinbelarus.fco.gov.uk/en/news/?view=News&id=22265992>

21/05/2010

Local EU Statement on raids on the "Tell the Truth" civic campaign in Belarus

<http://ukinbelarus.fco.gov.uk/en/news/?view=News&id=22265992>

27/05/2010

Local EU Statement on Sudan

http://ec.europa.eu/delegations/delsdn/en/eu_and_sudan/news19.html

31/05/2010

EU statement in response to the Head of the OSCE Centre in Bishkek, Ambassador Andrew Tesoriere

http://www.delvie.ec.europa.eu/en/eu_osce/eu_statements/2010/May/PC%20no.811%20-%20EU%20reply%20to%20Amb.Tresoriere,%20HoC%20Bishkek.pdf

10/06/2010

Local EU Statement on the law on TV and Radio in Armenia

http://eeas.europa.eu/delegations/armenia/press_corner/all_news/news/2010/20100610_en.htm

28/06/2010

Local EU statement on the results of the second autopsy of Khaled Said

http://eeas.europa.eu/delegations/egypt/press_corner/all_news/news/2010/20100628_en.htm

29/06/2010

Local EU statement on Presidential Elections Somaliland

<http://www.delken.ec.europa.eu/en/news.asp?newsid=148>

23/07/2010

Declaración conjunta de los Embajadores de la Unión Europea en Colombia y Venezuela sobre la ruptura de relaciones diplomáticas entre Venezuela y Colombia

<http://www.delven.ec.europa.eu/es/UltimasNoticias/Prensa2010/comunicado%20colombia%20venezuela.doc>

28/07/2010

Statement from European Union heads of mission in Pakistan following the crash of a passenger airliner near Islamabad

<http://www.delpak.ec.europa.eu/WHATSNEW/statement/EU%20Statement%20280710.doc>

11/08/2010

Declaración conjunta de los jefes de las delegaciones de la Unión Europea y de los embajadores de los estados miembros en bogota y caracas sobre el restablecimiento de relaciones diplomáticas entre Venezuela y Colombia

http://eeas.europa.eu/delegations/colombia/press_corner/all_news/news/2010/declaracion11082010_es.htm

19/08/2010

Local EU Statement on parliamentary by-elections in Chifubu and Luena in Zambia

http://eeas.europa.eu/delegations/zambia/press_corner/all_news/news/2010/20100819_01_en.htm

09/09/2010

Local European Union Statement on the announcement of official dates for Nigerian general elections

<http://www.delnga.ec.europa.eu/>

13/09/2010

Déclaration conjointe des Chefs de mission de l'Union européenne et des Etats-Unis d'Amérique en République de Guinée

http://ec.europa.eu/delegations/guinea/press_corner/all_news/news/2010/20100913_fr.htm

13/09/2010

Local European Union Statement on Ethiopia

<http://www.deleth.ec.europa.eu/Press%20releases.htm>

13/09/2010

Local EU Statement on the Legislative Elections in Ethiopia

<http://www.deleth.ec.europa.eu/Press%20releases.htm>

14/09/2010

The European Delegation issues the following statement on behalf of the EU Heads of Missions in Nairobi

<http://www.delken.ec.europa.eu/en/news.asp?newsid=151>

07/10/2010

Local EU Statement on the new Tuvalu government

http://www.delfji.ec.europa.eu/en/press_release/07102010-Tuvalunewgovt.pdf

18/10/2010

Statement of EU Heads of Mission to Syria on the Martin Ennals Award presented to Mr. Muhanad al-Hassani in Geneva

http://eeas.europa.eu/delegations/syria/press_corner/all_news/news/2010/20101018_en.htm

01/11/2010

Local EU statement on Albania's national human rights institutions

http://eeas.europa.eu/delegations/albania/press_corner/all_news/news/2010/20101101_01_en.htm

03/11/2010

Déclaration conjointe des Chefs de mission des Etats-Unis d'Amérique, de l'Union européenne et de ses Etats membres représentés en République de Guinée

http://eeas.europa.eu/delegations/guinea/documents/press_corner/news/20101103_fr.pdf

20/11/2010

EU Local statement on the opening of new Southern African Development Community (SADC) house in Gaborone, Botswana

<http://www.delbwa.ec.europa.eu/publications/newsletters/EU%20local%20statement%20SADC.doc>

24/11/2010

EU Heads of mission declaration on the political environment in Mogadishu

http://eeas.europa.eu/statements/local/2010_11_eu_local_somalia_en.pdf

01/12/2010

Local EU statement on the release of the final certified results for Ghazni province and the conclusion of Afghanistan's 2010 parliamentary elections

http://eeas.europa.eu/delegations/afghanistan/documents/news/20101202_01_en.pdf

06/12/2010

Eritrea and the European Union signed cooperation programmes worth over 50 Mio €

<http://www.deleri.ec.europa.eu/whatsnew/2010%2011%2024%20FA%20press%20release.doc>

16/12/2010

EU Delegation in Eritrea, UN Resident Co-ordinator and UN Children's Fund campaign against Female Genital Mutilation

http://eeas.europa.eu/delegations/eritrea/press_corner/all_news/news/2010/20101214_en.htm

22/12/2010

Declaración local de la UE sobre el asesinato de Marisela Escobedo Ortíz

http://eeas.europa.eu/delegations/mexico/documents/press_corner/declaracion_ue_asesinato_marisela_escobedo_ortiz_es.pdf

23/12/2010

Local EU Statement on the Cook Islands new Government nomination

http://www.delfji.ec.europa.eu/en/press_release/24122010_cooksgovt.pdf

24/12/2010

Local EU Statement on the Kingdom of Tonga new Government nomination

http://www.delfji.ec.europa.eu/en/press_release/24122010_tongagovt.pdf